

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Carlos Roberto Waidemam

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL: ASPECTOS DA
CULTURA ESCOLAR NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
VOTUPORANGA-SP (1948-1966)**

Paranaíba/MS

2021

Carlos Roberto Waidemam

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL: ASPECTOS DA
CULTURA ESCOLAR NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
VOTUPORANGA-SP (1948-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa História, Sociedade e Educação

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Paranaíba/MS

2021

W145e Waidemam, Carlos Roberto

Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul: aspectos da cultura escolar na constituição da educação profissional em Votuporanga (1948-1966) / Carlos Roberto Waidemam. – Paranaíba, MS: UEMS, 2021.

163p.

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade Estadual de Mato do Sul, 2021.

Orientador: Prof. Ademilson Batista Paes

1. Educação Profissional 2. História das Instituições Escolares
3. Escola Comercial – Votuporanga. I. Paes, Ademilson Batista II.
Título.

CDD 23. ed. 378.013

CARLOS ROBERTO WAIDEMAM

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL: ASPECTOS DA
CULTURA ESCOLAR NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
VOTUPORANGA-SP (1948-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Sauloéber Társo de Souza
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Dedico este trabalho à minha tia, Idalina
Waidemam Ortim, vítima de COVID-19, e aos
mais de seiscentos mil mortos pela pandemia
no Brasil.

AGRADECIMENTOS

É imensurável o sentimento de chegar ao fim desta trajetória que, mesmo difícil, não deixou de ser satisfatória e edificante. Deixo aqui meus verdadeiros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, especialmente por ter sobrevivido à pandemia de COVID-19 que assolou o planeta neste período.

Ao professor Dr. Ademilson Batista Paes, por ter me guiado pelos caminhos da história. Por ter pacientemente me orientado e em muito colaborado para o meu crescimento intelectual.

À professora Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti, que, ao integrar a Banca Examinadora, lançou incontáveis e valiosas contribuições.

Ao professor Dr. Sauloéber Tárσιο de Souza, pelo aceite, enquanto membro externo, em participar da Banca Examinadora e, por ocasião do exame de qualificação, ter lançado luz a este objeto de estudo por meio de indicações de leitura engrandecedoras.

Ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP) por me conceder o período de afastamento referente ao curso de mestrado e dessa forma ter possibilitado que todas as atividades pertinentes fossem cumpridas com êxito.

A todos os colegas da turma de 2019 do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU/UEMS) - Unidade de Paranaíba. Em especial, àqueles com os quais tive a prazerosa companhia em muitas viagens rumo a Paranaíba/MS, Aline Machado, Anísio Júnior, Marcelo Doneli e Vânia Lima, e, também, aos ilustres parceiros de escrita em publicação de capítulo de livro, Márcio Arcas e José Renato.

A todos os profissionais do Colégio Comercial de Votuporanga, do Museu Municipal, da Biblioteca Municipal e dos jornais A Cidade de Votuporanga e o Diário de Votuporanga pela disposição em colaborar na busca ativa por fontes para esta pesquisa.

Aos tantos colaboradores desta pesquisa que me forneceram materiais iconográficos e, especialmente, aos que cederam, além de tempo, relatos orais enriquecedores: Ary Poloni, Antônio Guena, Izaída Melo, Lima Neto, Nivaldo Melara, Paulo Rapassi e Wanderley Parisi.

A minha família pelo incentivo, Amiceli, amada companheira, Angelita e Olívia, filhas e pequenas joias que dão significado à minha existência. Não menos importantes, minha mãe Elena, irmãs Eliane (*in memoriam*) e Ana Maria, e ao meu pai Roberto (*in memoriam*) por terem imprimido em mim a noção de amor e a importância dos estudos.

A todos aqueles que, de uma maneira ou outra, no transcorrer de toda a minha vida tiveram participação na minha formação humana, profissional e acadêmica.

A história é feita pelos homens, ao mesmo tempo em que nela se vão fazendo também. E, se o que-fazer educativo, como qualquer outro que-fazer dos homens, não pode dar-se a não ser “dentro” do mundo humano, que é histórico-cultural, as relações homens-mundo devem constituir o ponto de partida de nossas reflexões sobre aquêle que-fazer.

(FREIRE, 1983, p. 52)

WAIDEMAM, Carlos Roberto. **Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul**: aspectos da cultura escolar na constituição da educação profissional em Votuporanga-SP (1948-1966). 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2021.

RESUMO

A presente dissertação está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira e à linha de pesquisa História, Sociedade e Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Objetiva uma narrativa histórica quanto à origem e consolidação da educação profissional em Votuporanga/SP pelo viés da cultura escolar, observando a trajetória da primeira instituição dessa natureza no município, a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, nominada inicialmente de Escola Comercial Horácio Berlinck. O recorte temporal estudado se inicia em 1948 na fundação e termina em 1966 já na sua transição de nomenclatura para Colégio Comercial de Votuporanga, dando luz à consolidação de sua identidade. Para isso, tratou-se de compreender tanto as políticas públicas nacionais, os fatores humanos e sociais locais que culminaram na sua criação quanto entender o percurso educacional e sociocultural, com vista na clientela atendida, que permeou a sua existência. Os pressupostos teórico-metodológicos utilizados se assentaram, entre outros, nas contribuições de Carlo Ginzburg (1989) e Justino Magalhães (2004), objetivando uma “busca indiciária” das fontes, com escala de análise reduzida, voltada especificamente para esta unidade educativa. Dessa forma, foram utilizadas fontes bibliográficas, arquivos escolares, relatos orais de sete colaboradores que vivenciaram aquele contexto e materiais iconográficos de acervos particulares ou de jornais da época e atuais. O impulso investigativo para este estudo se deu tanto pela ausência de historiografia específica voltada ao conjunto da educação profissional no município quanto pela necessidade de contribuição acadêmica, por meio de recorte regional, à área da História da Educação Brasileira. Como resultado, os dados levantados e interpretados dão conta de uma rica marca institucional, mediada por espaços, normas, práticas e rituais pelos quais a escola cumpria com seu propósito de ser ao mesmo tempo uma instituição profissionalizante de referência ao passo que inscrevia sua cultura escolar na relação com a sociedade votuporanguense. Esta pesquisa se constitui, ainda, em material historiográfico, a partir de recorte micro, voltado ao entendimento e à preservação da história do município e de sua educação, sobretudo, no fortalecimento das instituições escolares de natureza profissionalizantes.

Palavras-chave: Educação Profissional. História das Instituições Escolares. Escola Comercial de Votuporanga.

WAIDEMAM, C. R. **Cruzeiro do Sul Technical School of Commerce**: aspects of school culture in the constitution of professional education in Votuporanga SP(1948-1966). 163 f. Dissertation (Master in Education) – Paranaíba University Unit of Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2021.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the Study and Research Group in History and Historiography of Brazilian Education and to the History, Society and Education research line of the Stricto Sensu Graduate Program in Education at the State University from Mato Grosso do Sul. History as to the origin and consolidation of professional education in Votuporanga/SP through the school culture, observing the trajectory of the first institution of this nature in the city, the Technical School of Commerce Cruzeiro do Sul, initially named Commercial School Horácio Berlinck. The time frame studied begins in 1948 at the foundation and ends in 1966 already in its nomenclature transition to Colégio Comercial de Votuporanga, giving light to the consolidation of its identity. For this, it was necessary to understand the national public policies, the local human and social factors that culminated in its creation, and to understand the educational and sociocultural trajectory, with a view to the clientele served, which permeated its existence. The theoretical-methodological assumptions used were based, among others, on the contributions of Carlo Ginzburg (1989) and Justino Magalhães (2004), aiming at an “indicative search” of the sources, with a reduced scale of analysis, specifically aimed at this educational unit. Thus, bibliographical sources, school files, oral reports of seven collaborators who experienced that context and iconographic materials from private collections or from contemporary and current newspapers were used. The investigative impulse for this study was given both by the absence of a specific historiography focused on the whole of professional education in the municipality and by the need for academic contribution, through a regional approach, to the area of the History of Brazilian Education. As a result, the data collected and interpreted reveal a rich institutional mark, mediated by spaces, norms, practices and rituals through which the school fulfilled its purpose of being at the same time a professionalizing institution of reference while inscribing its school culture in the relationship with the Votuporanguense society. This research also constitutes historiographical material, from a micro-cut, aimed at understanding and preserving the history of the municipality and its education, above all, in strengthening school institutions of a professional nature.

Keywords: Professional Education. History of School Institutions. Votuporanga Commercial School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de ensino comercial fundadas na região noroeste de São Paulo até 1946	69
Quadro 2 - Ocupação profissional, institucional e política dos integrantes da Educacional Votuporanga LTDA - 1940-1950.	80
Quadro 3 - Composição da banca avaliadora dos exames de admissão, em primeira época - 1949	86
Quadro 4 - Composição da banca avaliadora dos exames de admissão, em primeira época - 1949	86
Quadro 5 - Disciplinas / Professores no curso Comercial Básico - 1949.....	93
Quadro 6 - Disciplinas e Professores no curso Técnico em Contabilidade - 1952	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo do crescimento industrial dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1907, 1920 e 1929	62
Tabela 2 - Unidades escolares e alunos de ensino comercial no estado de São Paulo e no Brasil em 1908, 1912, 1932, 1942 e 1946	67
Tabela 3 - Quantitativos em Exames de admissão - 1949 e 1951	89
Tabela 4 - Docentes e Estagiários na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1953, 1956 e 1958	112
Tabela 5 - Fluxo de matriculados, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1948 a 1966	118
Tabela 6 - Fluxo de formandos, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, das turmas ingressantes - 1948 a 1963	119
Tabela 7 - Ocupação dos pais (homens) dos alunos ingressantes, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1952, 1956, 1960 e 1963	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Ensino Comercial sequencial no fluxograma do sistema escolar brasileiro a partir das Leis Orgânicas	51
Figura 2 - O Ensino Comercial sequencial no fluxograma do sistema escolar brasileiro a partir da LDB de 1961	55
Figura 3 - Localização político-geográfica de Votuporanga e das instituições de ensino comercial fundadas na região noroeste de São Paulo até 1946	69
Figura 4 - Fluxo de passageiros da EFA Araraquarense - 1913 e 1927	72
Figura 5 - Sede da empresa Theodor Wille & Cia Ltda na Fazenda Marinheiro de Cima - 1936	73
Figura 6 - Missa na fundação de Votuporanga – 8 de agosto de 1937	73
Figura 7 - Primeira escola improvisada - 1938.....	75
Figura 8 - Algodoeira Matarazzo - década de 1950	76
Figura 9 - Mapa administrativo da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto - 1943	78
Figura 10 - Jornal Oeste Paulista - 9 de janeiro de 1949.....	82
Figura 11 - Fachada do prédio do 1º Grupo Escolar compartilhado com o Ginásio Estadual e com a Escola Comercial Horácio Berlinck – 1949.....	84
Figura 12 - Fachada do prédio escolar transformado em Paço municipal.....	85
Figura 13 - Jornal Oeste Paulista - 23 de dezembro de 1948	85
Figura 14 - Quantitativo idade-série de alunos ingressantes - 1949 e 1951	87
Figura 15 - Origem/nacionalidade dos matriculados - 1949 e 1951.....	88
Figura 16 - Sala dos professores e acesso por escadaria externa (pPrédio cedido) - ano de 1952	100
Figura 17 - Projeto, em planta baixa, da primeira e segunda etapa da construção da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga - 1954	101
Figura 18 - Inauguração da quadra - 1953.....	102
Figura 19 - Jornal Oeste Paulista - 25 de julho de 1954.....	103
Figura 20 - Jornal Oeste Paulista - 1º de janeiro de 1955.....	104
Figura 21 - Obras da terceira etapa da construção da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1962.....	106

Figura 22 - Fachada atual da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul já sob a nomenclatura de Colégio Comercial de Votuporanga.....	106
Figura 23 - Laboratórios - 1953.....	112
Figura 24 - Termos de visita de inspetor federal nº 32 e nº 59 - 1955	114
Figura 25 - Termo de visita de inspetor federal nº 130 - 1956.....	115
Figura 26 - Termo de visita de inspetor federal nº 381 - ano de 1960	127
Figura 27 - Desfile cívico da Proclamação da República - 1952	130
Figura 28 - Fanfarra - 1953.....	131
Figura 29 - Apresentação da comissão de frente da fanfarra - final da década de 1950	131
Figura 30 - Apresentação do setor de percussão da fanfarra - 08 de agosto de 1960 (aniversário de Votuporanga)	132
Figura 31 - Apresentação do setor das bandeiras - 07 de setembro de 1960.....	132
Figura 32 - Capa do jornal A Gazeta de Votuporanga - 1º de janeiro de 1954.....	133
Figura 33 - Saída para visita agendada à Usina Termoelétrica de Votuporanga - 1958	135
Figura 34 - Partida de Voleibol disputada entre Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e Ginásio Estadual/ENGE /CEEN/IE - década de 1950.....	136
Figura 35 - Times de Futebol de Salão à esquerda e de Basquetebol à direita - década de 1960	136
Figura 36 - Medalhas em Arremesso de Dardo dos Torneios Estudantis - 1957-1958.....	138
Figura 37 - Panfleto com novo projeto arquitetônico para a cantina - Chapa GLERB 1964 .	139
Figura 38 - Jubileu de Prata de Votuporanga - 8 de agosto de 1962.....	139
Figura 39 - Sessão de fotos dos formandos em Contabilidade - 1957	140
Figura 40 - Mesa de autoridades nas formaturas - 1962 e 1964.....	141
Figura 41 - Formandos - 1952 e 1956	141
Figura 42 - Bailes de gala na formatura - 1955 e 1960	142
Figura 43 - Juramento dos Contadorandos - década de 1950.....	143

LISTA DE SIGLAS

ACIRV	Associação Comercial, Industrial e Rural de Votuporanga
ACV	Associação Comercial de Votuporanga
APAE	Associação de Pais dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEN	Colégio Estadual e Escola Normal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Corona Vírus <i>Disease</i> 2019
CPP	Centro do Professorado Paulista
ENGE	Ensino Normal e Ginásio Estadual
EFA	Estrada de Ferro Araraquarense
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FACLE	Faculdade de Ciências, Letras e Pedagogia
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FNEM	Fundo Nacional de Ensino Médio
GEPHEB	Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira
GLERB	Grêmio Literário e Estudantil Rui Barbosa/Renato Bugeli
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Instituto de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
MIMO	Escola Maria Isabel Martins de Oliveira
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
NHC	Nova História Cultural
PGEDU/UEMS	Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
POLI	Escola Politécnica de São Paulo
PIR	Produto Interno Real
SAEV	Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga
SENAC	Serviço Nacional do Comércio

UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNAR	Universidade do Ar
UNIFEV	Centro Universitário de Votuporanga
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	21
1 O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL	33
1.1 As aulas de comércio da Corte	36
1.2 Do Império à República: uma nova conjuntura econômico-social	40
1.2.1 O provimento de cursos e escolas de comércio pela iniciativa privada	41
1.2.2 As transformações do ensino comercial da oficialização até a LDB de 1971	43
1.3 Origens e evolução do ensino comercial no estado de São Paulo	60
2 VOTUPORANGA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	70
2.1 O surgimento da cidade	71
2.2 As primeiras escolas e as transformações urbanas da década de 1940	74
2.3 A implantação da educação profissional, de início “Escola Comercial Horácio Berlinck”	77
2.3.1 A funcionalidade escolar: um prédio para três escolas e os exames de admissão.....	83
2.3.2 O Curso Comercial Básico e o ideário educativo da instituição	91
3 EDUCAÇÃO E CULTURA NA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL	97
3.1 A diretoria escolar e as transformações estruturais da instituição	97
3.2 A dimensão pedagógica, corpo docente e o alunado: quem estudava na escola? ..	110
3.3 Para além das salas de aula: entrelaces de uma cultura escolar	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	146
FONTES CONSULTADAS	157
Documentos	157
Jornais	159
Fontes orais	161
INSTITUIÇÕES, ACERVOS E SITES CONSULTADOS	162
ANEXO	163

APRESENTAÇÃO

[...] o que existe de realmente excitante na pesquisa é o momento da ignorância absoluta. Penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo (GINZBURG, 1990, p. 257).

O contato com a obra de Ginzburg para constituição deste estudo, especialmente o texto que contém esta epígrafe, remete-me aos tempos da graduação de Licenciatura em Filosofia. Entre tantas diferentes correntes e abordagens filosóficas, lembro-me com alguma clareza das passagens envolvendo Sócrates¹ nos textos de Platão e da sua máxima de sempre dizer, contextualmente, que nada sabia (“só sei que nada sei”). Necessário pontuar que os escritos de Platão não se resumem a esta frase amplamente aludida a Sócrates, mas cabe dizer que esta assertiva e a epígrafe acima são complacentes quanto à urgente aceitação da nossa humana ignorância frente ao que crê conhecer.

Platão e Ginzburg, cada um a seu modo, sinalizam que o caminho racional a ser seguido é o do conhecimento, mesmo que a verdade em si, na sua plenitude, seja impossível de ser alcançada. Esse sentimento de buscar conhecimento esteve comigo desde o início da minha trilha pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU/UEMS), Unidade de Paranaíba.

A iniciação no programa se deu pelo meu interesse na área de História desde a citada graduação cujas disciplinas relacionadas a períodos históricos específicos me chamavam mais a atenção do que propriamente as disciplinas restritas a eixos temáticos como “Lógica” ou “Metafísica”. O desencadeamento histórico das ideias e das questões humanas, seja na Filosofia ou em qualquer outra área do saber, contextualizadas socialmente, a meu ver, tem muito mais materialidade prática quanto à sua compreensão do que, isoladamente, a abstração em si segmentada do real. Refiro-me à concreticidade histórico-cultural que tem, segundo Chartier (2002, p. 17), “[...] por principal objetivo o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

¹ Segundo Pessanha (1987), Sócrates foi um grego que viveu entre 470 a.C e 399 a.C. e é reconhecido por muitos estudiosos como o "pai da filosofia" ocidental. Tinha uma conduta muito humilde e por hábito ficar longo tempo mergulhado sozinho em seus próprios pensamentos. Utilizava a metodologia do diálogo permanente, inclusive para desbancar os seus opositores: o que é o bem? O que é a justiça? O que é verdade? Como não deixou escritos – há quem diga que ele sequer existiu –, sua vida e pensamento são conhecidos por meio das obras de Platão, seu discípulo.

No primeiro semestre de 2019, a fim de me ambientar com o programa e a linha de pesquisa “História, Sociedade e Educação”, participei como aluno especial da disciplina *Paulo Freire: temas e procedimentos para a pesquisa em educação*, ministrada pelo Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz. Em tal oportunidade, pude refletir sobre a noção de que não há conhecimento mais ou menos importante, visto que em qualquer relação educativa cada humano, à sua maneira, traz colaborações com base no seu capital cultural². Que a missão de todos nós educadores deve ser dialógica – de um ensinar e aprender infinitos – e que se trata, ainda, sobretudo, de um processo libertador.

Na alegoria da caverna³ de Platão, a busca pelo conhecimento liberta aquele que se desprende das suas crenças dogmáticas, mas por outro lado perturba a mente daquele que hesita em conhecer a verdade.

Ainda que eu observe a humildade e a serenidade da filosofia de Sócrates, enquanto humano limitado, tenho, contudo, como todos os demais, um capital cultural composto pela minha vida pessoal, intelectual, profissional etc. Ao longo da vida, isso gera em cada um, uma “caverna” da qual, por vezes, resistimos a sair. A possibilidade de me tornar aluno regular me trazia o sentimento de desconforto por incertezas com relação ao novo, com aquilo que eu não conhecia. Deixar essa nossa zona cômoda é conflitante, pois nos faz crer que sabemos pouco ou nada sobre algo que acreditávamos saber e que “parece” não nos poder pertencer o fato de estudar outras temáticas ou outros recortes possíveis da realidade.

No ano de 2011, ingressei no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)⁴ no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e desde 2014 estou alocado na Coordenadoria de Extensão do Câmpus Votuporanga⁵. Essa atividade me fez visualizar um possível objeto de estudos para o mestrado, porém, representava reter-me a uma redoma confortável. Naquele contexto, a minha proposição de projeto de pesquisa para ingresso no programa era de analisar o quanto as ações de extensão do IFSP Votuporanga

² Na sociologia de Bourdieu existem três categorias básicas de capital que significam poder e perpassam a existência humana, conhecidas como “capital simbólico”. São elas: 1) Capital econômico: dinheiro, salário, bens etc. 2) Capital cultural: conhecimentos escolares e acadêmicos, de fala, de modo de vida, de vestimentas etc. 3) Capital social: de “status social”, de influência sobre pessoas de uma determinada sociedade como recurso de dominação, de relações interpessoais, de relações familiares etc.). Vide em: Bonamino *et al.* (2010).

³ Também conhecida como “mito da caverna”, ou “os prisioneiros da caverna”, é uma parábola que trata do movimento intelectual de sair do estado de ignorância (das “trevas da caverna”) para buscar algum conhecimento diferente daquele que se acredita ter (“à luz” da verdade, ou seja, fora da caverna). Este texto é parte da obra *A República* (Livro VII). Para mais detalhes: Platão (1999).

⁴ Integra a Rede Pública Federal das Instituições de Ensino Superior (IES) e tem estatuto equiparado às Universidades desde 2008. Possui 37 unidades no estado de São Paulo e mais de 40.000 alunos. Para saber mais consulte IFSP (2019).

⁵ Cidade localizada na região noroeste do Estado de São Paulo. Segundo o Dicionário ilustrado da Língua Tupi Guarani (2020), o nome da cidade é composto por *votu* que significa “vento”; “ares”; “brisas” e *porang* que significa “bonito”; “suave”, em tradução livre, “brisas suaves”.

atendiam ou não, em um determinado período de tempo, as políticas nacionais de extensão. Não se trata aqui de desconsiderar a grandeza de projetos dessa natureza ou de outras pesquisas correlatas, todavia, na minha visão, a minha pesquisa seria muito mais de cunho quantitativo e técnico do que propriamente humana e histórico-reflexiva.

Na entrevista para mestrado, ainda no processo de ingresso, surgiu a primeira provocação quanto a essa ruptura intelectual: “Carlos, caso seja necessário, você teria disposição em mudar seu objeto de pesquisa?” – perguntou a Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti. Ao que parecia, meu pré-projeto não dialogava plenamente com a linha de pesquisa. O questionamento da professora foi tão perturbador quanto excitante. De imediato meu sinal foi positivo e, a partir de então, o sentimento de incertezas concretizou-se na dúvida acadêmica: deveria eu, dali em diante, sair da área de conforto e navegar por águas desconhecidas. Definitivamente, aquele sentimento de busca pelo conhecimento de Sócrates e Ginzburg se fez em mim.

Com a matrícula, no segundo semestre de 2019, foi agendada uma reunião e o primeiro café com o meu orientador, o Prof. Dr. Ademilson Batista Paes. Iniciamos, assim, um contínuo debate intelectual, amistoso e, muitas vezes, até mesmo caloroso, no entorno do que poderia ser o meu objeto de estudos. A ideia de uma pesquisa abrangente e que, filosoficamente, “desse conta de tudo” ainda me perseguia e ouvir dele que “não importaria, necessariamente, o tamanho do objeto, mas sim a profundidade e os enfoques possíveis que se poderia dar à análise”, seria para mim um divisor de águas.

Vieram as disciplinas. Com elas uma vasta gama de ideias e contribuições. Cursei *Fundamentos de pesquisa em história e historiografia da educação* com o próprio orientador. Nesta, os escritos de Burke (1992a, 1992b, 2008) me apresentaram a fascinante revolução temática e metodológica interdisciplinar que permeou a historiografia a partir do século XX. Revel (2010) e Ginzburg (1989) trataram de expor o movimento investigativo possível a partir de uma inversão de análise, em escala micro, porém, sem distanciamento do todo. Ainda estes, em conjunto com Prost (2014) e Meihy (2018) me deram clareza quanto às possíveis histórias no que diz respeito tanto à subjetividade narrativa do historiador quanto pela história contada pelo olhar do outro, dos distintos atores sociais que nem sempre tiveram a devida importância na perspectiva da história tradicional.

Na primeira parte da disciplina *Pesquisa em Educação*, o Prof. Dr. Jean Menezes apresentou uma introdução geral à pesquisa acadêmica com base no que foi e é a teoria do conhecimento humano, da Grécia antiga à transposição para a epistemologia moderna. Entendi, por meio dos textos estudados, que um método científico voltado ao estudo da

humanidade, seja ele dialético-material ou não, precisa situar-se no fluxo temporal, visto que a construção humana é social e, necessariamente, histórica. Na segunda parte, fechando a disciplina, a Profa. Dra. Lucélia Tavares Guimarães trouxe colaborações voltadas à construção do meu projeto de pesquisa, sendo possível observar, por meio da socialização em aula dos projetos propostos pelos alunos que cumpriam a disciplina, a variedade temática e metodológica possível no que tange atualmente às pesquisas em educação.

Com a Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro em *Educação e Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Sexualidade*, tive a oportunidade de realizar leituras elucidativas, voltadas às problemáticas que envolvem a diversidade humana e as distintas discriminações existentes em ambientes educacionais. Ficou evidente que há um movimento de reprodução e permanência social dessas desigualdades ao longo do tempo cabendo à escola, portanto, ser um lugar de subversão desse cenário e a nós, educadores, o de alteridade no ouvir, no compreender e respeitar tanto o lugar de fala quanto a história do próximo.

Além de cursar as disciplinas no 1º semestre do mestrado, outras atividades acadêmicas também se fizeram presentes, fomentando, de certo modo, o meu capital teórico, como a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB)⁶ e nos eventos *6º Congresso Internacional de Educação do Noroeste Paulista: Competências Socioemocionais e os Processos Educativos para o Século*, realizado em Votuporanga-SP e no *Simpósio Multidisciplinar das Relações Étnicas: Racismo, Educação e Sociedade* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas-MS. Neste último, em conjunto com o orientador, tive a oportunidade de enviar trabalho acadêmico para publicação em anais, que também foi apresentado como comunicação oral em seminário temático.

No segundo semestre do curso, início de 2020, o Brasil foi acometido pela pandemia mundial da Covid-19⁷. Evitando a proliferação em massa da doença e o colapso da rede de saúde, inúmeras ações governamentais restritivas quanto ao tráfego e contato entre pessoas foram instauradas. Por consequência, as aulas regulares presenciais por todo país, inclusive no

⁶ O grupo tem como eixos norteadores a história da escolarização da infância, das práticas, das disciplinas e as instituições escolares. Suas ações estão concentradas em ensino, pesquisa e extensão, cujos objetivos encontram-se no fomento da pesquisa na graduação e pós-graduação por meio da produção de trabalhos acadêmicos; publicação de artigos em periódicos, anais e capítulo de livros; articulação, intercâmbio e colaboração com outros grupos de pesquisa que constituem o campo vinculados ou não a outras instituições; organização, colaboração e coordenação de eventos institucionais e interinstitucionais na área. Mais informações no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelho_grupo/5820489263113510.

⁷ A sigla da doença é composta por “Corona Virus Disease” mais o ano de seu descobrimento, 2019. É causada pelo vírus Sars-Cov-2 (da família *Corona vírus*) e causa graves infecções respiratórias. Seus primeiros registros foram na China. Mais informações em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/>.

próprio programa de mestrado, foram interrompidas. Ainda que o contexto, em analogia, se assemelhasse ao de uma grande guerra mundial, as disciplinas seguiram: atividades foram programadas e concluídas por meio do ensino remoto, ou seja, mediadas pela internet. Assim sendo, nem os conteúdos e nem as orientações foram negligenciados, ao contrário, surgiram outras tantas colaborações teóricas.

Em *Formação de Professores na Contemporaneidade: interseções entre o campo teórico e as políticas educacionais*, o Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação apresentou valiosos textos acadêmicos voltados à formação docente no Brasil, de modo a compreendê-la enquanto campo do conhecimento. Propiciou o debate sobre as atuais demandas sociais trazidas pelas últimas reformas educacionais e o entendimento ampliado do papel do professor na contemporaneidade.

Fechando o quadro das disciplinas, a Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti ministrou *Seminários de Pesquisa* que proporcionou contribuições enriquecedoras e muito pertinentes voltadas aos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação. Por meio de levantamento das pesquisas em andamento desta temática, foi possível visualizar o percurso já trilhado nestas e, dessa forma, iniciar uma discussão acerca das possibilidades para o êxito do trabalho que aqui se apresenta.

Toda essa vivência formativa foi crucial para que, ao longo do tempo, o objeto de estudo fosse vislumbrado. Ainda que superada a “dúvida existencial” de sair do meu conforto acadêmico e buscar novos ares, a constituição do projeto de pesquisa deveria, em alguma medida, dialogar tanto com a linha do programa de mestrado quanto com a minha estrada na área educacional. Dessa forma, propor uma pesquisa histórica que desse conta de apresentar como se deu a cultura escolar no nascimento e consolidação da educação profissional em Votuporanga harmonizaria toda a minha inquietação.

INTRODUÇÃO

A dissertação⁸ aqui proposta, inserida na subárea da História das Instituições Escolares, visa a uma contribuição para a História da Educação paulista e brasileira. Apresenta-se por meio de um recorte delimitado entre os anos de 1948 e 1966 e objetiva uma narrativa histórica, pelo viés da cultura escolar, quanto à gênese e consolidação da educação profissional em Votuporanga-SP.

Podem ser destacados ainda, e não menos relevantes, outros objetivos, como o de lançar colaborações voltadas à construção da histórica social do município e da sua região, e, o de trazer entendimento quanto à constituição da identidade da educação profissional, especificamente de cunho comercial, no Brasil e em Votuporanga, correlacionando assim os contextos micro e macro-histórico.

Esse itinerário perpassa necessariamente a relação sociocultural que a primeira instituição profissionalizante da cidade, Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul⁹, mantinha com a comunidade. Observa-se, ainda, como marca importante na sua identidade ter sido, naquele período, referência de formação para jovens da localidade e adjacências, o que lhe deu lastro para ainda ocupar, depois de sete décadas e no momento desta pesquisa, lugar de destaque no arranjo educativo do município.

Quanto à longevidade dessa instituição, a sua trajetória pode ser mais bem entendida se subdividida em três fases, doravante expressas:

1 - Primeira fase administrativa: iniciou-se em 1948, com sua fundação sob o nome provisório de Escola Comercial Horácio Berlinck¹⁰, pelos comerciários Renato Bugeli, Herculano Beretta e Luiz Saltini, oferecendo o curso Comercial Básico. Ao final de 1951, foi transferida de propriedade.

2 - Segunda fase administrativa: iniciou-se em 1952 já controlada pelo Professor Cícero Barbosa Lima Júnior e com a nomeação de Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. Passou a oferecer o curso Técnico em Contabilidade, mudando-se, posteriormente, de endereço para instalações próprias e mais amplas. Ao final de 1966 foi vendida.

⁸ Por envolver o contato com seres humanos, esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil (Ministério da Saúde), obtendo, após análise do Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), parecer favorável à sua realização. Protocolo: CAAE 34729520.2.0000.8030.

⁹ Nominada provisoriamente na fundação, em 1948, como Escola Comercial Horácio Berlinck (ARQUIVO MEMORIALISTA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL).

¹⁰ É adequado esclarecer que esta primeira nomenclatura foi tida como “provisória” pelos seus fundadores, sendo já substituída informalmente em 1951, conforme descrito no capítulo 2. Dessa forma, as referências genéricas à escola destacada no presente texto foram realizadas por “Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul”, visto ser esta a fase de maior importância quanto à sua consolidação.

3 - Terceira fase administrativa: iniciou-se em 1967, sob a condução dos professores Joaquim da Luz Marques, Nivaldo Melara, Luiz Carlos Cardoso Prado e Jurandir Paggiore e passou a se chamar Colégio Comercial de Votuporanga. A partir de então, nas décadas seguintes e até os dias atuais, começou a oferecer cursos de naturezas diversas, como ensino básico, supletivos, pós-graduação *lato-sensu*, pulverizando, por conseguinte, a sua área de atuação.

Enquanto objeto de estudo, é importante observar que o recorte temporal para esta pesquisa se detém às duas primeiras fases administrativas da instituição (1948-1966), haja vista ser o período em que ela se propôs a oferecer cursos de natureza exclusivamente profissionalizantes no município.

No raciocínio de demarcação temporal inicial para esta narrativa, poder-se-ia inferir que, já no ato de fundação da cidade em 1937, ou seja, em um período anterior ao aqui delineado, já houvesse na forma não escolarizada algum tipo de transferência de ofício ou de conhecimento laboral ao modo “geração para geração” ou no “aprender fazendo”. Contudo, esse processo preliminar à formalização escolar profissionalizante não é objetivo deste estudo, não anulando, obviamente, a possibilidade de pesquisas posteriores nessa direção.

Magalhães (2004) entende o conceito de educação-instituição como algo precedido por dinâmicas de fundação e normatização correspondentes a um processo histórico. Paraphraseando o mesmo autor, trata-se de compreender a relação pedagógica que consagrou aquilo que foi dado social e culturalmente, num processo educativo evolutivo e transformador. Pela representatividade e identidade de uma dada instituição educativa é possível compor ou, ainda, minimamente, contribuir para a história de uma determinada sociedade.

Nesta pesquisa, quanto ao termo empregado “educação profissional”, utilizado inclusive largamente e de modo genérico em pesquisas da área, esclarece-se que é oriundo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹¹, e representa todo o universo de atividades e modalidades educativas com a finalidade de preparar o cidadão “[...] para o exercício de profissões [...]” (BRASIL, 1996, Art. 36-A) para que este possa atuar no mundo do trabalho e se integrar na vida em sociedade.

¹¹As alterações impetradas à LDB, a partir da Lei nº 11.741 de 2008, trazem além da nova nomenclatura “Educação Profissional e Tecnológica” (EPT) toda uma estruturação que perpassa a habilitação para o trabalho e coloca a possibilidade de formação profissional continuada. Abrangem variadas modalidades de ensino, desde cursos rápidos de qualificação, cursos médios técnicos integrados e concomitantes, cursos articulados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ainda cursos de nível superior e de pós-graduação na área tecnológica.

Em vista disso, pode-se afirmar que o objeto de estudo aqui analisado é parte integrante da história da educação profissional do país. Contudo, sem incorrer em anacronismo, na “[...] legitimidade da transposição [...]” (PROST, 2014, p. 149), observa-se que as Leis Orgânicas da década de 1940 prevalentes para toda a educação nacional, no contexto deste estudo, reproduziam uma divisão anterior a ela para o ensino das profissões¹², por área econômica – ensino agrícola, ensino industrial e ensino comercial – sendo este último, portanto, o termo adequado a ser utilizado quando se remete especificamente às práticas educativas desenvolvidas em instituições correlatas a esta pesquisa.

Ao imaginar este estudo surgiram duas problemáticas: da sua significância, no âmbito da história do município e da educação, e da sua originalidade enquanto trabalho acadêmico. Quanto à originalidade, partiu-se para um levantamento de estudos existentes, de mestrado e de doutorado que, porventura, tivessem correlação temática com esta proposta. Ressalta-se que um levantamento desse tipo é e sempre será incompleto, visto ocorrerem atualizações diárias de novas pesquisas e pelo fato de que todo e qualquer banco de dados, mesmo específico para esta finalidade, não ser capaz de abranger precisamente tudo o que é produzido numa determinada área do saber. Todavia, esse tipo de sondagem é muito valiosa, revela o quanto se tem produzido academicamente e, sobretudo, por poder lançar, eventualmente, diálogo deste objeto de estudo com outras pesquisas já existentes.

A base de dados utilizada foi o Catálogo Nacional de Teses¹³ e a busca se deu em duas etapas: primeira, pelo uso do termo “educação profissional” de forma isolada, em que foram encontrados 3.932 trabalhos de mestrado e de doutorado já concluídos, o que prova por volume a importância deste campo de estudo. Num segundo momento, como uma forma de filtro, foram utilizados os termos “escola comercial”, “ensino comercial” e “colégio comercial”, conjuntamente. A partir disso, obteve-se 27 resultados que se aproximavam da temática deste trabalho, dos quais, ao serem analisados, apenas nove se dispunham a tratar estritamente da história de instituições educativas de ensino comercial, comprovando a escassez de pesquisas com esse recorte.

A seguir, os nove trabalhos acadêmicos correlacionados, seus respectivos autores, tipo do programa, ano da defesa e pequeno resumo, em ordem cronológica:

¹²Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942; Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943; e Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

¹³Trata-se de um banco de dados vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Ministério da Educação (MEC) que armazena e divulga textos de teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso ao banco é realizado via catálogo *online*.

- a) A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931). Maurício Fonseca Polato. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Educação, 2008. Resumo: a pesquisa apresenta as mais importantes e abrangentes transformações macro-urbanas que ocorreram na capital paulista e que justificaram o surgimento da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, observando ainda o seu desenvolvimento formativo e institucional do âmbito do ensino comercial entre 1902 e 1931.
- b) Porta-vozes da conquista da riqueza: o Ensino Comercial e a escola União Caixeral de Parnaíba (1918-1950). Gilberto Escórcio Duarte Filho. Fundação Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação, 2010. Resumo: o estudo enfoca a história da educação comercial em Parnaíba-PI no período de 1918 e 1940 e a importância do Colégio Comercial União Caixeral na formação educacional profissionalizante para o desenvolvimento da cidade. O estudo dialoga entre fontes escritas e depoimentos coletados, dando visibilidade à inserção da escola no meio social de Parnaíba, procurando apresentá-la como um reflexo do crescimento econômico local.
- c) Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979). Jóbio Balduino da Silva. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Resumo: a pesquisa investiga a história do Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba, atual Escola Estadual professora Maria de Barros, da criação em 1965 até 1979 quando absorveu os alunos do Educandário Espírita Ituiutabano. Tem por objetivo refletir sobre as origens da história da educação profissional tanto no Pontal do Triângulo Mineiro bem como em Minas Gerais e no Brasil. A pesquisa parte do contexto macro para o local, discutindo o cenário político, econômico e social do país e de Ituiutaba, a partir do golpe civil-militar que destituiu o presidente da nação.
- d) O ensino comercial no Brasil: Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa. Antônio Carlos Gomes. Universidade Metodista de Piracicaba. Doutorado em Educação, 2013. Resumo: este trabalho aborda a criação, trajetória e repercussão, no município paulista de Pirassununga, da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa. Traz ainda breves aspectos históricos da evolução e oficialização da educação técnica comercial no Brasil no contexto da sua fundação, bem como alguns fatos do percurso histórico de quase 60 anos da instituição.
- e) Escola Complementar de Comércio de Sete Lagoas (1926-1943): trajetória de uma instituição educativa criada para a formação do trabalhador de comércio. Fabio Vasconcelos Lima Pereira. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Mestrado em

Educação Tecnológica, 2014. Resumo: trata-se de uma pesquisa sobre a Escola Complementar de Comércio de Sete Lagoas-MG, de 1926 a 1943 quando foi descaracterizada como ensino complementar. O estudo objetiva apresentar a trajetória da escola, situando-a como um projeto político republicano de organização do ensino comercial, com vistas à compreensão do processo de escolarização do trabalhador do comércio.

f) O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989). Francielle Aparecida Garuti. Universidade Estadual de Maringá. Mestrado em Educação, 2016. Resumo: a pesquisa objetiva reconstituir a história e a memória da implantação do Colégio Marista de Cascavel, fundado no ano de 1962, no contexto da migração para o oeste paranaense e da urbanização do município de Cascavel. O Colégio oferecia a modalidade profissionalizante comercial contribuindo para a formação e manutenção da elite pioneira local.

g) Escola Técnica de Comércio União Caixerai: gênese e dualidades de um processo de criação (1911 a 1937), no município de Mossoró-RN. Tainá Bandeira da Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Educação, 2017. Resumo: apresenta o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixerai, entre 1911 e 1937, analisando em que medida as determinações dos contextos socioeconômico e educacional interferiram no seu processo de institucionalização. A pesquisa busca afirmar a hipótese destas determinações, de modo que a instituição acabou por reafirmar as dicotomias do seu entorno. As fontes utilizadas são documentais, literárias e memorialísticas.

h) A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: o processo de estruturação no estado de São Paulo e sua expansão para o interior na cidade de Bauru (1946-1961). Marcelo Soldão. Universidade Estadual Paulista. Mestrado em Educação, 2017. Resumo: este estudo apresenta como ocorreu o processo de implantação e estruturação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no estado de São Paulo e a sua expansão para o interior paulista, em especial na cidade de Bauru. Por meio de abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica, tem como objetivo recuperar e analisar aspectos relacionados ao ensino comercial no Brasil e no estado de São Paulo.

i) O Colégio Comercial Visconde de Cairu (1954-2002): o ensino profissional que impulsionou trajetórias. Alessandra Maria Martins Gaidargi. Universidade Nove de Julho. Doutorado em Educação, 2018. Resumo: esta pesquisa é voltada à história do Colégio Comercial Visconde de Cairu, entre 1954 a 2002, que corresponde ao seu período de funcionamento. A instituição perpassou diversas fases da educação brasileira, ilustrando com sua história, as mudanças e a influência das transformações legislativas de nível médio no recorte temporal apresentado e que se refletem até nos dias atuais. O estudo traz ainda uma

breve narrativa quanto a história geral do ensino comercial no Brasil, traçando um paralelo com as principais correntes de pensamento que o influenciaram.

Com relação às pesquisas elencadas, apesar de o quantitativo não ser muito elevado, o fato de estas serem concebidas nos últimos 13 anos sinaliza uma tendência de crescimento recente para a subárea da História das Instituições Escolares, em especial, destacadas aqui as de ensino comercial. Nota-se a relevância particular de cada uma em esfera micro visto as mais variadas perspectivas de análise observadas. Também são percebidas diferentes tendências teórico-metodológicas, sem predominância de uma ou outra corrente do pensamento. Outra observação a ser feita é de que, especificamente, quanto ao objeto de estudo aqui tratado, não foram encontrados quaisquer registros de material acadêmico equivalente, seja para a história da educação de Votuporanga de modo amplo ou, especificamente, sobre a sua educação profissional.

Sobre este aspecto e de modo complementar, este levantamento se estendeu à Biblioteca Municipal de Votuporanga a fim de catalogar possíveis contribuições locais mais antigas e no formato não digitalizado. Foram encontrados livros, muito consultados por sinal, quanto à compreensão geral da constituição histórica do município. Nesse tema, vale destacar como relevantes as obras de Costa (1956), Pontes (2001) e Xavier, (2007). Desta maneira, infere-se que a pesquisa aqui apresentada se posta como algo inédito e também inserida na história social do município.

A clareza quanto à significância deste estudo se fez por meio das leituras de Magalhães (2004, 2007). Estas foram cruciais para a compreensão de como as instituições educativas se firmaram nas últimas décadas como um campo representativo e de renovação dentro da historiografia da educação. Em grande parte isso se deve à Nova História Cultural (NHC), terceira fase da *Escola dos Annales*¹⁴. Segundo Gatti Júnior (2007, p. 173), até a década de 1980, a historiografia da educação se dava por meio da:

[...] descrição dos fatos eminentemente políticos e legais, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma

¹⁴Fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, primeiramente como Revista dos Annales (*Annales d'histoire économique et sociale*) na França em 1929, iniciou um importante movimento dentro da historiografia francesa e mundial com o explícito objetivo de fazer dela um instrumento de enriquecimento da história por meio da aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática. Proporcionou um “fraqueamento” das fronteiras da história, preservando de um lado a liberdade humana e sua individualidade, e de outro, a limitação da ação do homem presente no interior de estruturas que o condiciona e o determina. Essa tensão criativa entre liberdade e determinismo proporcionou uma renovação dos estudos historiográficos, culminando na chamada História Nova ou Nova História Cultural. Ou seja, a substituição da tradicional narrativa de grandes acontecimentos por uma história-problema. Para um melhor aprofundamento no tema, consultar Burke (1992a, 2008).

narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção da vida social (GATTI JÚNIOR, 2007, p. 173).

O que se observa é que com o movimento dos *Annales*, a historiografia, não só da educação, mas em escala mundial, passou por uma “[...] mudança de ênfase mais do que a ascensão de uma coisa nova [...]” (BURKE, 2008, p. 98), considerando os novos e diferentes olhares lançados, inclusive em esfera microrregional e especificamente sobre uma dada realidade humana.

Destaca-se a multiplicação dos trabalhos decorrentes dessa nova historiografia que passaram a focar as regiões e que alteraram as diversas especializações do campo historiográfico, como na produção histórico-educativa brasileira, atualmente, de caráter essencialmente regional. (SOUZA; TEIXEIRA, 2015, p. 505).

Assim, surgem os mais diversos recortes históricos, antes não representados, como o do cotidiano e o da cultura. A metodologia passa a ser interdisciplinar muitas vezes aproximada da antropologia e com pesquisas de campo.

As fontes ultrapassam os limites dos documentos escritos e as temáticas se expandem. A exemplo, na área da educação, surgem inúmeras possibilidades como a história das disciplinas escolares, história de vida do professor, história das instituições educativas, entre outras.

A focalização da escola, cumprindo uma função didática, registrada e documentada, favoreceu a constituição de um objeto epistêmico inventariável, cartografável, comparável, historiável. A uma epistemologia de conjunto tem sido possível contrapor, ou tão só ajustar, uma epistemologia do singular (MAGALHÃES, 2015, p. 11).

Neste cenário, Magalhães (2007) empreende a significância de explicar a realidade histórica de uma instituição educativa. Trata-se de integrá-la de forma interativa no quadro mais abrangente, implicando-a na evolução de uma comunidade. E pontua, em perspectiva antropológica, que por educação se entende um processo múltiplo e contínuo.

O campo das pesquisas na área de história da educação sinaliza uma renovação, mas estas não se operam “[...] por contraponto, oposição, ou superação das lacunas deixadas em aberto por abordagens tradicionais [...]”, intentam construir uma identidade histórica da instituição como parte de uma dada sociedade (MAGALHÃES, 1999, p. 63).

Ainda que os departamentos de pós-graduação no Brasil tendam a ter cada um a sua “pré-disposição teórica”, reforça-se, neste ponto, a ideia de “possibilidades históricas” e de

que não há um ou outro recorte mais ou menos importante; o que há são caminhos diferentes para a compreensão da realidade. Neste compasso, afirma Gatti Júnior (2007, p. 174), que “[...] a teoria não é mais vista como um a priori absoluto, mas apenas uma forma de acesso”.

Em vista disso, sinaliza-se que o caminho desta narrativa é de contraposição a qualquer abordagem determinista ou homogeneizada sobre a escola. Chervel (1990) destaca que a escola tem a missão de transmitir conhecimentos que lhe são impostos pela sociedade e pela cultura que a rodeia. Contudo, não é só. Ainda que uma escola de educação profissional tenha um papel imposto pela sociedade em seu currículo de formar mão de obra para o mundo do trabalho, toda e qualquer escola, segundo o autor, também transforma a cultura da sociedade que a permeia, numa relação de troca.

É possível que haja semelhanças entre instituições escolares de um mesmo tipo, porém pode-se afirmar que cada qual tem suas particularidades culturais e que até dentro de uma única escola existam inúmeras “culturas escolares”. Nas palavras de Viñao Frago (2000, p.09):

No existe, sin embargo, una sola cultura escolar. Por ello parece preferible hablar, en plural, de culturas escolares. Existe, por ejemplo, una cultura escolar administrativa, la de los gestores y supervisores de la educación, que implica un modo determinado de ver – desde el punto de vista de la tutela y el control – las instituciones docentes. Existen tambien, por ejemplo, rasgos culturales específicos, mentalidades y formas de hacer, que hacen posible distinguir entre los centros universitarios, los de educación secundaria, los de formación profesional, los de educación primaria y los de educación infantil (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 09).

Para Magalhães (2007), a identidade institucional não é dada ou determinada, mas se forma por meio de um processo evolutivo e é baseada em condições que são não só materiais, mas, sobretudo, humanas nos diversos papéis sociais e que considera a “comunidade envolvente à escola” numa abordagem dialética entre os planos macro, meso e micro-histórico. Com base nos pressupostos teóricos do mesmo autor, inferem-se a este estudo três categorias operacionais de análise investigativa: *materialidade*, *representação* e *apropriação*.

A categoria *materialidade* ajuda a entender como se deram as mais variáveis condições materiais e quanto à funcionalidade escolar. Trata-se da implementação concreta e objetiva da instituição e inclui: espaços escolares, tempos, meios práticos e didáticos, estruturas organizacionais, de poder e comunicação.

Por meio da *representação* se compreende os saberes e normas escolares expressos nos arquivos, nos regimentos, estatutos, currículo e a aplicabilidade destes na construção dos

conhecimentos e da cultura, de forma a entender quem são os agentes escolares e as suas relações práticas.

Pela categoria *apropriação* é possível filtrar as aprendizagens, ou seja, a subjetivação oriunda das relações humanas que se dão em um dado modelo pedagógico nas suas diversas frentes, aquilo que foi identificado e construído nos sujeitos sociais e impresso como identidade da escola frente à sociedade. Esta categoria investigativa traz de pano de fundo a ideia de “resultado”, tanto no âmbito do sujeito quanto no âmbito institucional. É por ela que se confere memória, sentido, “diferenciação” no projeto itinerário de uma instituição educativa.

Além das diretrizes teóricas já sinalizadas, esta narrativa conta com o aporte de outros autores que coadunam com a NHC como o de Carlo Ginzburg que permite uma investigação pormenorizada, mas abrangente, assentada no “paradigma indiciário”¹⁵, tendo como principal objetivo “[...] penetrar em coisas concretas e ocultas, através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa observação” (1989, p. 147, grifo do autor).

Nessa direção, corrobora VIÑAO FRAGO (1998a, p 14):

[...] uma nova leitura de fontes tradicionais – estatutos, regulamentos, discursos, memórias... – e o recurso a outras fontes até agora menos utilizadas, como autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e material de todo o tipo, calendários e horários escolares, inventários e um longo etc. de restos da realidade social e cultural das instituições educacionais (VIÑAO FRAGO, 1998a, p 14).

A flexibilidade das fontes permitiu uma dialógica quanto à construção desta narrativa dando voz a distintos atores sociais que fizeram parte do período educacional investigado, de forma que não haja uma história num único direcionamento, mas uma unicidade “[...] contada de uma multiplicidade de pontos de vista [...]” (PORTELLI, 1997, p. 39).

O procedimento de pesquisa histórica empregado neste trabalho se deu em três distintas etapas: *investigar, resumir e comunicar* (LEVI, 2014). Desta maneira, o ato de *investigar* foi realizado a partir dos arquivos da escola e seus documentos escritos, avançando

¹⁵Para Ginzburg (1989), a lida e a busca pelas fontes deve partir de indícios que muitas vezes seriam negligenciados pelos historiadores tradicionais por observarem apenas os grandes fenômenos/eventos humanos. Dentre as comparações ilustrativas trazidas pelo autor, o trabalho do historiador há de ser análogo ao de um detetive criminal que investiga os menores sinais deixados na cena de um crime.

pela iconografia fotográfica tanto da imprensa da época depositada no museu municipal, bem como nos jornais ativos¹⁶ da cidade, se estendendo ainda por acervos particulares.

Além destas fontes, a oralidade de sete sujeitos escolares da instituição/período pesquisado trouxe maior riqueza quanto à coletividade daquele espaço: são quatro alunos egressos, um ex-diretor, uma secretária escolar ainda em atividade e o filho de um antigo proprietário da escola. A metodologia empregada nas fontes orais se deu por meio da coleta de relatos livres quanto às memórias, tendo como “gatilho” as vivências daquele contexto. Em alguma medida, pode-se dizer que as fontes orais são condições necessárias para que haja uma história plural entre os diferentes atores sociais: “[...] a democracia implica conhecimento dos cidadãos e, nesta linha, todas as histórias merecem lugar” MEIHY (2018, p. 233-234).

O momento de *resumir* consistiu, dentro de tudo que foi identificado como fonte e à luz do referencial teórico, em selecionar e propor um elo de entendimento, de crítica e de reflexão.

Como exemplo, no caso das fontes orais, foram utilizados meios pelos quais foi possível, estrategicamente, intervir ou dialogar com o entrevistado ou, posteriormente, na confecção do trabalho, selecionar trechos mais específicos da entrevista, de modo a evitar devaneios ou afastamentos exagerados do objeto de estudo.

As instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória. Uma memória factual, assente na transmissão oral, uma memória fixista e por vezes justificativa e marcada de exageros de várias ordens. Uma memória gerada por contraposição com outras memórias, que acontece ao ritmo do tempo – o tempo da ou das outras pessoas, o tempo das gerações [...]. Uma memória, por outro lado, integrada nas práticas do quotidiano (MAGALHÃES, 1999, p. 69).

Esta leitura abrangente viabilizada por meio das diferentes fontes teve de ser cautelosa. Afirma Le Goff que as fontes são frutos da intencionalidade humana, são “produtos” da sociedade que as fabricou, de modo que “só uma análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...]” (1990, p. 545). Essa etapa, portanto, consistiu em resumir os materiais apurados pela prática interpretativa das fontes.

O terceiro momento deste trabalho, no que se refere à pesquisa foi, segundo Levi (2014), o de *comunicar*, fazer a transposição do que foi investigado, discutido e resumido, de modo claro ao leitor e isto está associado diretamente à narrativa utilizada. Quanto a esse dilema, Prost (2014) afirma que o pesquisador não pode ser indiferente ao seu objeto e é crucial que ele vá a campo, visto que suas práticas potencializam a sua compreensão daquela

¹⁶Jornais *O Diário de Votuporanga* e *A Cidade de Votuporanga*.

dada realidade histórica por meio da empatia de se colocar no lugar do outro, de enxergar, sentir e julgar de acordo com os critérios daquele.

Uma observação atenta pela história da educação brasileira permite afirmar que a educação elementar bem como a educação para o trabalho foram remetidas ao longo do tempo ao exercício social de posições voltadas às segmentos populares e, assim, tidas culturalmente como de menor importância. Particularmente, a educação para o trabalho foi crivada, ainda no Período Colonial, pelo preconceito de que qualquer atividade realizada com as mãos deveria ser exercida apenas pelos humanos escravizados, enquanto cabia aos dirigentes locais a educação propedêutica muitas vezes sequenciada pelo ensino superior na Europa.

Nessa dualidade educacional, era praticamente inexistente a transição de um ensino para outro, bem como a transposição social entre as camadas sociais pobre¹⁷ e a elite¹⁸ dominante. Contudo, as complexidades estruturais econômicas e culturais, emergidas, sobretudo, na segunda metade do século XIX, sinalizam para uma nova estratificação social de forma que essa regra generalizante, ainda que muito lentamente, começou a se fragmentar em novos segmentos educacionais intermediários.

Por meio de trajetória reflexiva com base na história, foi possível correlacionar neste estudo, com vistas a essa dualidade, quais as permanências e rupturas notadas no perfil social do alunado do ensino comercial, correlacionando o âmbito micro da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul ao macro do Brasil.

Os desafios desta pesquisa foram inúmeros. Elenca-se, de antemão, a problemática da pandemia da COVID-19, que impôs sérias restrições quanto ao deslocamento, contato com pessoas e acesso físico a ambientes de uso coletivo, de forma a quase inviabilizar o acesso às fontes e a pesquisa de campo nos diversos lugares. Tal fato fez com que a coleta dos relatos orais, por exemplo, se desse com base em protocolos sanitários rígidos visando a mitigar a possibilidade de contágio entre os entrevistados e pesquisador, como uso de máscaras faciais, distanciamento físico de ao menos 1,5 m e, em ocasiões específicas, higienização de superfícies comuns com álcool em gel a 70%.

¹⁷Para a socióloga Celi Scalon, a *pobreza* de um segmento social não pode ser reduzida apenas à precariedade de renda, mas compreendida ainda como privação de capacidades e oportunidades básicas que conduzem à vulnerabilidade, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência; e principalmente, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar social (SCALON, 2011).

¹⁸É necessário esclarecer que por elite, entendem-se diversos grupos dominantes em distintos campos sociais. Desse modo, as “elites brasileiras” referem-se aos estratos mais elevados da hierarquia social, que concentram maior poder político e econômico. Segundo o antropólogo social, Mario Grynspan, em revisão bibliográfica quanto às possíveis descrições do termo *elite* destaca que, trata-se de grupo relativamente reduzido de pessoas, em uma dada sociedade, que têm tratamento preferencial na distribuição de bens, concentrando poder, privilégio e riqueza. Esse grupo se legitima socialmente sob diversas formas, seja pela sua cultura, origem, mérito, domínio dos meios de produção ou pela própria riqueza em si (GRYNSZPAN, 1996).

Com relação aos arquivos do colégio, especificamente, pode-se afirmar que as dificuldades surgiram pela falta de preservação, pela ausência e/ou descontinuação de documentos que deveriam ser sequenciais/anuais, o que se tornou uma imensa peleja para os trabalhos e, assim, outras fontes variadas foram cruciais na composição desta escrita.

A estrutura deste trabalho foi dividida em três capítulos, precedidos pela *Apresentação*, onde é relatada a minha trajetória acadêmica e profissional e a relação destas na construção deste objeto de estudo. Na *Introdução*, o leitor observa uma rápida explanação sobre o andamento das pesquisas relacionadas à temática deste estudo no Brasil, além de relacionar os apoios teórico e metodológico empregados, os objetivos, a justificativa para a pesquisa, as dificuldades encontradas entre outras questões.

O capítulo 1 – *Ensino comercial no Brasil* – revisita os indícios históricos do ensino comercial no Brasil e o seu adentramento pelo estado de São Paulo, de forma a evidenciar a construção cultural da sua identidade, permanências e rupturas observadas neste quanto à dualidade educacional do país.

Já o capítulo 2 – *Votuporanga e a institucionalização da educação profissional* – situa o leitor quanto às particularidades do nascimento e desenvolvimento da cidade e que precederam a criação da instituição, objeto desta pesquisa, sob o nome inicial de Escola Comercial Horácio Berlinck. Apresentam-se, ainda, aspectos voltados ao seu funcionamento a partir da sua fundação, em 1948, percorrendo toda a sua primeira fase administrativa que perdurou até o final de 1951, momento em que foi transferida de propriedade, assumindo a nomenclatura de Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Ao tratar da consolidação da identidade da escola, o capítulo 3 – *Educação e cultura na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul* – se propõe a apresentar qual foi a significância, abrangência e representatividade da instituição junto aos agentes escolares e frente à sociedade que o rodeava. Esse roteiro subjaz elucidar temas como a esfera estrutural e as suas transformações espaciais, a implantação do primeiro curso técnico na cidade, a dimensão pedagógica, quem eram os seus professores e alunos, e outras diversas atividades externas que em muito contribuíram para a formação de uma cultura escolar.

Nas *Considerações Finais* são retomados os aspectos centrais que se apresentaram no decorrer da narrativa, abrindo, ainda, a possibilidade para outros estudos futuros, haja vista a abrangência da temática. Nesta propositura, é destacado que esta pesquisa trouxe não só um viés de recuperação histórica da educação profissional de cunho comercial, mas também de preservação da identidade e da memória do município.

1 O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL

A escola brasileira, até o início do século XX, caracterizou-se como meio de preservação da cultura importada/transplantada de Portugal, como reforço das desigualdades sociais, com predominância do ensino acadêmico, próprio da classe dominante da época (DELPHINO, 2010, p. 27).

Antes de adentrar propriamente no tema proposto, é preciso entender, ainda que brevemente, o percurso histórico inerente à educação profissional inserida na história da educação no Brasil, na qual, em dado momento, nasce o ensino comercial.

Ainda que as iniciativas do governo brasileiro pela oficialização¹⁹ (FERREIRA, 1980) da educação para o trabalho venham a ocorrer apenas no início do século XX, historiadores como Fonseca (1961), Cunha (1979) e Santos (2000) apontam que esta já se desenhava havia muito tempo, de forma a ser compreendida distintamente em três frentes de ensino, mas interligados pela economia: agricultura, indústria e comércio²⁰.

As origens do ensino voltado para a agricultura e para a indústria remetem aos primórdios do Brasil Colonial quanto à educação disseminada pelos padres jesuítas para com os povos indígenas e humanos escravizados. Para além da catequização, eram transmitidos conhecimentos relacionados aos afazeres da vida camponesa e à confecção de manufaturas primárias na colônia.

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como “*coisa sua*”. Por isso, dentre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países.

Com efeito, numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “*contaminava*” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria

¹⁹Viabilizada por meio dos atos: Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, que passa a reconhecer oficialmente os diplomas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola Prática de Comércio de São Paulo estabelecendo novo regulamento aos cursos; Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que institui a rede de escolas federais para o ensino industrial; Decreto nº 8.319, de 20 de dezembro de 1910 que trata do ensino agrícola.

²⁰Essa subdivisão por área econômica, a qual permeia a educação profissional, se consolidou a partir dos estudos do economista Colim Clark no século XIX, em que, qualquer que seja a atividade laboral exercida pelo indivíduo, esta estaria necessariamente inserida em um desses três setores da produção e economia, também conhecidos como: setor primário (agricultura e extração), secundário (indústria e transformação) e terciário (comércio e prestação de serviços). Vide: Giacaglia e Penteadó (1979).

condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social (CUNHA, 2000, p. 90, grifo do autor).

O estigma inerente aos trabalhos manuais fez surgir, paralelamente, as corporações de ofício que tinham por objetivo reservar algumas atividades exclusivamente aos brancos livres. Eram espaços onde o conhecimento das profissões era transmitido basicamente pela oralidade e prática entre mestres e artesãos utilizando técnicas elementares.

Segundo Cunha (2000, p. 90), era pelo simples preconceito que muitas ocupações não atraíam pessoas para desempenhá-las, resultando no surgimento da aprendizagem compulsória: “[...] ensinar ofícios a jovens que não tivessem escolha”. Com algumas variações, essa estratégia abusiva foi utilizada em vários momentos da história nacional: já nas primeiras décadas da colonização pelos próprios jesuítas em relação às crianças indígenas nas Casas de Muchados (NASCIMENTO, M., 2007); no século XVIII, quanto ao envio de presos aos arsenais da marinha; e, em maior escala, no período imperial, a partir de 1824 na extinção das corporações de ofício, visando à expansão comercial e da produção já em consonância ao nascente capitalismo europeu.

Enquanto a educação para o trabalho se configurava nesses modos, a elite dirigente usufruía do ensino propedêutico, ainda que predominantemente católico, por meio da educação jesuítica. Para esta elite havia, ainda, a possibilidade de estudos posteriores nas já existentes universidades europeias. Era o início de uma divisão na educação brasileira, fruto das “[...] relações sociais concretas [...]” (CASTANHO, 2007, p. 3), onde, de um lado, havia a educação que priorizava o intelecto e de outro, a instrução elementar e do trabalho com as mãos. Nasciam, assim, os “[...] fundamentos da educação profissional no Brasil, dedicada às classes menos favorecidas” (DELPHINO, 2010, p. 28).

Para alguns autores como Romanelli (1986), Moura (2007) e Saviani (2007), essa segregação inicial quanto à educação profissional se consolidou, com o passar do tempo, em um sistema educacional “dualizado” sob uma divisão que seria não só social, mas também econômica entre a camada social abastada daqueles que “pensam e decidem” e a camada popular de outros, que “executam tarefas”.

Em outro flanco, longe de ser entendido para fins de uma atividade servil ou com base em educação coercitiva, o ensino comercial emerge em meio à burocracia administrativa e contábil do estado brasileiro, mais precisamente, a partir da chegada da família imperial, em 1808. Ainda que surgido de modo diferenciado, fez-se também pertencente ao conjunto da educação profissional e carregou em alguma proporção a mesma mácula inerente aos ensinamentos

agrícola e industrial. Com pouco esforço governamental em transpor esse cenário, algumas mudanças legislativas se delinearão somente no século XX em função de novas necessidades econômicas e sociais.

Contudo, visando a subverter qualquer olhar determinista sobre a educação no Brasil, em especial sobre a educação profissional, neste capítulo, busca-se entender, por meio da institucionalização (MAGALHÃES, 2004) do ensino comercial, em nível macro nacional, em que medida há rupturas ou continuidades com esse sistema dualizado na composição da sua identidade.

Ainda que eminentes sejam a construção e as transformações históricas ocorridas em todo o conjunto da educação profissional, – industrial, comercial e agrícola –, esta pesquisa focalizou, especificamente, o ensino comercial, perpassando seu itinerário histórico pelo Brasil até sua interiorização pelo estado de São Paulo. Assim, é possível entender e correlacionar o micro e o macro na gênese e consolidação da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul em Votuporanga-SP.

Quanto à nomenclatura “ensino comercial” empregada neste texto, vale destacar que esta só passa a existir na forma da lei em 1931²¹. De todo modo, o que se tem ao longo do tempo, na trajetória deste ramo da educação profissional no Brasil e que se convencionou chamar de ensino comercial, é um leque de ações educativas (aulas de comércio ou avulsas, conteúdos dentro de disciplinas de cursos, cursos específicos ou instituições dessa natureza), que tiveram por finalidade formar profissionais aptos a trabalhar tanto no setor privado quanto público, nas funções mercantis, burocráticas, de contabilidade, de gestão, administrativa, entre outras, nos mais variados empreendimentos existentes no mundo do trabalho (CARVALHO, 1965; SAES; CYTRYNOWICZ, 2001).

Com relação a esse leque profissional, Giacaglia e Penteado (1979) explicam que dentro de determinada área do saber as profissões variam com o tempo e com o contexto, e que as características de habilidades humanas podem ajustar-se igualmente a várias profissões. Na importância do que significou para o Brasil o ensino comercial na formação profissional e que, apesar da extinção gradativa desse termo no nível elementar da educação na segunda metade do século XX, atualmente, pode-se dizer que os cursos superiores de Contabilidade, de Economia e de Administração têm nele uma raiz ancestral única; sendo estes diferenciados entre si ao longo do processo histórico de uma sociedade que se tornou complexa (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001). Nesse ponto, Chervel (1990) auxilia na reflexão

²¹Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

observando a importância das disciplinas escolares: aqueles conteúdos inicialmente aplicados pelo ensino comercial foram, na sua relação com a sociedade, transformados e alargados às necessidades humanas das épocas posteriores.

1.1 As aulas de comércio da Corte

A trama histórica do ensino comercial brasileiro, segundo Saes e Cytrynowicz (2001) e Peleias *et al.* (2007), tem como início as mudanças ocorridas a partir do período imperial.

Poderíamos comparar os fios que compõe esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a esse ponto, vemo-las a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções (GINZBURG, 1989, p. 170).

Até a chegada da família real, pode-se afirmar que o panorama econômico do Brasil era basicamente agrário e de exportação de produtos primários por intermédio de Portugal que, por sua vez, proibia até a existência de fábricas de qualquer natureza na colônia brasileira.

Para além do elementar, não se produzia um volume grande de manufaturas, pois havia o temor por parte de Portugal de que qualquer tipo de autonomia na colônia pudesse suscitar em seu povo pretensão de independência política. Ainda que já existisse, nesse período, elementares práticas de gestão voltadas às escassas organizações comerciais, bem como ao erário público, é a partir da instalação da família real ao Brasil, em 1808, que surge a necessidade de formação de pessoal para atender ao quadro burocrático que se instalava (DELPHINO, 2010).

Com o fato do Brasil deixar de ser Colônia e passar a ser sede do Império Português, toda a sua situação política, econômica e social passaria por relevantes transformações. Seriam iniciadas ações governamentais rumo à independência política de 1822 e esse percurso passaria pela aquisição de autonomia comercial e produtiva que, por consequência, geraria um ambiente propício ao surgimento do ensino comercial.

Nesse sentido, nos primeiros anos do Império, D. João VI revogou a proibição de existência de fábricas de forma a viabilizar a produção, decretou a abertura dos portos para as transações comerciais externas e criou também o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, que regulamentariam a escrituração contábil a ser praticada no Brasil (BRASIL, 1808, 1809).

Com relação à educação de um modo geral, afirma Manfredi (2017) que as primeiras instituições públicas a serem fundadas principiaram o topo social: eram de ensino secundário propedêutico, tinham por objetivo encaminhar ao ensino superior e formavam pessoas para exercer funções muito qualificadas no Exército e na administração do Estado. Em paralelo à essa educação:

[...] o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais (MANFREDI, 2017, p. 48).

Ideológica e politicamente, frisa Manfredi (2017) que esse sistema profissionalizante se constituiu em um mecanismo de disciplinamento dos setores populares, muitas vezes por meio da aprendizagem compulsória e visando a conter possíveis insurreições contra a ordem social vigente. Essa educação era, em geral, subsidiada pelo próprio governo e ministrada em academias do exército e da marinha, em entidades filantrópicas e nos liceus²² que foram instituídos para esta finalidade.

Voltando aos cursos superiores, segundo Saes e Cytrynowicz (2001), a primeira cadeira de aula pública de ensino superior em Ciência Econômica foi criada no Rio de Janeiro (RJ) em 23 de fevereiro de 1808. Em 1809, também na capital do Império, D. João VI, manifestando interesse pelos problemas relacionados à gestão dos negócios, estabeleceu a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, e, dentro dela, com objetivo de formar profissionais mercantis, instituiu as Aulas de Comércio da Corte²³, ponto de partida na constituição do ensino comercial no Brasil.

Para ingresso nessas aulas de comércio era necessário ter mais de 14 anos e ser aprovado em exame de Gramática da Língua Nacional, Aritmética e Língua Inglesa ou Francesa. A duração era de dois anos, com aulas diurnas e pagas. Como componentes do currículo no 1º ano constavam: Aritmética e Geografia; Geografia Geral, Comercial e do Brasil; Juros simples e compostos; Descontos, cálculos e anuidades, amortização; Regras de companhia e de liga; Moedas e câmbio; Peso e medidas nacionais e estrangeiras. No 2º ano:

²²Os liceus eram escolas que visavam, antes de tudo, ao acolhimento dos desamparados de forma a imprimir-lhes a motivação para o trabalho, combatendo ideias contrárias à ordem política. Ainda que a industrialização fosse muito limitada, estas escolas favoreciam o surgimento de mais fábricas dispondo ao mercado mão de obra qualificada e ordeira. Eram instituições privadas subsidiadas pelo estado. Nestes estabelecimentos o ensino era liberado para qualquer indivíduo livre, sendo vedado aos humanos escravizados (CUNHA, 1979, 2000; SANTOS, 2000).

²³Embora as ações governamentais voltadas às aulas de comércio estivessem concentradas na capital do império, Polato (2008) sinaliza que, no correr daquele século, estas também foram instituídas no Maranhão em 1832, na Bahia em 1846, em Juiz de Fora em 1891 e no Pará em 1899. Porém, o autor não apresenta detalhes sobre a efetividade destas aulas.

História geral do comércio; Comércio marítimo e terrestre; Prática de letras de câmbio; Seguros; Falências e concordatas; Bancos e suas operações; Arrumação de Livros. (BRASIL, 1846). Em 1856, foram inseridas as disciplinas de Direito mercantil e de Economia política e a nomenclatura foi alterada para Curso de estudos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro (BRASIL, 1856).

Observando a já delineada dualidade educacional brasileira no período, na qual, de um lado havia o ensino propedêutico para a elite condutora e, de outro, uma educação paralela e elementar voltada para o trabalho e ao povo em geral, é possível afirmar que o ensino comercial nasceu em berço distinto: direcionado e muito mais aproximado da elite condutora do que dos segmentos populares, haja vista o intuito de se formar profissionais, por meio de instrução específica, que atendessem aos interesses da corte frente às demandas comerciais e burocráticas que se apresentavam. O formato do ensino por meio de aulas diurnas, pagas e com ingresso mediante exame, em um cenário de preeminente analfabetismo, confirma essa asserção. Inclusive, segundo Bielinski (2000), a partir de 1858, o curso passou a ser ministrado no distinto Colégio Pedro II²⁴.

Ainda que o objetivo geral fosse formar gente capacitada para atividades burocráticas e comerciais, diferenciando-se de qualquer outro trabalho “realizado com as mãos” e descaracterizado de qualquer coerção social, o Curso de estudos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro não emplacava, passando longe de atrair a pequena elite. Para melhor compreender essa situação, “[...] devemos lembrar que o trabalho era considerado, naquela época, por toda a sociedade, uma atividade marginal” (NASCIMENTO, O., 2007, p. 65).

Era já latente o preconceito com relação à educação que fosse viesada às técnicas de qualquer tipo de trabalho, além do que, segundo Bielinski (2000, p. 02) os cursos secundários e superiores eram os únicos com “status social e título de doutor”.

Apesar de existirem há cerca de meio século, as aulas de comércio não atraíam um grande número de alunos. Em 1856, havia o registro de apenas 21 estudantes (sendo 12 no primeiro ano e 9 no segundo); em 1863, as matrículas no Instituto Comercial do Rio de Janeiro somavam 53 nos dois anos de seu curso. A título de comparação, as faculdades do direito de São Paulo e de Pernambuco contavam com 826 alunos no ano de 1964 [...] em termos gerais, a conclusão de um curso de comércio não parece ser, nos meados do Século XIX, um requisito para a carreira comercial e nem mesmo adequado de ascensão social (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p. 40).

²⁴Trata-se de um dos primeiros colégios do Brasil e que ainda está em atividade. De caráter público federal, foi fundado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro a fim de disponibilizar formação escolar à elite.

Outro fator que corroborava para esse quadro era a não valorização dos estudos dentro da área mercantil. Tinha-se a ideia de que o conhecimento e o sucesso dos comerciários eram advindos do acúmulo de experiência, justificada no argumento de que quase todos os de grande expressão da época sequer tinham alguma formação específica. Academicamente, esse é conhecido como o período empirista da educação comercial e contábil do Brasil, que perdurou até os anos 30 do século seguinte (CARVALHO, 1965; FERREIRA, 1980; BIELINSKI, 2000).

Em 1850, por meio do Código Comercial Brasileiro foram regulamentados os trâmites das causas comerciais que, entre outras coisas, trouxe a obrigatoriedade das empresas comerciais terem escriturações contábeis periódicas. Em atendimento a essa demanda e aumentando a abrangência temática do Curso de estudos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, foi promulgada, em 1863, uma reforma na qual o curso passou de dois para quatro anos²⁵ de duração (BRASIL, 1863).

Outra ação a fim de valorizar os profissionais da área, foi a criação, em 1870, da Associação dos Guarda-Livros da Corte, no Rio de Janeiro, que deu o reconhecimento aos Guarda-livros²⁶ como a primeira profissão liberal do Brasil. Contudo, mesmo com incentivos,

Em 1876 matricularam-se 27 alunos, dos quais 20 perderam o ano [...]. O Instituto Comercial é uma instituição morta. Os algarismos que aí ficam são disso a mais eloqüente demonstração. Em uma cidade comercial, como a do Rio de Janeiro, mal se pode explicar a razão por que o Instituto Comercial encerrasse o ano letivo com 7 alunos de matrícula. E, pois, urgente extinguir ou reorganizar este estabelecimento, com o qual tão improdutivamente despende o Estado (BIELINSKI, 2000, p. 03).

Na intenção de atrair mais estudantes em 1880 o curso foi reduzido de quatro para dois anos novamente. Porém, para longe de se firmar como acessível à maior parte da população, o que ocorreu foi um aumento do nível de exigência para a matrícula, considerando que as disciplinas extintas se tornaram pré-requisitos nos exames de ingresso: Matemática; Caligrafia; Francês, Inglês, Alemão; Aritmética; Álgebra e geometria²⁷. (BRASIL, 1880).

²⁵Tinha como componentes do currículo: 1º ano - Francês; Inglês; Aritmética (com aplicação para as operações comerciais); Álgebra. No 2º ano - Francês; Inglês; Aritmética; Álgebra; Geometria; Estatística comercial. No 3º ano - Alemão; Geografia; Estatística Comercial; Direito comercial (e legislação das alfândegas e consulados) e Escrituração mercantil. No 4º ano: Alemão; Direito comercial; Escrituração mercantil (BRASIL, 1863).

²⁶Refere-se ao que se entende hoje pela profissão de Contador. Inicialmente sob essa nomenclatura devido à sua função laboral de escriturar e inventariar patrimônios e, especialmente, de manter sob ordem e guarda os livros mercantis e de empresas comerciais.

²⁷Foram também incluídos como componentes curriculares no curso: Geografia e estatística comercial; Direito comercial; Legislação de alfândegas e consulados; Escrituração mercantil e Economia política (BRASIL, 1880)

A consequência prática da baixa procura e permanência foi a extinção do curso em 1882 (BIELINSKI, 2000). Entretanto, afirmam Saes e Cytrynowicz (2001, p. 41):

Essa longa revisão do ensino comercial no Império sugere que a existência estava consolidada, dado o interesse que o Governo tratava o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Por outro lado, é inegável que sua extensão era limitada [...]. No entanto, a legislação relativa ao ensino comercial mostrava ser reconhecida sua importância, condição essencial para o seu rápido crescimento posterior (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p. 41).

Por praticamente todo o período imperial o ensino comercial foi marcado por ações governamentais no intento de sua consolidação enquanto ensino elitizado, mas sem êxito. Porém, é possível entender essa fase como embrionária (FERREIRA, 1980) visto delinear um itinerário educacional daquilo que posteriormente se oficializou por outros meios e com outras forças sociais envolvidas.

1.2 Do Império à República: uma nova conjuntura econômico-social

O século XIX, como apresentado, foi marcado pelo início de uma transição econômico-social no Brasil que deu lastro para o crescimento posterior da educação profissional como um todo. Perceber esse fenômeno, no âmbito da história da educação, não é, senão, investigar a realidade por meio de “[...] uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira identidade às instituições educativas” (MAGALHÃES, 1999, p. 63).

Especificamente para a ascensão do ensino comercial, Saes e Cytrynowicz (2001) enumeram, dentro do período de transição do Império para a República, três condicionantes fundamentais.

A primeira ocorreu pelo próprio governo instaurado a partir da Proclamação da República, em 1889, que, em função de maior autonomia aos estados, ampliou seu aparelho burocrático por meio de novos serviços e órgãos administrativos, sendo crucial um corpo de pessoas aptas a desempenhar essas funções.

A segunda se assentou na economia pujante do período, fomentada pela exportação do café. Além do aumento da infraestrutura, como a de ferrovias, estradas e criação de novas cidades, houve a partir da abolição da escravidão, em 1888, a substituição do trabalho de humanos escravizados pelo trabalho assalariado direcionado a uma massa imigrante, o que,

por consequência, gerou um aumento expressivo do consumo e comércio interno, atraindo industrialização e expansão dos demais serviços.

[...] começa a fazer-se sentir a necessidade de especialistas em contabilidade e legislação pelo menos, pois as organizações de grande porte e de variados artigos, com operações em larga escala, com operações de importação e exportação, começaram a exigir pessoal com maior cultura e alguma especialização técnica. (CARVALHO, 1965, p. 73)

A terceira condicionante, não menos significativa, se dava pelo processo de concentração urbana, em especial, na cidade de São Paulo e no surgimento de uma “[...] classe média que, sem ter acesso aos cursos superiores tradicionais e elitizados (como Direito, Medicina e Engenharia), almejava por uma formação profissional que permitisse sua ascensão social” (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p. 42, grifo dos autores). Esta era composta por assalariados urbanos e rurais, por produtores agrícolas ligados ao mercado interno, de empresários estrangeiros que utilizavam os serviços públicos, empregados do governo e do comércio. (PELEIAS *et al.*, 2007; DELPHINO, 2010).

Comporia ainda esse segmento social médio uma parte dos imigrantes. Embora tivessem vindo como força de trabalho, “[...] desejavam escolas com um preparo adequado aos seus filhos: fosse para os ditos trabalhos administrativos/contábeis, fosse para as posições de mais prestígio técnico” (GAIDARGI, 2018, p. 22).

Era o início da transição de um modelo econômico unicamente agroexportador para o modelo industrial, mas que teve maior intensidade a partir dos anos de 1930. Nesse bojo, em atendimento às diversas demandas, viriam, ainda que lentas, as transformações educacionais, em que o modelo dualizado até então prevalente entre ensino intelectual *versus* ensino para o trabalho se acomodaria nessa nova estratificação social.

1.2.1 O provimento de cursos e escolas de comércio pela iniciativa privada

Com o crescimento econômico no final do período imperial, o setor privado ganhava força e passou a ocupar papel decisivo no estabelecimento de instituições, oficialização e crescimento do ensino comercial.

Essa trajetória se iniciou frente à ineficácia do governo na implantação das aulas de comércio, especialmente com o encerramento das atividades do Curso do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1882.

[...] o desenvolvimento precário das forças produtivas do capitalismo no Brasil, até o fim do Império e começo da República, conjugado com relações de produção também pouco desenvolvidas, convivendo com a escravidão durante todo o período colonial e praticamente todo o Império, deixava aos agentes da política de formação para o trabalho poucas opções. Fez-se o que era possível fazer – e nem sempre da melhor maneira (CASTANHO, 2007, p. 09).

Segundo Bielski (2000), a primeira iniciativa exitosa de cunho privado foi de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, diretor da escola Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que era também arquiteto de obras públicas na capital do Império. Este, na construção de uma praça de comércio e no contato permanente com representantes da classe mercantil, em 1879, percebeu a urgência de um curso profissionalizante que atendesse as reais necessidades da área. Nasceu, então, a ideia de implantação do primeiro curso comercial a ser ministrado em um Liceu de Artes e Ofícios no Brasil. Em carta à Associação Comercial do Rio de Janeiro, relata:

[...] urgência de o corpo comercial fluminense ter para os “vindouros comerciantes uma regular e methodica aprendizagem literária dos uteis conhecimentos de que precisam os jovens auxiliares de todos os múltiplos trabalhos comerciais da praça”. Alude aos anteriores esforços do Governo, mas sempre infrutíferos, para implantar um curso regular com bases convenientes, que além do peso oficial de uma escola do Governo, “possuía regime contrário à índole e às necessidades, com exigências de preparatórios diffíceis”, e onde as horas escolhidas para o ensino, etc., tornam impossíveis a frequência dessas aulas. (BIELINSKI, 2000, p. 5, grifo da autora)

Vale sinalizar que até àquele momento, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundado em 1856, bem como a maioria dos liceus pelo Brasil²⁸, tinha como foco da sua educação profissional as artes aplicadas aos ofícios de manufaturas para a nascente indústria. Era, naquela altura, uma unidade já consolidada que alcançaria a marca de 3.044 alunos ao serem contabilizados àqueles que inaugurariam o curso comercial em 1882 (CUNHA, 1979).

Preocupou-se, então, ante a premente necessidade de qualificação profissional, em proporcionar para os caixeiros – como eram chamados os que trabalhavam no comércio - e para as classes populares um curso especializado nas atividades mercantis. O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios foi inaugurado em 26 de junho de 1882, com o aval da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e o apoio da imprensa da época (BIELINSKI, 2000, p. 03).

Tratava-se de um curso com proposta acessível ao trabalhador do comércio. Sem exame de ingresso ou maiores exigências, noturno e gratuito, o curso foi aberto e recebeu 478

²⁸Até aquele momento já haviam sido fundadas unidades em Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Vide: Fonseca (1961).

inscrições, sendo 261 habilitados para matrículas. Segundo Bielinski (2000), a duração seria de um ano de curso preparatório e quatro de estudos²⁹, sendo que destes, três do curso comercial e um ano do curso chamado de superior³⁰. O formato contava com o aproveitamento, inclusive, de algumas das aulas de outros cursos profissionais que já funcionavam no liceu.

O curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro teve suma importância enquanto primeiro do Brasil a ter regularidade de turmas, e, especialmente, por atender sozinho à enorme demanda de profissionais requerida pela capital do país até o ano de 1902, momento no qual foi fundada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano também foi instaurada a Escola Prática de São Paulo.

A Academia de Comércio do Rio de Janeiro se deu por iniciativa de um grupo de profissionais liberais liderado pelo advogado, jornalista e professor Cândido Mendes de Almeida. Para Saes e Cytrynowicz (2001) esta instituição tinha foco na contabilidade e administração de negócios com inclinação ao erário público, mantendo forte vínculo com o governo federal, sendo, inclusive, tida como um órgão consultivo nas questões relativas ao comércio e indústria. Já a Escola Prática de São Paulo, que teve como fundador o professor e contador Horácio Berlinck, nasceu da expansão da economia do estado e tendo forte aporte financeiro do empresariado paulistano; logo, destinaria seus formandos a atender as necessidades do setor privado da cidade de São Paulo, especificamente.

A partir de 1905, devido à notoriedade adquirida por estas duas instituições e pelas necessidades de expansão deste tipo de ensino pelo país, ambas, mesmo sendo da iniciativa privada, passaram a ser consideradas de utilidade pública (escolas modelo), dando início, assim, ao processo de oficialização do ensino comercial.

1.2.2 As transformações do ensino comercial da oficialização até a LDB de 1971

Na consolidação da República, em 1889, dava-se notável crescimento urbano e do trabalhador assalariado, porém, não havia, ainda, políticas públicas instauradas em nível

²⁹Tinha como componentes curriculares: Português; Francês; Inglês; Alemão; Aritmética; Álgebra e noções gerais de geometria aplicada a estereometria (cálculo do volume dos sólidos); Geografia; Desenho linear; Contabilidade; Escrituração mercantil e elementos primordiais das ciências econômicas; Caligrafia, redação e estilo comercial; História e estatística comercial; Economia política; Direito comum e mercantil (BIELINSKI, 2000).

³⁰É válido informar que, apesar do nome “superior”, o curso não tinha o caráter acadêmico dos tradicionais cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia. Reconhecidamente para a área de ensino comercial, o primeiro curso superior foi de Administração e Finanças, no ano de 1931 que conferia ao aluno o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas (BRASIL, 1931).

nacional que garantissem amplos direitos aos cidadãos e tampouco de capacitação profissional.

A República foi proclamada por um golpe de Estado no desfecho de uma conspiração que reuniu liberais, positivistas e monarquistas, no ano de 1889. É incontestável que com todo esse conjunto de matizes ideológicas, mais uma vez, como em todo e qualquer golpe de Estado, faltava a legitimidade do povo e a República nasceu para servir aos interesses das elites e das oligarquias, especialmente, nesse caso, a burguesia cafeeira paulista. (NASCIMENTO, O., 2007, p. 77).

Naquele momento, segundo Cunha (2000), partiu dos positivistas a primeira manifestação, por meio de um memorial, em dezembro daquele mesmo ano, quanto à formação de força de trabalho e às garantias mínimas sociais. Fazia referência a dois problemas de ordem geral: primeiro, as necessidades de produção, em função do aumento da indústria voltada ao crescimento do consumo e comércio interno; segundo, ser exigido por parte do Estado que cada cidadão cumprisse o seu dever produtivo para o país. “A solução para ambos os problemas consistia em dignificar a pobreza, eliminando a miséria [...]. Se assim se fizesse, a Ordem e o Progresso estariam assegurados” (CUNHA, 2000, p. 93).

Na influência do próprio positivismo e do liberalismo clássico, considerando a inserção no país no modelo capitalista industrial, foi instaurada a Constituição de 1891 que trouxe direitos mínimos para os cidadãos bem como quanto à liberdade individual e de iniciativa privada. E, atendendo a esse novo cenário produtivo, seriam oficializados os três ramos da educação profissional.

Os destinatários não eram apenas os pobres e os ‘desafortunados’, mas sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados [...] em um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos (MANFREDI, 2017, p. 51, grifo da autora).

Dentro deste propósito, no âmbito do ensino comercial, o Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, passou a reconhecer, oficialmente, os diplomas e a utilidade pública da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola Prática de Comércio de São Paulo. No ensino industrial, pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída uma rede de escolas federais em vários estados do país. E no ensino agrícola, pelo Decreto nº 8.319, de 20 de dezembro de 1910, foi criado o ensino agrônômico e garantido o custeio, por parte do governo federal, para as instituições dessa natureza.

Naquela altura, as instituições de natureza profissional, especialmente aquelas estabelecidas ou mantidas pelo governo federal, atendiam, de um modo geral a dois propósitos, o de cunho assistencialista por destinar-se aos jovens “desafortunados” em situação de pobreza e o de cunho político-ideológico. De acordo com Cunha (2000, p. 94), pelas constantes greves operárias lideradas por correntes anarco-sindicalistas de imigrantes, essas escolas seriam um “[...] antídoto à inoculação de ideias exóticas [...]”, visto que:

[...] constituíram uma presença do governo federal nos estados, oferecendo cargos aos indicados pelos políticos locais e vagas para alunos a serem preenchidas com os encaminhados por eles. A contrapartida não seria difícil de imaginar: o apoio político ao bloco dominante no plano federal (CUNHA, 2000, p. 95).

Observe-se que naquele momento de oficialização da educação profissional, apenas os ensinos agrícola e o industrial tiveram garantias quanto à formação de uma rede de escolas criadas ou mantidas pelo estado nacional, as quais tinham esse duplo direcionamento. Para o ensino comercial não houve, na forma de lei, ações governamentais nessa direção, o que fez com que este se mantivesse pela formação de uma rede escolar independente e heterogênea, baseada principalmente na iniciativa privada. Adiante, no final da década de 1950, como resultado desse processo, praticamente nove em cada 10 escolas de ensino comercial técnico teriam a natureza privada/particular (IBGE, 1960, p. 300).

Ainda quanto à oficialização para o ensino comercial, além do reconhecimento dos diplomas já expedidos, houve a fixação de um currículo mínimo que deveria ser seguido nacionalmente por todas as instituições que viessem a surgir, no formato de dois cursos:

[...] um *geral*, habilitando para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos de Fazenda e o outro, *superior*, habilitando mais para os cargos de agentes consulares, funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, actuarios de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas commerciaes (BRASIL, 1905, Art. 1º, § 1º).

O curso geral³¹ tinha caráter preparatório para o curso superior³² na própria área, não havendo qualquer equivalência com o ensino secundário propedêutico.

³¹Tinha como componentes curriculares: Português; Francês; Inglês, Aritmética; Álgebra; Geografia; Geometria, História, Ciências Naturais; Noções de direito civil e comercial; Legislação fazendária e aduaneira; Prática Jurídico-comercial; Caligrafia; Estenografia; Desenho e; Escrituração Mercantil (BRASIL, 1905).

³²Tinha como componentes curriculares: Geografia comercial e estatística; História do comércio e da indústria; Tecnologia industrial e mercantil; Direito comercial e marítimo; Economia política; Ciência das finanças; Contabilidade do Estado; Direito internacional; Diplomacia; História dos tratados e correspondência diplomática; Alemão; Italiano; Espanhol; Matemática superior; Contabilidade mercantil comparada e; Banco modelo. (BRASIL, 1905).

Embora o curso fosse denominado superior, ele não concedia o título de bacharel (como o de Direito) ou de doutor (como o de Medicina), indicando uma clara diferenciação de *status* entre os que concluíam esses diferentes cursos. De qualquer modo, os portadores dos diplomas tinham algumas regalias, como a de dispensa de prestação de concurso para o exercício de algumas das funções a que estavam habilitados (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p. 43, grifo dos autores).

Para além de formar a necessária mão de obra para o comércio e outros serviços, nota-se, ainda, que de modo limitado, estavam representados os anseios de uma parcela social aspirante a melhores colocações na sociedade, haja vista as habilitações profissionais possíveis disponibilizadas de modo oficial.

Adiante, já na proximidade da Primeira Guerra mundial e instabilidade europeia, houve dificuldades de importação de produtos, aumento na chegada de imigrantes e de consumo, o que fortaleceu a indústria e, posteriormente, o próprio comércio.

O crescimento demográfico do país, a concentração urbana e o nascimento da industrialização nos grandes centros, provocada pela I Grande Guerra de 1914, contribuíram, com o advento do automóvel e com a abertura de estradas, para acelerar o desenvolvimento comercial e a conseqüente necessidade de pessoal especializado para suas atividades, de tal forma, que novos empreendimentos de ensino comercial surgiram, progressivamente, seguindo o modelo das duas grandes academias do Rio e de São Paulo (CARVALHO, 1965, p. 73).

Segundo Saes e Cytrynowicz (2001), no bojo da iniciativa privada se fortalecia e se firmava o fomento do ensino comercial, inclusive tendo, em muitos casos, as próprias Associações Comerciais como mantenedoras de escolas.

Acompanhando a expansão e modernização da economia, o governo federal implementou várias alterações na educação profissional no decorrer século XX. Especificamente, para o ensino comercial destacam-se as alterações de 1926, de 1931 e de 1943.

O Decreto nº 17.329, de 29 de maio de 1926, deu-lhe a nomenclatura de técnico-comercial. Manteve o curso geral³³, que passou a conferir ao formando o diploma de

³³Tinha como componentes curriculares: A) Propedêuticas - Língua portuguesa, Francês e Inglês; Noções de ciências naturais (física; química e história natural); Matemáticas (aritmética, álgebra e geometria); Geografia física e política, chorographia do Brasil; História geral e do Brasil; Instrução moral e cívica; Caligrafia; Datilografia e desenho. B) Técnicas: Noções de geografia econômica e da história do comércio, agricultura e indústria; Merceologia e tecnologia merceológica; Matemáticas aplicadas (operações financeiras a curto e a longo prazo); Noções de direito constitucional, civil e comercial; Legislação de fazenda e aduaneira; Prática jurídico-comercial; Contabilidade (integral); Complementos de ciências naturais aplicadas ao comércio; Estenografia; Mecanografia; Prática de comércio (BRASIL, 1926).

Contador e o curso superior³⁴, que graduava o aluno em Ciências Econômicas e Comerciais, mas ainda sem a correspondência de bacharel conferida à cursos superiores de outras áreas. O decreto também trouxe, pela primeira vez, a obrigatoriedade de aprovação em exames de admissão para os ingressantes no curso geral. A equivalência com o ensino secundário era de mão única podendo apenas receber alunos no curso geral via exames de admissão ou por dispensa se aluno comprovasse aprovação na escola de origem para as disciplinas dos exames: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução moral e cívica, Desenho e Geometria.

Na década de 1930, em consequência da Revolução Constitucionalista, houve uma série de transformações nos diversos setores do estado nacional, de forma que o governo Vargas concretizasse também mudanças na estrutura educacional, criando, inclusive, o Ministério da Educação e Saúde Pública, ao qual se ligava a Superintendência do Ensino Comercial que seria a partir de então o seu órgão de fiscalização (BRASIL, 1931).

Novas alterações foram impetradas ao ensino comercial pelo Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931 em que muito pesaram as críticas das instituições quanto ao formato anterior do curso geral que tinha um número excessivo de disciplinas, trinta e cinco no total, prejudicando o aprofundamento nos conteúdos e praticamente inviabilizando o curso frente à dificuldade de contratação de professores qualificados (FERREIRA, 1980).

O Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931 ainda dividiu o ensino comercial em três níveis sequenciais: propedêutico, técnico e superior. A partir do ensino primário comum, havia dois itinerários possíveis para o aluno que quisesse adentrar no ensino comercial: o isolado e elementar curso de auxiliar de comércio³⁵ de dois anos, ou o propedêutico³⁶ de três anos, ambos precedidos de exames de admissão. No término do curso propedêutico, o aluno poderia seguir entre os cinco cursos técnicos³⁷ estabelecidos: Secretário, de um ano; Guarda-livros ou Administrador-vendedor, de dois anos; Atuário ou Perito-contador, de três anos.

³⁴Tinha como componentes curriculares: Línguas (alemão, ou italiano, ou espanhol); Geografia humana; Geografia comercial; Estatística; história do comércio, da agricultura e da indústria; Noções de arte decorativa, tecnologia industrial e mercantil; Direito comercial e marítimo; Economia política; Psicologia aplicada ao comércio; Direito industrial e legislação operária; Ciência das finanças; Contabilidade do Estado; Direito internacional, diplomacia, historia dos tratados e correspondência diplomática; Matemáticas aplicadas (revisão e complementos); Direito constitucional e administrativo; Ciência da administração; Contabilidade mercantil comparada e banco modelo (BRASIL, 1926).

³⁵Tinha como componentes curriculares: Caligrafia; Datilografia; Português; Inglês; Aritmética; Contabilidade (noções preliminares); Contabilidade mercantil (BRASIL, 1931).

³⁶Tinha como componentes curriculares: Português; Francês; Inglês; Matemática; Geografia; Chorographia do Brasil; História da Civilização; História do Brasil; Noções de Física, Química e História Natural; Caligrafia (BRASIL, 1931).

³⁷Cada curso priorizava, conforme as necessidades, algumas disciplinas deste conjunto: Datilografia; Mecanografia; Estenografia; Desenho; Francês comercial; Inglês Comercial; Correspondência portuguesa,

Quanto à equivalência, o aluno do ensino comercial não podia ser transferido para o secundário propedêutico, mas o contrário continuava a ser permitido para os cursos técnicos que podiam receber, agora sem exame de admissão, alunos concluintes da 5ª série do Colégio Pedro II (ou de qualquer outro estabelecimento reconhecido pelo governo).

Dentre os cursos técnicos destacados, o de Atuário e de Perito-contador eram os únicos que habilitavam o prosseguimento no ensino superior ainda restrito à própria área de atuação, em Administração e Finanças³⁸, que certificava ao formando o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas.

No conjunto das mudanças, foram redefinidas atividades privativas para os contadores, para os atuários e para os bacharéis, que não só atenderiam a pluralidade técnica exigida para a área comercial, bem como regulamentavam a investidura em uma série de carreiras profissionais intermediárias. Por fim, ao colocar o curso superior da área como bacharel, a legislação elevava o seu status ao nível dos outros cursos superiores existentes mais elitizados.

Na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) foi promulgada uma nova constituinte que, com viés populista, pela primeira vez propôs garantias de educação profissional às camadas sociais menos favorecidas. Para Delphino (2010) o objetivo dos períodos ditatoriais no Brasil sempre foi o de domínio das oligarquias visando a reimplantar a ordem e com a exclusão dos setores populares das esferas de poder. Tal fato é que naquela constituição não houve o compromisso concreto do poder público em viabilizar o acesso à educação profissional, o que se consolidou foi um compartilhamento de responsabilidade com a iniciativa privada, lançando como provedores dessa educação os sindicatos, as indústrias e outras associações particulares.

No que toca ao ensino comercial, esse delineamento privado foi mantido e inclusive reforçado na década de 1940 por meio das novas reformas educacionais, conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino e realizadas pelo ministro da época, Gustavo Capanema.

francesa e inglesa; Geografia econômica; Matemática comercial; Matemática financeira; Cálculo atuarial; Estatística; Economia Política e Finanças; Seminário econômico; Direito Constitucional e civil; Direito comercial; Prática do processo civil e comercial; Legislação fiscal; Legislação de Seguros; Contabilidade (noções preliminares); Contabilidade mercantil; Contabilidade industrial e agrícola; Contabilidade bancária; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica comercial e processos de propaganda; História do comércio, indústria e agricultura; Organização de escritórios (BRASIL, 1931).

³⁸ Tinha como componentes curriculares: Matemática financeira; Geografia econômica; Economia Política; Finanças e Economia bancária; História econômica da América e fontes da riqueza nacional; Direito constitucional e civil; Direito internacional comercial; Direito administrativo; Direito industrial e operário; Direito público internacional; Política comercial e regime aduaneiro comparado; Legislação consular; Ciência da administração; Contabilidade de transportes; Contabilidade pública; Psicologia, lógica e ética; Sociologia (BRASIL, 1931).

O conjunto dessas reformas seria, até então, a mais ampla mudança estrutural na educação nacional e visava, entre outras coisas, a atender as particularidades econômicas e sociais emergentes do período republicano numa nova segmentação educacional mais complexa.

A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 205, grifos dos autores).

Em um período em que o estado era o grande agente de desenvolvimento econômico, na transição do modelo agroexportador pelo da industrialização, inclusive com substituição das importações, a proposição seria a de uma política educacional que visasse à formação de pessoas conforme as necessidades imediatas do mercado trabalho.

[...] uma série de cursos profissionalizantes deveria existir no nível do segundo ciclo, como opção para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. Desta forma, os cursos ginasiais, obedecendo a um programa mínimo comum em todo o país, e controlado pelo ministério, também funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. Isto, para o ministro, viria concorrer para a maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá como finalidade apenas conduzir ao ensino superior (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 207).

Nessa direção, os decretos-lei foram publicados especificamente para cada modalidade educacional, conforme a sua finalidade.

O ensino secundário tinha por objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação ao superior. Os demais ramos do Ensino Médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o ensino normal para a formação de professores para o Ensino Primário (MANFREDI, 2017, p. 65).

Apesar da evidente segmentação, para Ferreira (1980) trata-se enfim da profissionalização dos ensinos industrial, comercial e agrícola, visto ser dada a eles isonomia no formato, acompanhando assim o ensino secundário propedêutico, ou seja, os cursos se davam nos níveis de 1º e 2º ciclos (ou seja, ginasial e colegial, que juntos compunham o ensino médio na época), com ingresso a partir dos 11 anos de idade. Toda a educação

profissional ganhou equivalência para poder receber alunos oriundos do ensino secundário, porém, o inverso não era ainda permitido de forma que os alunos da educação profissional também não podiam seguir em cursos superiores diferentes de suas respectivas áreas.

Para o ensino comercial foram expedidos decretos em 1943³⁹ que o reorganizaram em: um curso básico⁴⁰ (1º ciclo - ginásial), cinco cursos técnicos⁴¹ (2º ciclo - colegial) e cursos não sequenciais de continuação ou de aperfeiçoamento. Correlato e subseqüente à área, mas agora desvinculados do ensino comercial, são criados, em 1945, dois novos cursos superiores em substituição ao de Administração e Finanças. São os cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais que conferiam diplomas de Bacharel em Economia e de Bacharel em Contabilidade, respectivamente.

Quanto aos novos cursos superiores, além de continuar sendo a única opção de prosseguimento para os formados dos cursos técnicos comerciais, passaram a poder receber também discentes oriundos do colegial secundário (científico ou clássico), o que de fato afunilou/elitizou o ingresso nestes cursos superiores por meio do aumento da concorrência.

Elimina-se, assim, a exigência de conclusão do curso comercial para ingresso no curso superior (como havia no caso do curso de Administração e Finanças), permitindo a um maior número de estudantes concorrerem à matrícula. Desse modo, os cursos de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais eram equiparados, do ponto de vista legal, aos cursos superiores tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia (cujos alunos provinham, em geral, dos cursos secundários clássico e científico) (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p. 49, grifo dos autores).

³⁹Decretos-Lei nº 6.141 e nº 6.142 e Decreto nº 14.373.

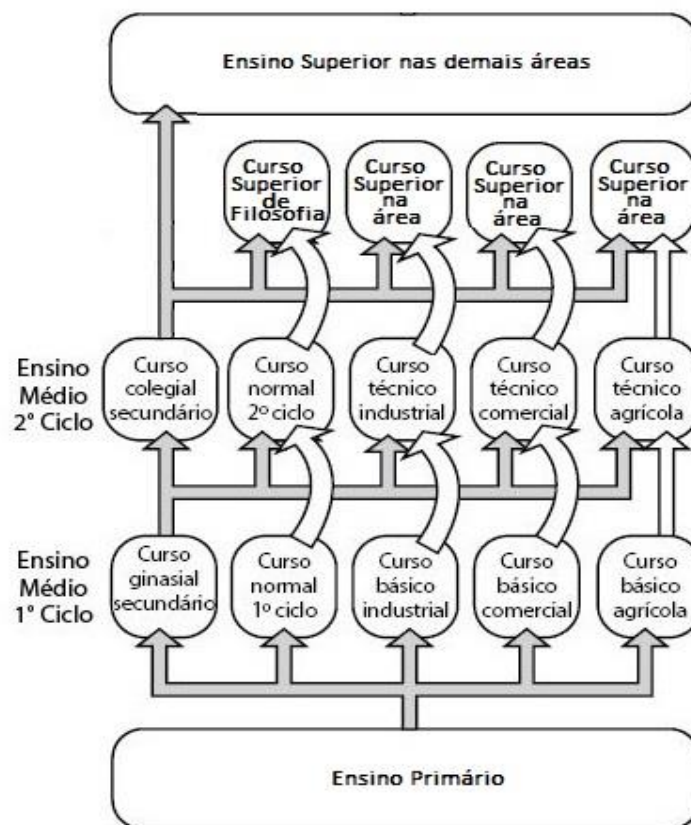
⁴⁰Tinha como componentes curriculares: Disciplinas de cultura geral - Português; Francês; Inglês; Matemática; Ciências naturais; Geografia geral; Geografia do Brasil; História geral; e História do Brasil. Disciplinas de cultura técnica - Caligrafia; Desenho; Datilografia; Estenografia; Escrituração mercantil; Prática de escritório (BRASIL, 1943c).

⁴¹Tinha como componentes curriculares comuns a todos os cursos técnicos: Português; Francês ou inglês; Matemática; Física e química; Biologia; Geografia humana do Brasil; e História administrativa e econômica do Brasil. Específicos do curso de Comércio e Propaganda: Organização e técnica comercial; Merceologia; Comércio de exportação e importação; Técnica da compra, de venda, armazenamento e distribuição; Desenho técnico; Mecanografia; Técnica da propaganda; Contabilidade geral; Contabilidade aplicada; Elementos de estatística; Elementos de economia; e Direito usual. Específicos do curso de Administração: Elementos de administração; Organização dos serviços públicos; Organização das empresas; Administração de pessoal; Administração de material; Mecanografia; Contabilidade geral; Contabilidade aplicada; Elementos de estatística; Elementos de economia; Elementos de finanças; e Direito usual. Específicos do curso de Contabilidade: Contabilidade geral; Contabilidade comercial; Contabilidade bancária; Contabilidade industrial; Contabilidade pública; Mecanografia; Elementos de estatística; Elementos de economia; Organização e técnica comercial; Merceologia; e Prática jurídica geral e comercial. Específicos do curso de Estatística: Estatística geral; Estatística aplicada; Complementos de matemática e cálculos estatísticos; Desenho técnico; Mecanografia; Elementos de contabilidade; e Ciências sociais. Específicos do curso de secretariado - Datilografia; Estenografia; Mecanografia; Biblioteconomia e arquivística; Elementos de contabilidade; Organização e técnica comercial; Estudos Sociais; Direito usual; Psicologia das relações humanas (BRASIL, 1943c).

Com o desprendimento dos cursos superiores, o ensino comercial reter-se-ia apenas ao 1º e 2º ciclos de formação, que deveriam ser ministrados em estabelecimentos distintos: em escolas comerciais apenas o curso comercial básico, e, em escolas técnicas de comércio os cursos técnicos, podendo estas oferecerem conjuntamente o curso comercial básico.

É possível observar na Figura 1 que o ensino secundário dava livre acesso ao aluno para toda e qualquer área de ensino superior, já as demais frentes de ensino, incluindo o próprio ensino comercial, ficavam restritas à sua área de formação.

Figura 1 - O Ensino Comercial sequencial no fluxograma do sistema escolar brasileiro a partir das Leis Orgânicas



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Manfredi (2017, p. 133, *apud* CUNHA, 2000, p. 39).

Para além dos cursos comerciais sequenciais dispostos na Figura 1, nessa reforma, como dito, foram ainda criados cursos não sequenciais de continuação e de aperfeiçoamento. Tais cursos visavam a suprir a escassez de mão de obra, fosse capacitando o pessoal não diplomado, mas que já estava trabalhando na área (cursos de continuação), ou dando formação continuada aos já diplomados (cursos de aperfeiçoamento). Tratava-se de cursos curtos voltados para as urgências mercadológicas.

Nesse ínterim, foi fundado pelo governo federal, em 1946, o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) que formaria uma enorme infraestrutura de escolas privadas, mas mantida com recursos públicos originados da própria arrecadação de impostos da área (BRASIL, 1946). Estes seriam geridos em um sistema privado unificado nacionalmente, composto por várias instituições e de diversos ramos econômicos, que ficou conhecido como Sistema S⁴².

No campo da formação profissional, o modelo construído a partir de 1930 combinou o cerceamento e o enquadramento institucional das associações de trabalhadores e uma política de convencimento e de disputa de hegemonia no plano ideológico. Assim, a montagem do sistema corporativista de representação sindical, além de possibilitar o desmantelamento das iniciativas dos trabalhadores, favoreceu a construção de um sistema que, paralelo ao sistema público (às redes públicas estaduais e à rede federal), era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais – o “Sistema S” [...] (MANFREDI, 2017, p. 65).

Esse sistema de ensino, segundo Carvalho (1965), por ter foco nos cursos de continuação e aperfeiçoamento não competiria com as escolas de ensino comercial existentes, pois a estas continuaria a caber a formação mais abrangente, ou seja, em nível sequencial de 1º e 2º ciclos.

É possível depreender que por meio do SENAC foi formada pela primeira vez uma rede oficial de escolas voltadas para o ensino comercial. Isso, na prática, permitiu ao governo canalizar as demandas econômicas imediatas do mercado de trabalho para as camadas sociais populares por meio dos cursos rápidos de continuação e de aperfeiçoamento ao mesmo tempo em que ficaria sob seu controle toda essa estrutura. O estado incorpora um papel de realizador ao planejar e incentivar a criação de escolas para compor essa nova rede, mas por outro lado, mais uma vez se exime de fundar e manter diretamente as escolas de ensino comercial regular e sequencial.

O conjunto das leis orgânicas merece destaque por ter dado nova estruturação a toda a rede educacional nacional que, apesar de reproduzir a clássica divisão entre trabalho intelectual *versus* trabalho manual, também estava representada, por meio de toda uma segmentação de modalidades educacionais, uma nova complexidade social, especialmente econômica, emergente desde o século anterior. Mesmo com toda uma nova categorização do

⁴² Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>.

ensino é perceptível a lógica dualista entre o ensino para a elite dirigente, secundário e superiores nas diversas áreas do saber e aquela para os demais estratos sociais.

Particularmente para o ensino comercial houve a sua desvinculação do ensino superior, o qual ganhou autonomia e equivalência comum a outros cursos superiores, tornando-se mais elitizado. Foram mantidos os ensinos profissionais nos níveis básico e técnico de 1º e 2º ciclos como algo intermediário, e foi criado o SENAC enquanto rede institucional de escolas para uma formação mais aligeirada às necessidades da área de comércio. Ademais, é nesse panorama de aproximação entre educação e desenvolvimento econômico e em plena expansão do ensino comercial pelo Brasil que nasceu, em 1948, a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul⁴³.

Não que a economia da educação tivesse nascido do pós-guerra. Mas ela ganhou importância em conexão com o peso adquirido pela educação como fator de desenvolvimento, este transformado no tema central do período. A educação passou a ser vista, simultaneamente, como o motor das “etapas do crescimento econômico” [...] (PAIVA, 2001, p. 186, grifo do autor).

Os anos que sucederam às leis orgânicas foram de acentuação de um processo em curso no Brasil, das manifestações sociais num amplo debate em prol de melhorias e mais oportunidades no acesso à educação, de forma que havia uma crescente na busca pelo ensino secundário médio de 2º ciclo e pelo ensino superior.

De fato, as camadas médias urbanas passaram a buscar o alcance de graus escolares cada vez mais elevados a fim de ingressarem nas organizações burocráticas e progredirem em suas ocupações, galgando níveis mais altos de remuneração, de prestígio e de poder. Durante a segunda metade da década de 1940 e ao longo de toda a década de 1950, o governo federal promoveu a incorporação de estabelecimentos privados de ensino superior, logrando ampliar o número de vagas em universidades criadas por meio do processo de *federalização* (XAVIER, 2003, p. 243-244, grifo da autora).

Essa federalização basicamente convertia faculdades privadas em públicas e tinha muito apelo dos próprios setores médios, uma vez que transformava os funcionários dessas instituições em servidores públicos ao tempo em que se expandiam as vagas de ensino superior gratuito.

Visando a otimizar o ingresso no ensino superior, a Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950 passa a garantir aos concluintes dos ensinos profissionais comercial, agrícola e industrial de 1º ciclo a possibilidade de matrícula nos cursos de 2º ciclo secundário (clássico ou

⁴³Nominada provisoriamente na fundação, em 1948, como Escola Comercial Horácio Berlinck (ARQUIVO MEMORIALISTA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL).

científico), desde que aprovados nos exames para ingresso, ou seja, podendo galgar adiante uma vaga na universidade em área diferente. Foi também garantida, distintamente, apenas aos concluintes dos cursos técnicos comerciais, a matrícula para qualquer curso superior se aprovados fossem em exames vestibulares.

No ano de 1953, a Lei nº 1.821, conhecida como “lei de equivalência”, intentou de modo isonômico sobre o acesso à universidade para todos os cursos de 2º ciclo da educação profissional, mas por incompatibilidades nas grades curriculares, essa consolidação geral só ocorreu de fato em 1961, com a primeira LDB.

Mesmo massivamente privado, da década de 1930 a 1960, Carvalho (1965) frisa que o curso técnico comercial foi o segundo em velocidade de crescimento em matrículas dentre os de 2º ciclo, sendo superado apenas pelo ensino colegial científico ou clássico. Enquanto que nesse período a população brasileira apenas dobrou de tamanho, o técnico comercial cresceu cerca de vinte vezes em número de alunos ingressantes.

A década de 1950 foi o pico de crescimento com base nas garantias na citada Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Os cursos técnicos comerciais passaram a ser economicamente viáveis, uma vez que habilitavam para o ingresso no ensino superior de qualquer área, podendo o aluno já estar empregado ou, ainda que não, ao menos preparado para exercer alguma função intermediária na área comercial. Essa expansão foi tão alta que esbarrou no quantitativo insuficiente de professores aptos a lecionar na modalidade, sendo então criada pelo governo federal, no ano de 1954, a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (CAEC)⁴⁴ que tinha por finalidade a formação de professores (CARVALHO, 1965).

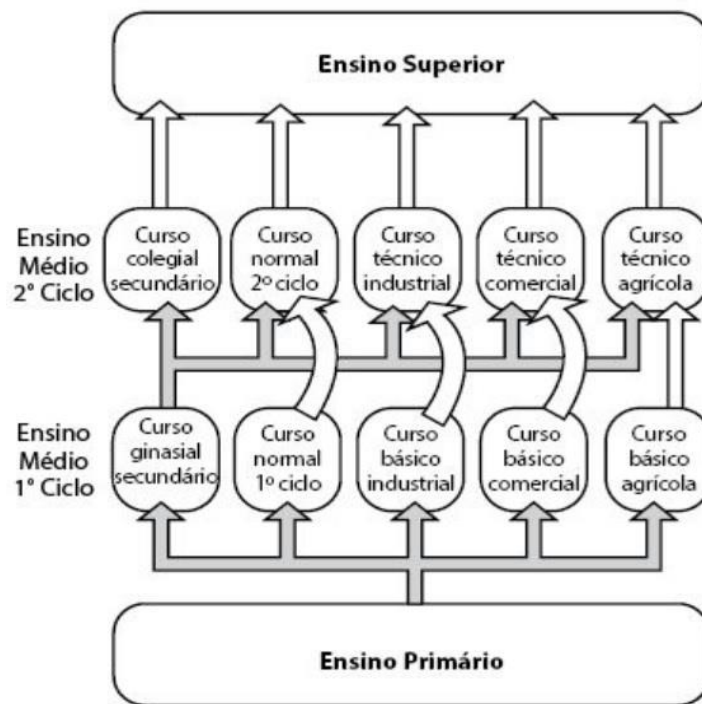
Destaca-se, nesse ponto, que, com um retrospecto nacional histórico de não universalização do acesso à educação e às vésperas da primeira LDB de 1961, a maior parte das escolas do ensino médio de 2º ciclo era privada, o que, por si só, já representava uma segregação social. Nos ramos de maior procura, essa predominância chegou a ser de 59,7% no montante dos cursos científico e clássico, de 65,7% no ensino normal e de 88,1% no técnico comercial. Todavia, essa lógica se invertia nos cursos menos solicitados, chegando a 46,3% para o ensino industrial e apenas de 9,1% no ensino agrícola (IBGE, 1960).

Naquele contexto, caminhavam os debates educacionais e, sobretudo, políticos no entorno da constituição da LDB, em que estavam de um lado os empresários das escolas particulares e a igreja católica, e de outro, os intelectuais que lutavam pela universalização da

⁴⁴Decreto nº 35.247, de 24 de março de 1954. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial.

educação pública (XAVIER, 2003). Porém, na publicação da lei o que se viu foi um caráter mais liberal do que propriamente de comprometimento público para a educação. O direito constitucional à gratuidade não foi sequer explicitado, mas apenas genericamente tratado como uma “[...] obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor” (BRASIL, 1961, Art. 3º, D). A lei permitiu, ainda, a possibilidade de o governo conceder empréstimos e subvenções amplas junto à iniciativa privada.

Figura 2 - O Ensino Comercial sequencial no fluxograma do sistema escolar brasileiro a partir da LDB de 1961



Fonte: Extraído de Manfredi (2017, p. 139 *apud* CUNHA, 2000, p. 39)

A partir da LDB de 1961 e de modo comparativo entre as Figuras 1 e 2, observa-se que passa a haver isonomia entre as mais distintas modalidades de ensino quanto ao acesso ao ensino superior em qualquer área do saber. Ainda que com avanços quanto à equivalência total, Kuenzer (1997) destaca que, nos anos seguintes à LDB, poucas alterações ocorreram no cenário social da educação de nível médio de 2º ciclo:

A equivalência estabelecida pela Lei 4024/61, em que pese não superar a dualidade estrutural, posto que permanecem duas redes, e a reconhecida socialmente continua a ser a que passa pelo secundário, sem sombra de dúvida trouxe significativo avanço à democratização do ensino. A legitimidade social conferida ao ramo propedêutico é testada pelas estatísticas da época: das 1.129.421 matrículas no ensino médio de 2º ciclo, a grande concentração de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul; 50% das matrículas correspondiam ao secundário, 45% aos ramos normal e comercial, e, apenas 5% aos ramos industrial e agrícola (KUENZER, 1997, p. 14).

Com base nos dados elencados é possível inferir que, mesmo com a equivalência plena entre as diversas modalidades naquele momento, havia uma prioridade de busca, por conta do reconhecimento social, com relação ao 2º ciclo secundário (colegial clássico ou científico).

O ensino comercial se manteve em uma posição intermediária, sendo, porém, o mais procurado entre os cursos profissionalizantes. Apesar de representarem a estratificação social daquele momento, esses dados também refletem a antiga segregação, com base no preconceito com relação aos trabalhos manuais, claramente expressa pela baixa procura quanto ao ensino agrícola e ao industrial.

No âmbito da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, o que se tenta evidenciar adiante é que, apesar de se tratar de uma escola particular, ou seja, de haver a pré-disposição financeira do ingressante em pagar pelo curso, a instituição atendia a uma clientela muito variada, inclusive com disposição de bolsas de estudo, acessando praticamente todos os estratos sociais, mas com alguma predominância da camada média trabalhadora. Este último público se justifica, muito provavelmente, pelo fato de os cursos serem noturnos.

Quanto à diversidade do alunado, de um modo amplo, pode-se afirmar ainda que incidia tanto o fato de ser a única escola local de educação profissional, quanto a questão de ser a única com formação equivalente, até 1956, ao 2º ciclo de ensino médio por meio curso técnico em Contabilidade. O egresso deste tinha o direito de acessar, via exame vestibular, cursos superiores de qualquer área. Além desses fatores, a procura por ascensão social via ensino comercial, na época, tanto em esfera macro como micro, fizeram com que a instituição tivesse largo reconhecimento no âmbito local, não passando os seus cursos pelo processo de marginalização histórica inerente à educação profissional.

Muito embora a LDB de 1961 tenha representado o importante e primeiro marco de legislação unificada para todos os níveis de ensino na política de educação nacional, aquela década se iniciou com eminente crise econômica, social e política no país.

Apesar de o recorte temporal desta pesquisa não contemplar na íntegra o período da ditadura no Brasil, iniciado com o golpe civil-militar em 1964, convém destacar os pontos importantes e mais imediatos que o sucederam e que, de algum modo, ecoaram no universo da educação profissional.

Desde o Movimento de 1930 – resposta tupiniquin à crise de 1929 do capitalismo internacional – que o Brasil procurava saídas face à ruptura da República

agroexportadora, à crescente urbanização e à influência dos militares (...). Na reordenação que se processou, após a crise do Estado liberal-oligárquico, a sociedade política (o Estado) incorporou setores da classe dominante com interesses voltados para o setor industrial e, a partir daí, procurou conciliar capital e trabalho. Instalou-se posteriormente, o chamado “modelo de substituição das importações” que possibilitou a emergência do setor industrial como hegemônico nos anos 60. Já no final dos anos 50 este processo parecia em vias de conclusão e o seu desdobramento implicaria abrir o mais amplo mercado interno. Este foi o desafio ao governo João Goulart e ao seu programa de “Reformas de Base” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 08, grifo dos autores).

Na visão do então presidente João Goulart, esse programa consistia numa série de reformas estruturais que dariam vasão ao desenvolvimento econômico e social do país.

Sabemos que João Goulart se deparou com graves problemas de infraestrutura básica que tolhiam o desenvolvimento preconizado e iniciado por Juscelino. A indústria sofria com água e eletricidade escassas, com apenas mil quilômetros de estradas pavimentadas e com um sistema ferroviário inadequado e tecnicamente insuficiente. Na área social, caracterizada pelas massas migratórias do campo para a cidade, havia falta de empregos, escolas e moradias. Em 1963, apoiado pelos sindicatos, Goulart passa a defender um conjunto de reformas que chamou “reformas de base” e que incluíam reforma agrária, educação, imposto e habitação. Somente a partir destas reformas seria possível, segundo seu ponto de vista, resolver as grandes questões econômicas, como o impasse do balanço de pagamentos e a inflação (DELPHINO, 2010, p. 54).

Assim, sob o pretexto de segurança nacional e de ameaça comunista em um cenário internacional de guerra fria, setores conservadores, latifundiários, empresários e militares de alta patente, apoiados pela grande mídia e, especialmente, alinhados à hegemonia capitalista internacional, fizeram uma grande operação de tomada de poder em 31 de março de 1964, prendendo amplamente militantes de esquerda, sindicalistas e estudantes (CUNHA; GÓES, 1985).

Iniciou-se, então, um período histórico de grande repressão e com claro interesse de vigilância e de proposituras capitalistas sobre o sistema educacional. O governo brasileiro se aproximou de órgãos internacionais e o viés ideológico dos militares se afinou com os ideais neoliberais da economia, especialmente norte-americanos:

Como fazer o controle do sistema educacional, através de técnicas que facilitassem a divulgação da nova ideologia condizente com os interesses do capitalismo? Novos mecanismos foram desencadeados: a repressão se bateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas e o Estado foi buscar meios de criar novos quadros. Não precisou muito. A mão estava a sua fonte e poder: a Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável, desincumbiu-se da Missão. Assumiu esta, assim, a tarefa de reordenação da educação nacional, sigilosamente, nas gestões de três ministros de Educação [...] (CUNHA; GÓES, 1985, p.31).

Com uma nova Constituição nacional, implantada em 1967, há um claro sinal de menor participação do estado na educação: a gratuidade poderia ser substituída por bolsas de estudo em instituições particulares, com a exigência de reembolso posterior.

Nesse ponto, a legislação já se apresentava prontamente ligada à economia e com claras diretrizes da Teoria do Capital Humano, onde, em geral, a expansão da educação ocorre na iniciativa privada, mas com recursos oriundos do estado ou dos próprios estudantes:

O próprio Mark Blaug (1970) era simpatizante da proposta dos "bônus-escolar" (vouchers) formulados pelo incansável Milton Friedman no início dos anos 60 (embora, a rigor, a primeira defesa friedmaniana do sistema de bônus data de 1955 - Friedman, 1955). Alguns deles inclusive eram partidários de posições claramente privatizantes (West, 1965). De qualquer forma, em termos gerais, aceitavam que o protagonismo estatal era importante, acima de tudo, porque a própria expansão do mercado de trabalho e as crescentes necessidades de "mão-de-obra" assim o impunham. [...] Em suma, a questão consistia em saber quanto investiriam em educação o setor público e as famílias e quanto deveriam investir para poder responder aos desafios de um mercado cujos benefícios (pelo menos hipoteticamente) tenderiam a universalizar-se (GENTILI, 1995, p. 195, grifo do autor).

Nesse propósito, a educação escolar passou a ser pensada individualmente e vista como um capital de investimento. Enquadrou-se na livre concorrência do mercado, de modo que, aquele que mais se qualificasse, em tese, conseguiria melhor produzir e assim contribuir mais efetivamente para o crescimento econômico do seu país. Esse crescimento, por consequência, aumentaria, teoricamente, a oferta de postos de trabalho. De fundo, essa educação reforçava o espírito da meritocracia e da liberdade privada, princípios do liberalismo clássico.

Sob esta perspectiva, os conhecimentos que aumentam a capacidade de trabalho constituem um capital que, como fator de produção, garante o crescimento econômico de modo geral e, de forma particular, contribui para incrementar os ingressos individuais de quem o "possui" (GENTILI, 1995, p. 194, grifo do autor).

A reforma universitária de 1968 teve como escopo o interesse do Estado pelo controle político da universidade, inclusive, por meio da nomeação de reitores com vistas a conter possíveis insurreições estudantis. Como não havia universidade pública para todos que se formavam no ensino médio de 2º ciclo, até porque estas eram reservadas às elites do país, a solução para a expansão de vagas desonerando o Estado, contudo sem a garantia de qualidade, mas agradando ao mercado da educação, foi permitir que a lei desse lastro à criação das fundações e/ou associações privadas de ensino superior (BRASIL, 1968).

Em 1971, há uma reformulação da LDB⁴⁵ que é voltada, exclusivamente, para os ensinos de 1º e 2º graus e torna a profissionalização compulsória para o ensino médio.

Mas, para que a expansão das matrículas no ensino superior não fosse muito grande, de modo a resultar em possível desemprego de pessoal altamente escolarizado, nem pressionasse demais os orçamentos governamentais, determinou-se a profissionalização compulsória de todo o ensino médio. Com isso, imaginava-se poder deslocar para o mercado de trabalho, supostamente carente, uma parte crescente da demanda de candidatos ao ensino superior (XAVIER, 2003, p. 245).

A ideia era suprir a mão de obra necessária ao país viabilizando a formação de capital humano. O atendimento das necessidades produtivas mais urgentes viria pelos estratos populares ao mesmo tempo em que ficava resguardado à elite dirigente o acesso ao ensino superior. Essa reformulação da LDB serviu para fomentar ainda mais o sistema dual da educação no Brasil, pois as escolas de ensino médio, de acordo com a necessidade, passaram a escolher as matérias na parte diversificada do currículo. Desse modo, as escolas de elite privilegiavam as disciplinas que eram mais cobradas nos exames vestibulares das universidades enquanto as escolas das camadas populares davam prioridade às temáticas de instrução profissional, formando seus egressos para o mundo do trabalho.

Outro aspecto também seguido à risca no conjunto das mudanças era o projeto econômico privatizante da época, mantendo e ampliando a participação da iniciativa privada:

Art. 63. A gratuidade da escola oficial e as bolsas de estudo oferecidas pelo Poder Público serão progressivamente substituídas, no ensino de 2º grau, pela concessão de bolsas sujeitas à restituição.

Parágrafo único. A restituição de que trata este artigo poderá fazer-se em espécie ou em serviços profissionais, na forma de que a lei determinar (BRASIL, 1971).

Segundo Manfredi (2017), frente à impossibilidade concreta de articular todo o ensino médio com a educação profissional, a partir da década de 1980, o formato regrediu à divisão clássica de formação geral de um lado e de formação profissionalizante de outro.

Como apresentado, a década de 1950 foi o auge do ensino comercial, em especial, com o crescimento dos seus cursos técnicos por serem equiparados com o 2º ciclo secundário (colegial clássico ou científico). Os anos de 1960 se iniciam com uma crise estrutural na política brasileira que acabou por “legitimar” um golpe de estado e, por conseguinte, a educação se afinou como nunca aos interesses econômicos hegemônicos.

⁴⁵Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

A Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul acompanhou os dois extremos nacionais: o de euforia e crescimento de alunos e expansão de cursos num primeiro momento da fundação e pela década de 1950 e, posteriormente, vivenciou um cenário de crise nos anos 1960 de diminuição de matrículas. Porém, especificamente, as explicações para essa oscilação negativa de procura pela escola se assentam mais em questões de esfera micro, como a expansão do ensino público na cidade e a um episódio específico de “evasão em massa” relacionada ao curso Técnico em Contabilidade. Referente ao período militar, as principais implicações quanto à educação profissional em si, são notadas na prática, a partir da Constituição de 1967 e da reformulação da LDB em 1971, período fora do recorte temporal para este objeto de estudo.

Ademais, a práxis da história social (LE GOFF, 1990) incita a destacar neste trabalho, como “herança” desse período opressivo, o ocorrido com dois jovens do município de Votuporanga, militantes comunistas do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que foram comprovadamente capturados, torturados e mortos pelo regime militar no ano de 1971, na cidade de São Paulo. Trata-se dos irmãos Denis Casemiro e Dimas Antônio Casemiro⁴⁶, tendo este último sido, inclusive, estudante da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul no curso Comercial Básico, entre os anos de 1958 e 1964.

1.3 Origens e evolução do ensino comercial no estado de São Paulo

Em São Paulo, bem como no contexto geral do país, o ensino comercial só viria a despontar com o advento da República. Nasceu e cresceu impulsionado pelo cultivo do café, que atraiu um grande contingente populacional e, por consequência, o crescimento da indústria e do comércio em atendimento ao consumo.

Com a vigência do Estado Republicano e a presença do trabalho livre - particularmente do imigrante, desencadeado o processo de desenvolvimento comercial, urbano e industrial, surgem outros interesses e necessidades que impelem à implementação de novas medidas no campo do ensino popular e profissional (MORAES; ALVES, 2002, p. 17).

Do Período Imperial até a transição para a República, o estado do Rio de Janeiro tinha não apenas a capital nacional, mas gozava de todo um protagonismo econômico na nascente indústria e no comércio. Porém, nas últimas décadas do século XIX, e com mais intensidade a

⁴⁶O histórico militante em vida e as causas da morte de ambos podem ser pesquisados na página da comissão da verdade do estado de São Paulo, em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos>

partir da República, outras províncias como Minas Gerais e São Paulo passaram a ganhar destaque pelo crescimento na produção agropecuária e posteriormente pelo poderio econômico de suas oligarquias.

Minas Gerais, além do café, vinha a destacar-se pela pecuária, com foco na produção de leite e São Paulo, pela hegemonia no crescente cultivo cafeeiro que já era, naquela altura, o principal produto de exportação do país.

Em meados do século XIX, principalmente pela substituição do trabalho escravo, o centro econômico do país começou a migrar para a Região Sudeste. A produção do café expandiu-se decisivamente, tornando-o o principal produto da pauta de exportações em torno da década de 40 daquele século. [...] Além da cultura cafeeira, o surgimento do Código Comercial, em 1850, a expansão das estradas de ferro, das empresas de serviços urbanos e dos investimentos estrangeiros foram indicadores de crescimento da economia (PELEIAS *et al.*, 2007, p. 24-25).

A visibilidade de São Paulo em muito se deve ao deslocamento geográfico e expansão intensa dessas lavouras do vale do Paraíba, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, para os vastos planaltos no oeste de seu interior. Necessário frisar que tal fenômeno só foi possível em função da construção de ferrovias, a partir de 1860, ligando estas regiões longínquas ao porto de Santos (SILVA, 1976).

Se o crescimento do país tinha como base a exportação de café, a província paulista se tornou um polo atrativo de pessoas à procura de trabalho que vinham de outras partes da própria nação, mas com larga predominância de imigrantes europeus. Os números destes chegavam, segundo Furtado (2005, p. 130), “[...] a 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”.

A grande maioria era empregada no cultivo do café, mas segundo Fausto (2016), existem indícios de que uma parte deste contingente permanecia nas cidades por considerarem haver maior possibilidade de ascensão social. Além disso, também destaca a existência de um fluxo rural-urbano, com base num excedente de trabalhadores não mais absorvidos pelas lavouras. Dados censitários de 1872 e 1900, ou seja, de um intervalo inferior a trinta anos, atestam o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, que teve seus habitantes multiplicados em 7,6 vezes, saltando de 31.385 para 239.820 moradores. Para fins comparativos, nesse mesmo período, a população total do estado cresceu 2,7 vezes e a do Brasil apenas 1,7 vezes (IBGE, 1872, 1900).

Esse crescimento populacional e os novos hábitos trazidos pelos imigrantes aumentavam o consumo de produtos no comércio e, conseqüentemente, tiveram que ser

criadas mais indústrias. Especialmente quanto ao desenvolvimento do comércio, destaca Polato (2008) que nasciam importantes instituições para a área, como: Junta Comercial de São Paulo (1890); Jornal O Commercio de São Paulo (1893); Associação Comercial de São Paulo (1894); Associação Comercial de Santos (1870) e Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo (1895).

Além do consumo estimulante, segundo Fausto (2016), outro fator que favoreceu o surgimento de mais indústrias foi a dificuldade encontrada por alguns dos próprios imigrantes em adquirir terras para lavouras, de modo que tiveram que buscar empreender em outras vias para além das atividades mercantis que envolvessem a monocultura do café, como as indústrias de primeira necessidade e em pequenos comércios.

Em meados da última década do século XIX, a cidade de São Paulo contava com 121 estabelecimentos que se utilizavam de energia mecânica, dos quais 52 eram realmente industriais. A referência aos ramos mostra a vinculação das empresas com as necessidades de consumo ou sua conexão com o setor de serviços: dentre os onze estabelecimentos que empregavam mais de cem operários, havia três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias. [...] O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca (FAUSTO, 2016, p. 37).

Neste ponto, Peleias *et al.* (2007) complementa que o modelo agrário-exportador brasileiro, desde o final do século XIX, já sofria com as flutuações do preço internacional do café o que deu início a uma crise que foi agravada pela superprodução e pela queda do consumo posterior no período entre guerras. Este cenário fez com que, desde então e aos poucos, até mesmo o baronato cafeeiro paulista também fosse diversificando seus investimentos, empregando também recursos na indústria.

A Tabela 1 demonstra o aumento da concentração de indústrias no estado de São Paulo entre 1907 e 1929. Com destaque para a década de 1920, onde o próprio estado do Rio de Janeiro foi ultrapassado nesse quantitativo. De acordo com dados do IBGE (1970), posteriormente, a partir de 1960 também foi superado em população.

Tabela 1 - Comparativo do crescimento industrial dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1907, 1920 e 1929

Anos	Número de estabelecimentos			Número de operários		
	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil
1907	662	326	3.258	34.850	24.186	149.018
1920	1.542	4.145	13.336	56.517	83.998	275.512
1929	1.937	6.923	(*)	93.525	148.376	(*)

Fonte: Silva, 1976.

Nota: (*) A fonte não indica esses dados.

Além da demanda por gente capacitada na burocracia estatal, criada a partir da República, a das casas comerciais na exportação do café e de outras atividades de importação, visto que o Brasil ainda não produzia no seu território tudo que necessitava, destaca ainda Carvalho (1965) que, até mesmo as próprias indústrias e os comércios emergentes naquele momento passaram a ofertar muitas vagas de trabalho, incluindo para cargos de gestão e contabilidade.

A urbanização, a criação de grandes mercados consumidores, o desenvolvimento da produção em larga escala, a abertura de estradas, possibilitando a distribuição rápida em larga rede comercial, resultaram em organização de enormes, variados e complexos empreendimentos comerciais, cujo funcionamento à base de aparelhagem e técnicas científicas em suas operações e em sua administração trouxe, inevitavelmente, a conseqüente criação de necessidades novas de pessoal altamente especializado, variadamente diversificado (CARVALHO, 1965, p. 72).

Diferentemente da cidade do Rio de Janeiro, que contou com as iniciativas governamentais das Aulas de Comércio da Corte posteriormente transformada em Curso do Instituto Comercial do Rio de Janeiro e, depois, com o Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofício, o estado de São Paulo, já adentrando no último quartel do século XIX, não possuía uma instituição ou um curso específico que formasse gente capacitada para estes novos postos de trabalho.

Nessa direção, Carvalho (1965) afirma que esse tipo de formação foi nascendo vagarosamente em cursos de outras áreas já existentes, por meio de:

[...] disciplinas de contabilidade, economia, legislação em cursos de faculdades, escolas profissionais de outra natureza — Direito, Engenharia, escolas normais etc., cuja origem era mais antiga. E começaram em cadeiras avulsas daquelas disciplinas instituídas livremente por profissionais experientes formados no exterior, uns, empiricamente preparados, outros [...] (CARVALHO, 1965, p. 73).

Por hora, é preciso esclarecer que há um retrospecto de discussão e controvérsias quanto à instituição pioneira no ensino comercial em de São Paulo. Porém, o que é plausível de se afirmar é que, naquele período, as escolas que se dispunham para tal tinham em comum a natureza de serem de iniciativa privada, custeadas pelo baronato do café, por pequenos empresários, órgãos do comércio ou ainda filantrópicas e, em grande parte, foram fundadas ou impulsionadas por imigrantes. Para Gaidargi (2018, p. 23, grifo da autora), estes últimos tinham uma visão diferente da educação profissional, tida por eles como possibilidade de

ascensão social: “é deste modelo de escola, encorajada por imigrantes, que viriam a fazer parte a primeira ‘classe média brasileira’”.

Polato (2008) e Gaidargi (2018) atribuem a primeira iniciativa paulista⁴⁷ nesse formato às aulas de comércio ministradas pelos imigrantes norte-americanos e protestantes do Mackenzie College, com especial atenção ao chamado Curso Superior de Comércio, criado em 1886, que visava a preparar e a direcionar profissionais “adestrados” para altos cargos nas casas comissárias do comércio cafeeiro de Santos e São Paulo.

Por sua vez, Nascimento, O., (2007) e Manfredi (2017) sinalizam o protagonismo dos padres italianos salesianos na fundação, em 1886, do Liceu Coração de Jesus de Artes, Ofícios e Comércio⁴⁸. Nesta instituição, em regimes de internato e externado, os aprendizes recebiam, subsequente ao ensino primário, uma complementação escolar de cinco ou seis anos de formação geral com predominância religiosa em paralelo à formação profissional que ficava para os três anos finais do curso e incluíam, entre outras, a disciplina de Contabilidade.

Outros estudiosos dividem-se entre a Escola Politécnica de São Paulo (POLI) e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, hoje, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Nesse ponto, argumentam Martins, Silva e Ricardino (2006) que:

A falta de pesquisas voltadas à recuperação da história da Contabilidade no Brasil permite, vez por outra, que algumas afirmações se perpetuem por intermédio de contínuas referências escritas ou verbais à afirmativa original. Um exemplo dessa natureza diz respeito à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado [...]. A afirmativa é inexata. Em data anterior àquela, outra instituição, formalmente constituída, a Escola Politécnica de São Paulo, ensinava e outorgava diploma de Contador àqueles que concluíssem o curso preliminar (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006, p. 114).

Idealizada pelo engenheiro de família cafeeira paulista, Antônio Francisco de Paula Souza, a POLI, em funcionamento desde 1892⁴⁹, nunca teve por objetivo principal o ensino comercial. Porém, em seu regulamento⁵⁰ ficou instituído para as graduações de engenharia uma grade curricular comum dividida em curso preliminar, de um ano de duração, e, curso geral, de dois anos, de modo que era conferido ao aluno no final do preliminar o diploma de contador (SÃO PAULO, 1894).

⁴⁷Nos levantamentos de Gaidargi (2018) há ainda menção quanto à primeira iniciativa no mesmo formato para o estado de Minas Gerais: trata-se do Instituto Granbery, em Juiz de Fora.

⁴⁸Manfredi (2017) relata que o primeiro liceu fundado pelos padres salesianos foi o de Niterói-RJ, em 1883. Até a metade do século XX, somavam-se quatorze unidades instaladas pelo Brasil.

⁴⁹Lei nº 64, de 17 de agosto de 1892.

⁵⁰Decreto Estadual nº 270-A, de 20 de novembro de 1894.

Por outro lado, a Escola Prática de Comércio de São Paulo é citada como escola pioneira nos trabalhos de Bielinsk (2000), Carvalho (1965), Saes e Cytrynowicz (2001), Ferreira (1980) entre outros. O destaque para esta instituição se dá pelo fato de sua finalidade ser unicamente comercial, desde a fundação.

Quanto a esta instituição, Polato (2008) afirma que antes da própria República já havia uma intensa movimentação do setor comercial da capital para que nela fosse implantada uma escola exclusivamente comercial, até que, em 1897, foi apresentado um memorial pelo representante do comércio paulistano, o Professor e Contador Horácio Berlinck, ao Vereador Pedro da Veiga Filho. O projeto foi levado à Câmara Municipal de São Paulo e rejeitado sob a alegação de falta de recursos financeiros. Naquela altura, a saída encontrada pelo proponente foi mobilizar a iniciativa privada de modo a levantar recursos para a fundação. O valor total arrecadado foi de Rs. 25:200\$000⁵¹, com a participação efetiva de comerciantes, banqueiros, industriais, cafeicultores e até mesmo de famílias abastadas.

Segundo Polato (2008), estiveram à frente da fundação, além do Professor e Contador Horácio Berlinck e o Vereador Pedro da Veiga Filho, o Senador Lacerda Franco e o Conde Antônio de Álvares Leite Penteadado. Este último, além de doar sozinho Rs. 10:000\$000 para a criação da escola, cedeu em 1906 um terreno no Largo de São Francisco para que fosse construída uma sede própria. Por este ato, a partir de 1907 foi considerado o patrono da instituição que passou a se chamar Fundação Escola de Comércio Álvares Penteadado.

Com o aporte financeiro destacado, em 02 de junho de 1902 foi fundada na capital esta que seria a primeira instituição no estado puramente de ensino comercial. A escola abrangia um público muito variado, haja vista as duas versões existentes para seu curso comercial: no modo diurno com pagamento de mensalidades, mas também outro, no período noturno e gratuito, visando a atender a camada social trabalhadora. As aulas foram iniciadas com 216 matriculados no curso⁵² que tinha três anos de duração e conferia ao concluinte o diploma de Habilitação Comercial. Este era sequenciado em cinco categorias: Inicial do comércio⁵³,

⁵¹A moeda utilizada na época era o Mil-réis. A pesquisa de Polato (2008) traz, para fins comparativos, exemplos dos valores de bens de mercado. São eles: terrenos na Avenida Paulista com 35 metros de frente por 11 metros de fundos: Rs. 300\$000; sobrado no alto da Rua Santo Antonio: Rs. 13:000\$000; fazenda com 180 alqueires, 40 mil pés de café e benfeitorias, com a estação Igaçaba da Mogiana: Rs. 45:000\$000.

⁵²Tinha como componentes curriculares: Matemáticas; Língua portuguesa, francesa, inglesa ou alemã; Geografia econômica e comercial e história do comércio; Noções gerais de escrituração mercantil; Estudo geral de mercadorias; Legislação; Economia política e finanças; Contabilidade comercial e financeira; e Estenografia e desenho (POLATO, 2008).

⁵³Habilitações possíveis para a categoria Inicial de comércio: empregados de comércio propriamente dito; de bancos e estradas de ferro; guarda-livros; ajudantes; escriturários de empresas industriais; caixas; agentes ou representantes de casas exportadoras e importadoras (POLATO, 2008).

Comercial⁵⁴, Profissional⁵⁵, Administrativa⁵⁶ e Consular⁵⁷. Cada uma delas habilitava para um conjunto de profissões que, somadas, chegavam a mais de trinta possibilidades para atuação, indo muito além de estabelecimentos comerciais, como bancos, serviços públicos, companhias de seguros e na área administrativa industrial. (POLATO, 2008).

Em 1905, conforme destacado anteriormente, junto da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, a instituição foi oficializada quando teve seus diplomas reconhecidos alterando o seu formato de curso com a finalidade de atender a nova legislação.

A discussão inexata relacionada ao pioneirismo da educação comercial no estado de São Paulo perpassa pelo entendimento de Ginzburg (1989) quanto ao fato de a história não ser uma ciência “galileana”, mas sim uma ciência social ligada ao concreto. Este autor complementa:

Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a série de fenômenos comparáveis, a sua estratégia assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira) (GINZBURG, 1989, p. 156-157, grifo do autor).

Polêmicas à parte, cada instituição destacada teve as suas particularidades e relevância, de forma que iniciaram um tipo de educação profissional que era, até então, inexistente no estado.

O primeiro Anuário do Ensino do estado de São Paulo, de 1907, apontou que espalhadas pelo estado já existiam 42 instituições subvencionadas de ensino filantrópico/profissional, sendo que destas, apenas três contemplavam cursos voltados para a área comercial: a descrita Escola Prática de Comércio de São Paulo (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado); a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo, e a primeira instituição de ensino comercial fora da capital, a Escola de Comércio de Santos (ligada à Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos), fundada em 1904.

⁵⁴Habilitações possíveis para a categoria Comercial: negociantes; comissários; corretores; prepostos; agentes de câmbio e de negócios de praça (POLATO, 2008).

⁵⁵ Habilitações possíveis para a categoria Profissional: professores de comércio; síndicos de bolsa; superintendentes; tradutores; avaliadores; intérpretes; secretários e amanuenses de associações, juntas comerciais e de câmaras sindicais (POLATO, 2008).

⁵⁶Habilitações possíveis para a categoria Administrativa: inspetores de alfândegas; conferentes; despachantes; diretores de estatística; diretores de colônias e de museus comerciais; agentes e comissários de imigração; oficiais de gabinete (POLATO, 2008).

⁵⁷ Habilitações possíveis para a categoria Consular: agentes consulares; chanceleres; secretários e adidos delegações e outros (POLATO, 2008).

Com o início da produção dos anuários do IBGE, em 1908, é possível contemplar dados quanto ao crescimento amplo das instituições profissionais comerciais por todos os estados do Brasil.

Em todas as fontes pesquisadas para a confecção da Tabela 2 o estado de São Paulo teve a maior concentração delas, por isso, destacado. Nota-se, a exemplo, que no ano de 1946 chegou a atrair mais de 1/3 das escolas existentes, totalizando, então, 44,3% do alunado do país.

Tabela 2 - Unidades escolares e alunos de ensino comercial no estado de São Paulo e no Brasil em 1908, 1912, 1932, 1942 e 1946

Anos	Unidades Escolares*		Número de alunos*	
	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
1908	6	25	732	2.052
1912	15	38	1.557	3.645
1932	157	401	8.063	19.268
1942	263	721	29.398	67.672
1946	412	1.123	40.417	91.139

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1908-1912, 1932, 1942, 1946 e 1950a.

Nota: (*) Os números expressos na tabela representam o total de instituições e de alunos do ensino comercial, ou seja, somados os montantes relacionados aos ensinos básico e técnico.

O conjunto de dados utilizados para a confecção da Tabela 2 não releva a localidade de cada unidade escolar instalada, mas estas mesmas fontes trazem, a partir de 1942, uma subdivisão numérica por capital de estado. Partindo de tal informação, é possível inferir que, por exemplo, em 1946, o estado de São Paulo possuía 412 unidades instaladas, sendo a maior parte delas, 228, espalhadas pelo interior e litoral do estado (IBGE, 1950a).

A Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul teve suas razões locais para existir, como se pode observar no próximo capítulo, mas não se pode deixar de considerar, buscando compreensão, os fatores em esfera macro que conduziram à difusão das instituições de ensino comercial por todo o estado.

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e região, seu território, seus públicos e zonas de influência (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

O aumento dessas unidades fora da capital muito certamente está associado ao desenvolvimento urbano e populacional de regiões mais afastadas em decorrência, especialmente, da interiorização das plantações de café e toda a infraestrutura econômica que a acompanhava. Segundo Silva (2013, p. 06, *apud* CAMARGO, 1952, p. 131) houve uma:

[...] distribuição irregular dos imigrantes e trabalhadores pelas diversas regiões, notando-se a preferência do encaminhamento, nas primeiras duas décadas do século XX, para as zonas produtoras mais prósperas como a Mogiana e a Baixa Paulista, sendo que nas duas décadas seguintes, a maioria se dirigia para as zonas novas, como Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana. Para estas se dirigiu mais da metade do elemento estrangeiro de 1901 a 1940 (SILVA, 2013, p. 06, *apud* CAMARGO, 1952, p. 131).

De acordo com Silva (2013), ainda que a chegada de imigrantes ao país tenha diminuído a partir da década de 1930, muitos se deslocaram para estas regiões que tinham como atrativo a abundância de terras, sendo muitas delas ainda inexploradas. Desse modo, a colheita se tornara muito mais lucrativa financeiramente para o colono, pois a terra nova lhe proporcionava maior média de produção por pé de café, ainda que o custo por unidade fosse o mesmo. Essa fertilidade também lhe dava garantias no retorno da produção de subsistência de seus próprios alimentos.

A estrutura herdada, por estas regiões mais afastadas da capital, das antigas lavouras do Período Colonial era de pequenos vilarejos e poucas estradas. Mas com o direcionamento do café, além de ferrovias, cria-se toda uma infraestrutura urbana de comércio, bancos, primeiras indústrias e de demais serviços que se instalam. Especialmente o noroeste do estado, onde se situa o objeto de estudo destacado nesta pesquisa, muitas cidades se expandiram, como exemplo, São José do Rio Preto, que contava com “[...] pouco mais de três mil almas em 1900, têm em 1920 a impressionante marca de 126.800 habitantes” (SILVA, 2013, p. 13). Das 228 escolas comerciais existentes em 1946 pelo interior e litoral do estado, sete estavam instaladas na região noroeste.

No Quadro 1 é possível contemplar o nome, a localidade e o ano de fundação de cada instituição existente na região às vésperas da criação da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul⁵⁸. A apresentação foi realizada com as terminologias implantadas a partir das Leis Orgânicas⁵⁹: escola comercial, para aquelas que ofereciam apenas o curso comercial básico em nível de 1º ciclo (ginásial), e escola técnica de comércio em nível de 2º ciclo (colegial) para aquelas que ofereciam, ao menos, um dos cursos técnicos existentes na época: de comércio e propaganda; de administração; de contabilidade; de estatística ou de secretariado. Estas últimas, além de dispor de cursos técnicos poderiam ofertar também o básico.

⁵⁸ Nominada provisoriamente na fundação, em 1948, como Escola Comercial Horácio Berlinck (ARQUIVO MEMORIALISTA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL).

⁵⁹ Decreto-lei Federal nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Quadro 1 - Instituições de ensino comercial fundadas na região noroeste de São Paulo até 1946

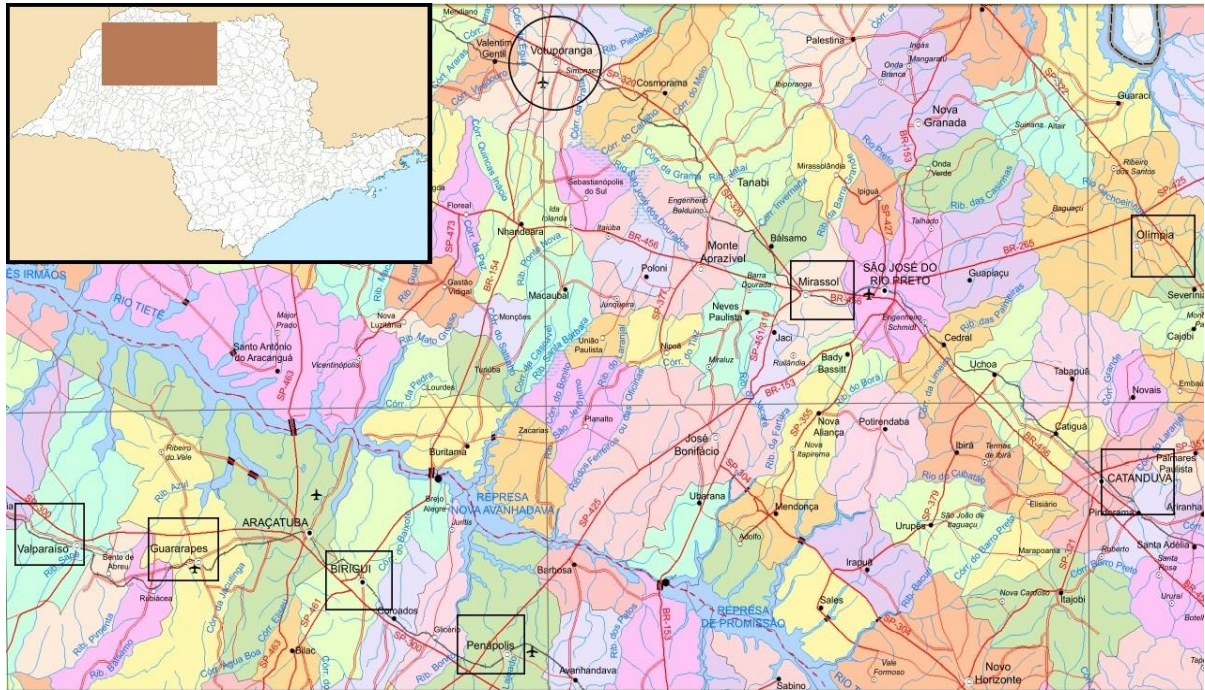
Nome / Tipo	Localidade	Ano de Fundação*
Escola Técnica de Comércio do Instituto Noroeste	Birigui	1918
Escola Comercial São Paulo	Mirassol	1936
Escola Técnica de Comércio de Catanduva	Catanduva	1939
Escola Comercial de Guararapes	Guararapes	1940
Escola Técnica de Comércio de Olímpia	Olímpia	1940
Escola Técnica de Comércio Souza Ferraz	Valparaíso	1942
Escola Técnica de Comércio São Francisco de Assis	Penápolis	1943

Fonte: Silva, (2019).

Nota: (*) Dados não localizados na fonte utilizada. Os respectivos anos de fundação foram levantados junto às bibliotecas públicas de cada município.

O mapa que segue na Figura 3 corrobora com o Quadro 1, apontando com maior precisão a localização geográfica de Votuporanga (sinalizada no círculo preto) e de cada uma das cidades (sinalizadas pelos quadrados) do entorno que possuíam as escolas de ensino comercial na época.

Figura 3 - Localização político-geográfica de Votuporanga e das instituições de ensino comercial fundadas na região noroeste de São Paulo até 1946



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2021.

É possível observar que a região em foco era contemplada por sete instituições de natureza comercial, sendo que as mais próximas de Votuporanga eram Mirassol e Birigui, a 70 km e 110 km de distância, respectivamente, o que de certo modo foi um dos fatores determinantes para a fundação da primeira escola deste tipo no município.

2 VOTUPORANGA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O presente capítulo visa de modo contextual a complementar o primeiro quando se tratou sobre a formação dos traços gerais característicos do ensino comercial no Brasil e o seu desenvolvimento no estado de São Paulo. Para tal, passa-se a discorrer sobre o conjunto dos fatores e das relações humanas que culminaram tanto na fundação da cidade de Votuporanga-SP nas primeiras décadas do século XX, quanto propriamente adentrar-se no objeto de estudo desta pesquisa, observando a sua criação e os anos iniciais de seu funcionamento, entre 1948 e 1951, ou seja, na sua primeira fase administrativa e ainda sob a nomenclatura de Escola Comercial Horácio Berlinck.

Inúmeras são as facetas possíveis de serem aqui contadas. Conforme Gatti Júnior (2007, p. 176, grifo do autor), “[...] por princípio não se considera que o historiador produza a ‘História’ mas apenas uma possibilidade interpretativa que, rigorosa, não se torna como a única possibilidade”.

A fim de caracterizar o delineamento da identidade dessa instituição, foram investigados os documentos da escola preservados para o período, como os livros de matrícula, os de exames de admissão, bem como seu arquivo memorialista. Precedendo à sua fundação, perpassou-se também pela história social do município com o apoio bibliográfico de Costa (1956), Pontes (2001), Xavier (2007) e pelos jornais da época.

A história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas é também memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, e enquanto repositório de recordações e representações verbais (orais e escritas), emocionais, afetivas, fisiológicas [...] (MAGALHÃES, 2005, p. 97-98).

A memória coletiva⁶⁰ também foi representada pelo relato oral espontâneo do Sr. Nivaldo Melara⁶¹, que vivenciou intensamente o cotidiano da escola por mais de cinco décadas.

⁶⁰De acordo com Le Goff (1990), por memória coletiva entende-se aquilo que os grupos sociais, a partir das suas vivências, contam ou silenciam sobre um passado comum.

⁶¹*In memoriam* (São José do Rio Preto, 22 de maio de 1935 - Votuporanga, 20 de janeiro de 2020). Nivaldo Melara era normalista e lecionou na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul a partir de 1963. Passou a ser um dos sócios-proprietários da escola já na sua terceira fase administrativa sob o nome de Colégio Comercial de Votuporanga. Foi ainda diretor da Escola Maria Isabel Martins de Oliveira (MIMO) de Votuporanga de 1962 a 1981 quando foi aprovado em concurso público como Supervisor de Ensino Regional de Votuporanga, ficando neste posto até 1983. De 1983 a 1995 trabalhou no cargo de Delegado Comissionado da Educação

2.1 O surgimento da cidade

A cidade de Votuporanga possui nomenclatura de matriz indígena e há o entendimento entre seu povo de que esta foi concebida em referência aos nativos do seu território. Porém, diferente do que muitos votuporangenses acreditam, no contexto de fundação da cidade, estes já estavam extintos. De acordo com Ghirardello (2001), a aniquilação ocorreu gradualmente e no choque com o homem branco “civilizado” que adentrava a região. De início, com os bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, depois, pela chegada de posseiros de outras regiões especialmente de Minas Gerais, e por fim, com a expansão do café e das linhas férreas com seus bugreiros⁶².

Devido à distância da capital e à precariedade dos meios de transporte, a região noroeste de São Paulo, onde se localiza Votuporanga, teve um desenvolvimento tardio se comparado às demais regiões do estado. Pelo seu isolamento geográfico sendo circundada por diversos rios era, inclusive, nominada pelo IBGE como “sertão do rio Paraná⁶³”.

O povoamento mais expressivo para a região ocorreu apenas na proximidade da virada para o século XX com a franja pioneira:

Sabe-se que foi a época em que se intensificaram os desbravamentos no interior e em que se acelerou a marcha do café. O movimento pioneiro era dirigido pelas grandes famílias de fazendeiros, bastante ricas em capitais para fundar companhias de estradas de ferro, lançar casas de exportação, chamar imigrantes italianos e espanhóis, adquirir maquinaria moderna (MONBEIG, 2005, p. 128).

Naquela altura, as terras aonde viriam a ser o município integravam a rota da chamada Estrada Boiadeira⁶⁴, que servia de ponto de encontro de tropeiros e rebanhos. Foi nessa serventia que, inicialmente, surgiu a pequena Vila Carvalho⁶⁵, um povoado que, décadas mais tarde, viria a ser distrito da então fundada Votuporanga.

Além da pecuária extensiva, plantações de algodão e extração de madeira já existentes, o recém-chegado café se alastrou rapidamente. Com ele, em busca de trabalho, um

Municipal de Votuporanga. De 1995 a 2000 retornou à atividade de supervisor regional, na qual se aposentou. A entrevista, em parte aqui transcrita, foi coletada de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 19 de dezembro de 2019.

⁶²Trata-se de grupos de “seguranças” armados que no choque com os povos indígenas acabavam por exterminá-los. Para o aprofundamento no tema, consultar Ghirardello (2001).

⁶³Nomenclatura fisiográfica utilizada nos censos demográficos do século XX pelo IBGE. Vide: (IBGE, 1950).

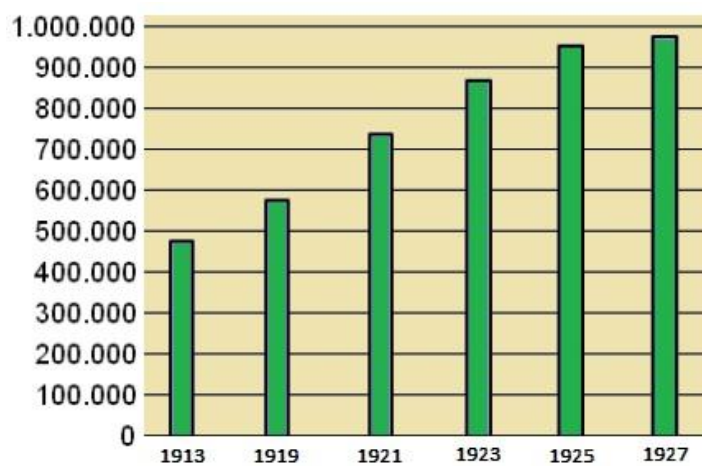
⁶⁴Inicialmente em 1860 enquanto trilha, ligava São José do Rio Preto ao vilarejo de Santo Antônio do Viradouro, hoje município de Meridiano-SP. A partir de 1892 foi ligada ao Porto de Tabuado (PONTES, 2001).

⁶⁵Localizada a 9,6 km ao leste do centro da cidade de Votuporanga, a partir de 2016 passou por um processo de regularização fundiária sendo integrada à área urbana enquanto bairro.

contingente populacional, especialmente de imigrantes europeus, instalava-se na região e cidades, tidas como importantes na época, foram fundadas iniciando um lento processo de urbanização, entre elas, Mirassol (1910), Catanduva (1918) e Bálamo (1920).

A Figura 4 reflete essa intensificação populacional. Notadamente há um aumento no fluxo de passageiros na Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), a única, a partir de 1912, que servia a região ligando São José do Rio Preto a Araraquara e de lá à capital.

Figura 4 - Fluxo de passageiros da EFA Araraquarense - 1913 e 1927



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de SILVA (2013, p. 13).

Apesar de lucrativo, o café passava por oscilações de mercado de modo que a própria fundação de Votuporanga decorreu do pagamento de uma dívida financeira contraída e relacionada ao seu cultivo.

Desde o término da primeira guerra mundial, mas em especial com a crise de 1929, o cafeicultor, prussiano e naturalizado brasileiro, Francisco Schimidt contraiu dívidas das quais não pôde quitar e teve que entregar a sua fazenda de 12.000 alqueires, de nome “Marinheiro de Cima”, à empresa alemã e exportadora de café Theodor Wille & Cia Ltda. Em 1937, a empresa, administrada por Guilherme Von Trumbach e Karl Hellwig, loteou a fazenda e comercializou seus terrenos a fim de se criar uma cidade. (COSTA, 1956).

Na Figura 5 é possível observar a sede da fazenda já de posse da Theodor Wille & Cia Ltda, em 1936. Segundo Xavier (2007), o primeiro ato realizado pelos novos administradores alemães na tomada da sede da fazenda foi a fincada da bandeira do regime nazista⁶⁶.

⁶⁶Como a fazenda passou a pertencer à simpatizantes do regime, mais tarde, com o estourar a 2ª Guerra Mundial, as terras da fazenda, inclusive as já vendidas, e o conjunto de seus bens, foram confiscados pelo governo brasileiro. Fato este que gerou intensa grilagem de terras no município (PONTES, 2001).

Figura 5 - Sede da empresa Theodor Wille & Cia Ltda na Fazenda Marinheiro de Cima - 1936



Fonte: Acervo institucional da Prefeitura Municipal de Votuporanga (1936).

Segundo Costa (1956) aconteceu um grande evento na data de oito de agosto de 1937, religioso, festivo e comercial para as vendas das glebas de terra. A celebração da missa culminou num marco central, um cruzeiro onde, posteriormente, foi construída a primeira capela.

Figura 6 - Missa na fundação de Votuporanga – 8 de agosto de 1937



Fonte: Acervo do Museu Municipal “Edward Coruripe Costa” (1937).

Ao lado do barracão da grande festa surgem as primeiras moradias. Inicia-se, assim, um povoado composto, principalmente, por imigrantes de diversas nacionalidades, como alemães, italianos, sírios e espanhóis (COSTA, 1956).

2.2 As primeiras escolas e as transformações urbanas da década de 1940

As plantações de café não foram extintas da região, todavia, já ocorriam algumas transformações na economia, começando a despontar uma diversificação de cultivos, com destaque para o alargamento das plantações de algodão.

É válido ressaltar que um dos atrativos, além da terra nova, para o avanço do café e a chegada em massa de imigrantes pelo distante interior paulista, segundo Silva (2013), foram mudanças nas relações de trabalho com os imigrantes.

Além do típico recebimento financeiro proporcional à colheita do café, os colonos também podiam usufruir de terras para subsistência e vender aquilo que lhes sobrava.

Nessa terra, os colonos cultivavam sua própria comida, principalmente milho e feijão, mas que às vezes incluía arroz, batata, bem como outros cultivos. Junto com a permissão de plantar alimentos vinha a concessão de pastagens para um limitado número de cabeças de gado, havendo ainda o plantio de hortaliças e a criação de galinhas e porcos nos arredores de suas casas. Podiam ficar com os produtos e negociar qualquer excedente, o que, em muitos casos, proporcionava uma importante fonte adicional de dinheiro (SILVA, 2013, p. 10).

Até que Votuporanga fosse fundada, esses produtos eram negociados entre os próprios colonos e os excedentes a serem comercializados eram transportados até as cidades mais consolidadas na região, como Tanabi ou ainda São José do Rio Preto. Contudo, esse cenário começou a se modificar a partir da fundação de Votuporanga, quando a pequena vila passou a ser centro de comércio da microrregião, atraindo, inclusive, compradores de outros lugares.

Outra questão relacionada é que, segundo Costa (1956), muitos imigrantes locais adquiriram terras durante a fragmentação da fazenda Marinheiro de Cima e passaram de colonos empregados a pequenos agricultores; outros apostaram em pequenos comércios, o que também impulsionou a economia local e a própria urbanização.

Com vistas a atender aquele povoado, afirma Xavier (2007) que no início de 1938 surgiu uma tapera em madeira com cobertura de sapé, que foi a primeira escola⁶⁷ para crianças, chamada de Jardim de Infância.

Um fato histórico que jamais deverá ser esquecido foi o esforço dos engenheiros Carl Hellwig, Guilherme Von Trumbrach e dos senhores Otto Uebele e Dr. Otto Rittl em se preocupar com a instalação de nossa primeira escola. Embora essa atitude contribuisse e muito para alavancar a venda de lotes no pequeno lugarejo (XAVIER, 2007, p. 102).

⁶⁷Na época localiza-se no entorno de onde é a atual Praça da Matriz.

Em cantos opostos, na Figura 7, é possível observar os seus primeiros professores, os leigos Eunice Guerche do lado esquerdo e Abílio Franco do lado direito.

Figura 7 - Primeira escola improvisada - 1938



Fonte: Pontes (2001, p. 98).

Xavier (2007) afirma que em dezembro de 1938 foi constituída outra escola⁶⁸, também destinada à idade pré-escolar e iniciou suas atividades no ano seguinte. Essa segunda escola começou a funcionar num período em que o povoado já passava a atrair pessoas de outras regiões, o que fez com que chegasse ao município a primeira professora formada, a Sra. Olga Faria Basílio Shamall, oriunda de Ribeirão Preto/SP.

Explica Costa (1956, p.12) que com dois anos de fundação o vilarejo atingiu a marca de 2.500 habitantes; “[...] o povoado aos poucos vai tomando impulso. Cecílio Paranhos constrói a primeira casa comercial”.

Em 1944 foi criada, pelo poder público local, segundo Pontes (2001), uma grande escola que anexou as duas descritas e foi chamada de 1º Grupo Escolar de Votuporanga⁶⁹, destinada ao ensino primário. Instalada inicialmente no imóvel onde é o atual Paço Municipal⁷⁰ de Votuporanga, lá permaneceu até o ano de 1962⁷¹. Com arquitetura imponente para a época e amplas instalações, o prédio dessa escola acabou por abrigar, simultaneamente, outras instituições educativas passando a ser um grande centro educacional para o município (vide Figura 11).

⁶⁸ Localizada na Rua Tietê, na altura da atual Praça da Matriz.

⁶⁹ A partir de 1957 passou a se chamar Escola Estadual Professora “Uzenir Coelho Zeitune.

⁷⁰ Localizada na Rua Pará, entre as Ruas Bahia e São Paulo.

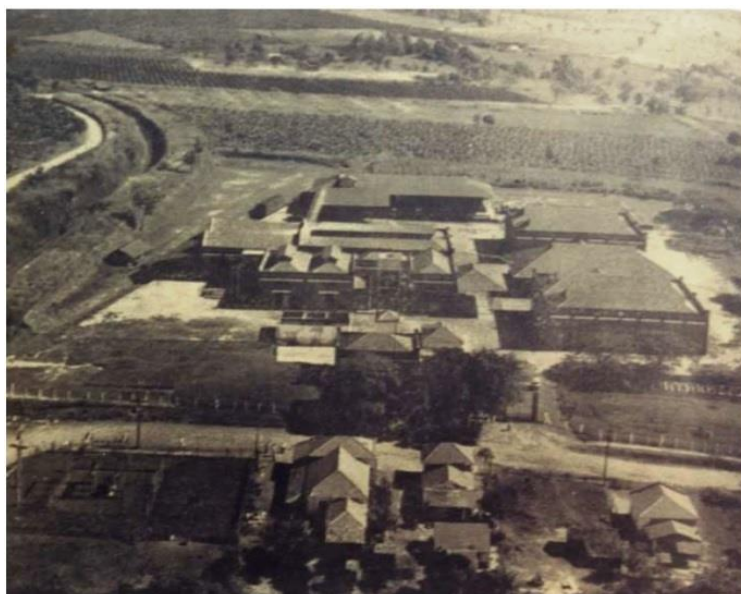
⁷¹ A partir de 1963, já sob a nomenclatura de Escola Estadual Professora “Uzenir Coelho Zeitune”, mudou-se para o prédio que ainda se encontra atualmente, na Rua Pará entre as Ruas Guerche e Sete de setembro.

Na esfera econômica, é válido destacar que Votuporanga cresceu, em grande parte, muito beneficiada pelas exportações nacionais relacionadas à cultura de algodão.

A década de 1940 [o Brasil] vivenciou o aumento das exportações, principalmente de tecidos. No entanto ainda incipiente, pois a falta de importação de equipamentos, decidida por decreto governamental, não auxiliou a indústria, carente de bens de capital ainda não fabricados no Brasil. A partir de 1946, a reequipagem da indústria e o crescimento do Produto Interno Real (PIR) para 3.5% resultaram numa década de prosperidade econômica, com aumento de 122% na produção industrial (DELPHINO, 2010, p. 32, complemento nosso).

Nesse aspecto, em 1945, a cidade ganhou mais impulso com a chegada do trem por meio do prolongamento da EFA, de modo que, no ano seguinte, foi instalado um grande empreendimento ao lado dessa linha com a finalidade de escoar a produção de algodão: uma grande beneficiadora pertencente aos imigrantes italianos da S. A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (COSTA, 1956). Na Figura 8, além do complexo de prédios da empresa ao centro, pode-se perceber, no canto esquerdo superior, o traço da linha férrea em curva.

Figura 8 - Algodoeira Matarazzo - década de 1950



Fonte: GIMENES, Ravel. Diário de Votuporanga, 04/07/2020.

No final da década de 1940, Votuporanga atingiu a marca de 22.433 munícipes, sendo 9.711 moradores da área urbano-suburbana e 12.722 da zona rural. Mesmo com a predominância de pessoas na área rural, já haviam instalados na cidade 175 estabelecimentos, entre comerciais, industriais e de serviços como de atacadistas, de alimentação, de higiene e de confecção (IBGE, 1950a). Segundo Pontes (2001), naquele período, também são consolidados: o Aeroclub (1942); o abastecimento intermitente de energia elétrica (1944); a

emancipação política⁷² (1945); o jornal Oeste Paulista (1945); a tipografia Moderna (1945); a fundação da Associação Comercial, Industrial e Rural de Votuporanga (1946) e o telefone interurbano (1948). É razoável inferir que a evolução educacional da cidade tenderia a atrelar-se ao seu desenvolvimento demográfico, econômico e social. A seguir são apresentados propriamente os fatores diretamente determinantes que culminaram na efetivação da Escola Comercial Horácio Berlinck.

2.3 A implantação da educação profissional, de início “Escola Comercial Horácio Berlinck”

O fato de Votuporanga ter sido, entre 1945 e 1949, ponto final da linha de trem significava, ao mesmo tempo, ser um lugar isolado, mas com terras boas e pouco exploradas. Por isso a cidade tinha como características ser atrativa para se investir em empreendimentos novos, mas, devido ao seu afastamento dos grandes centros padecia de um “esquecimento social” por parte do Estado, culminando em diversos problemas como a violência urbana, grilagem de terras, insuficiência de serviços de saúde e de escolas. Vide a perspectiva apresentada pelo jornal *Folha da Manhã* em 1945:

Ponto final de estrada de ferro, pequenas propriedades agrícolas, obra livre do povo, aí sem cacique. Sem cacique? Sim. O equilíbrio ideal da anarquia? Quase. E as propriedades agrícolas? Na maioria, de 1 a 50 alqueires. Terras boas? Terras novas, podendo produzir apenas umas 220 arrobas de algodão por alqueire. Há cereais, algum gado, este mais longe, onde começam os latifúndios. E café? Um pouco; a era do café está passando. São duas horas da tarde de uma segunda-feira e a rua principal de Votuporanga nos dá a impressão de que varamos a tela de um cinema e somos agora, nós também, personagens de uma fita de "far-west" [...] (RAMOS, 1945, grifo do autor).

Havia na cidade um alto índice de analfabetismo. Considerada a população da época, a taxa de pessoas que não sabiam ler e escrever, para pessoas acima de cinco anos de idade, era na proporção de 42,2% para homens e 60,4% para mulheres (IBGE, 1950b). O 1º Grupo Escolar de Votuporanga não era capaz de absorver todas as crianças em idade de alfabetização. Somente quanto ao ensino primário, no ano de 1948:

Mais de 300 crianças não conseguiram matrículas este ano no Grupo Escolar por falta de vagas, motivo porque foram solicitadas providências às autoridades do

⁷²Até então o vilarejo de Votuporanga pertencia ao Distrito de Vila Monteiro, hoje chamado de Município de Álvares Florence-SP. Dessa forma, era vinculada à Tanabi-SP que, por sua vez, pertencia à comarca de Monte Aprazível-SP. (PONTES, 2001)

ensino. A fim de minorar a situação e atendendo a numerosos pedidos, o prefeito João Gonçalves Leite prometeu a criação de duas ou três escolas dentro do perímetro urbano da cidade (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1948 *apud* COSTA, 1956, p. 19).

Caso as famílias optassem por enviar seus filhos para estudar em outras localidades, a cidade mais próxima com estrutura adequada era Tanabi, a 43 km. Apesar de ter a linha férrea disponível para o trajeto, não havia muitas opções de horário para os embarques. Tanabi é um dos municípios mais antigos na região, datando de 1882 e, devido a esse pioneirismo, foi também durante muito tempo referência para iniciação e prosseguimento de estudos.

A Figura 9 expressa a importância dessa cidade naquela época do ponto de vista da organização de políticas educacionais. Observa-se que, por estar sob cobertura administrativa de Tanabi, Votuporanga, literalmente, nem constava no mapa. Desse modo, os investimentos públicos frente à educação se remetiam prioritariamente àquela cidade.

Figura 9 - Mapa administrativo da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto - 1943



Fonte: Arquivo público do estado de São Paulo. Relatório da Delegacia de Ensino⁷³ de São José do Rio Preto (1943).

A educação votuporanguesa carecia de uma política governamental mais efetiva que suprisse a demanda crescente. Dessa forma, nota-se pela leitura dos jornais da época que as iniciativas nesse sentido partiam de mobilização da própria comunidade, seja por meio de políticos ligados a ela ou ainda de grupos corporativos. É nítida a participação de um deputado da região pela consolidação do Ginásio Estadual em 1948.

⁷³A partir de 1999 denominada como Diretoria Regional de Ensino.

Foi recebida com manifestação de júbilo a criação, pelo governo, do Ginásio do Estado de Votuporanga. Esse melhoramento foi possível graças a intervenção e apoio decidido do sr. Solon Varginha, representante do povo da Araraquarense na Câmara Estadual. Ao que informam, as matrículas no estabelecimento serão abertas no dia 1º (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1948 *apud* COSTA, 1956, p. 17).

A pressão social por educação, associada à morosidade e omissão do poder público, acabou por legitimar ações privadas nesse sentido. No seio da economia local, baseada na agricultura, nascente indústria e no comércio em crescimento, caberia à Associação Comercial, Industrial e Rural de Votuporanga (ACIRV) visto já a sua expressividade social e capacidade de articulação, vir a atuar também na esfera educacional. E foi assim, por meio desta entidade que nasceu, em 1946, a “Educacional Votuporanga LTDA” tendo por propósito promover a educação profissional no município, particularmente, o ensino de natureza comercial (COSTA, 1956).

Através do trabalho dessa organização junto ao SENAC⁷⁴ que, em 1947, ocorreu a instalação na cidade do polo da Universidade do AR⁷⁵ (UNAR) com o curso Comercial Radiofônico. O formato deste se dava por meio de aulas ministradas ao vivo por professores, a partir da capital, e transmitidas por ondas de rádio para os polos⁷⁶. A duração era de três meses e objetivava uma capacitação geral do comerciário, independente da função a desempenhar. Ainda que o curso fosse curto, apresentava uma severa evasão. Segundo o jornal *Diário de São Paulo* (1950 *apud* COSTA, 1956, p. 114), o curso chegou a computar o número de 63 matriculados para 1950⁷⁷, porém, observa-se que foram classificados naquele mesmo ano apenas 02 alunos para as provas finais a serem realizadas presencialmente em São Paulo.

O Quadro 2 demonstra, por meio das respectivas atividades profissionais, institucionais e políticas das décadas de 1940/50, quem foram os integrantes da Educacional Votuporanga LTDA.

⁷⁴Ressalta-se que a unidade física do SENAC existente atualmente no município foi concretizada apenas em 1996.

⁷⁵Projeto de educação que tinha por objetivo superar as grandes distâncias territoriais brasileiras. Funcionou entre 1947 e 1962 e, segundo a instituição, qualificou mais de 100 mil alunos. Mais informações podem ser encontradas no *site* institucional, em histórico.

⁷⁶O polo de Votuporanga estava alocado em sala de aula cedida pela prefeitura no prédio do 1º Grupo Escolar de Votuporanga (Figura 11).

⁷⁷Não foram encontrados, em todas as fontes pesquisadas, registros de encerramentos das atividades da Universidade do Ar no município, porém, as últimas referências feitas por Costa (1956) remetem ao ano de 1950. Provavelmente a demanda local voltada ao ensino comercial tivesse migrado gradativamente para o ensino presencial a partir da fundação da Escola Comercial Horácio Berlick em 1948.

Quadro 2 - Ocupação profissional, institucional e política dos integrantes da Educacional Votuporanga LTDA - 1940-1950.

Integrante	Ocupação Profissional	Carreira institucional	Carreira política
Benedito Lopes de Oliveira	Professor	Diretor o 1º Grupo Escolar de Votuporanga (1944-1948); Professor do Ginásio Estadual (1948); Membro do Conselho de Núcleo local da Universidade do Ar (1947-1949);	Vereador entre 1952 e 1955.
Herculano Beretta	Professor, Contador e Bibliotecário	Membro Bibliotecário na ACIRV (1948-1949); Cofundador da Escola Comercial Horácio Berlinck (1948). Professor da Escola Comercial Horácio Berlinck (1950-1952);	Vereador entre 1952 e 1959, sendo Presidente da Câmara Municipal entre 1957 e 1958.
Luiz Saltini	Professor e Contador	Membro do Conselho de Núcleo local da Universidade do Ar (1947-1949); Cofundador da Escola Comercial Horácio Berlinck (1948); Membro do Conselho Deliberativo na ACIRV (1948-1949); Diretor da Escola Comercial Horácio Berlinck (1948-1953); Professor da Escola Comercial Horácio Berlinck (1950-1952); Membro do Conselho Fiscal na ACIRV (1952-1953);	Vereador entre 1948 e 1951, sendo Presidente da Câmara Municipal entre 1948 e 1949. Foi Prefeito interino entre 06 de agosto e 31 de dezembro de 1948.
Pedro Tagliavini	Bibliotecário	Cofundador da ACIRV (1946); Membro do Conselho de Núcleo local da Universidade do Ar (1947-1949); Membro do Conselho Deliberativo na ACIRV (1948-1949); Secretário escolar da Escola Comercial Horácio Berlinck entre (1948-1952);	Vereador entre 1948 e 1951, sendo Vice-presidente da Câmara Municipal em 1948*.
Renato Bugeli	Professor e contador	Cofundador da Escola Comercial Horácio Berlinck (1948).	

Fonte: Arquivo memorialista da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul⁷⁸; Pontes (2001); Costa (1956); sites institucionais da Associação Comercial de Votuporanga (ACV)⁷⁹, da Câmara de vereadores de Votuporanga e da Prefeitura municipal de Votuporanga.

Nota: (*) Há divergência nesse registro entre o site da Câmara, que consta como “legislatura suplente”, e o jornal *Diário de São Paulo* (1948 *apud* COSTA, 1956, p. 25) que veiculou, nos anos de 1948 e 1949, notícias de atuação do vereador em comissões e também na substituição de Aristides Carneiro Neto na vice-presidência da Câmara.

⁷⁸Trata-se de um documento datilografado, não formal, sem data de confecção e de autoria indefinida, mas carimbado, assinado e arquivado na escola pela secretária da época, Sra. Zoraide, na data de 02 de fevereiro de 1955. É narrado de forma descentralizada e impessoal e composto por tópicos temáticos relacionados ao recorte temporal de 1948 a 1955.

⁷⁹Sigla e configuração nova para a extinta ACIRV que havia sido fundada em 1946. Nesse novo formato, a entidade representa apenas o setor de comércio da cidade.

Além de servir o comércio com gente capacitada, a ideia da Educacional Votuporanga LTDA era ir além: de fundar uma escola técnica de comércio que fosse subsequente ao ginásio pelo fato de o município, à época, não dispor de escolas de ensino médio de 2º ciclo (colegial). Naquele contexto, havia tanto a privação de educação inicial para as crianças, bem como para os jovens em prosseguir seus estudos.

Esse anseio social pelo surgimento de uma primeira escola a ser correlata ao ensino médio de 2º ciclo também se faz presente no relato do Sr. Nivaldo Melara, que trabalhou por cinco décadas na educação profissional de cunho comercial:

Única escola que tinha. Mas a Escola Técnica Cruzeiro do Sul tem um pedaço de história anterior⁸⁰ ao seu nome. Ela foi fundada por três professores, três interessados. A escola mais próxima daqui era Tanabi e os alunos precisavam viajar pra Tanabi. Ai, três pessoas de relevância intelectual e política pediram a criação da escola aqui em Votuporanga. [...] Eu acho falta de humildade e postura esquecer os três fundadores. (MELARA, 2019).

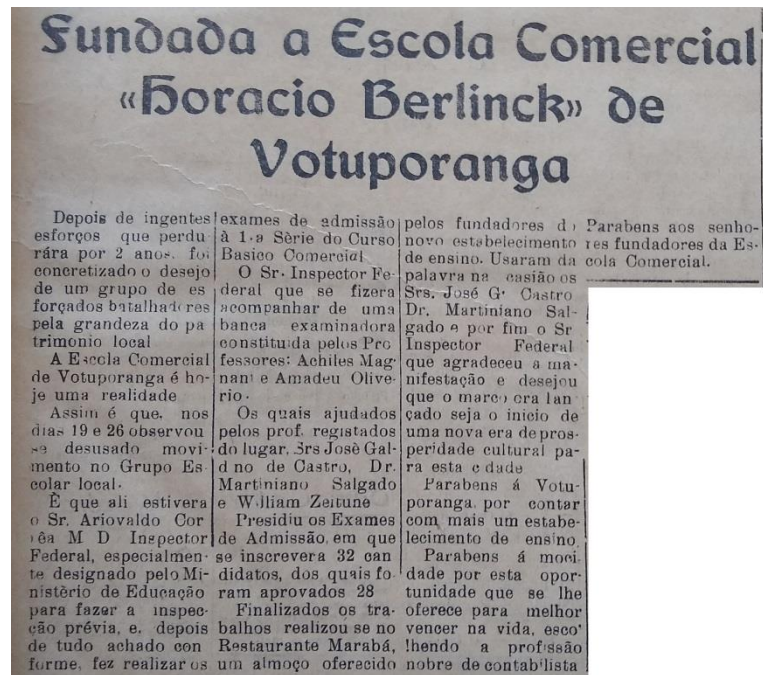
Considerando o dispêndio logístico e o custo financeiro elevado para dar continuidade aos estudos fora da cidade e, sobretudo, observando que na escola a ser fundada os cursos seriam noturnos, pode-se inferir que o apelo maior pela educação dos jovens no município partia das camadas sociais de trabalhadores e menos favorecidas, especialmente, de um setor economicamente intermediário que estava ligada à própria ACIRV.

Em um contexto macro de país de nova estratificação social e de retomada da democracia, especialmente quando eram galgadas melhores colocações sociais por via dos estudos, pode-se deduzir que a fundação da escola da qual tratamos neste trabalho também em muito se deveu à “[...] participação das camadas médias nas estruturas de poder” (Xavier, 2003, p. 244).

Em matéria jornalística, do início do ano de 1949, o *Oeste Paulista* (Figura 10), além de fazer referência às atividades de implantação do empreendimento escolar e da execução dos seus primeiros exames de admissão para aquele período, ilustra muito bem, contextualmente, o apelo da sociedade votuporanguense por educação e os sentimentos de oportunidade e de ascensão social a ela aludidos, representados pelo emprego do termo “vencer na vida” no último parágrafo do texto publicado.

⁸⁰ Refere-se à fundação e do primeiro triênio de funcionamento escolar em que a instituição utilizou a nomenclatura provisória de “Escola Comercial Horácio Berlinck” (ARQUIVO MEMORIALISTA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL).

Figura 10 - Jornal Oeste Paulista - 9 de janeiro de 1949



Fonte: MACHADO, João Batista. Oeste Paulista, 09/01/1949.

Nota: Acervo do Museu Municipal “Edward Coruripe Costa”.

Depois de dois anos de fundada a Educacional Votuporanga LTDA e de muitas discussões, segundo o relato do Sr. Nivaldo Melara e o *Arquivo Memorialista da Escola Técnica Cruzeiro do Sul*, apenas três dos cinco integrantes do grupo efetivaram a ideia inicial de ser concretizada uma escola de comércio: Renato Bugeli, Herculano Beretta e Luiz Saltini, que por fim, ficariam com os seus direitos jurídicos da instituição. Luiz Saltini, desde a fundação, assumiu a função de diretor permanecendo nesta por toda a primeira fase administrativa da escola.

O *Arquivo Memorialista da Escola Técnica Cruzeiro do Sul* narra, ainda, entre outras coisas, o caminho de regulamentação que partiu do protocolo nº 69.600, de 1948, na Diretoria Regional de Ensino Comercial de Bauru/SP. A solicitação foi atendida pelo Diretor da unidade, Dr. Lafayette Belfort Garcia, que designou a fiscalização ao inspetor de ensino comercial Ariovaldo Correa, sediado em Mirassol-SP. Após a sua visita e inspeção ao prédio, que havia sido emprestado pelo poder público local para que fosse instalada a escola (vide Figura 11), expediu, ainda naquele ano, a Portaria Federal nº 152 que tratava da vistoria e autorizava o funcionamento da unidade escolar.

O citado documento, que não é extenso, traz detalhes que, numa perspectiva histórica tradicional seriam “secundários” ou de “particularidades insignificantes” (GINZBURG, 1989, p. 147), até pelo fato de não ser um documento oficial e sim confeccionado unicamente para a memória da instituição. Ainda que seja necessária toda cautela com fontes memorialistas,

visto muitas vezes se aproximarem da literatura ou de romantização de quem as produziu, afirma Le Goff (1990, p. 49) quanto à importância da memória para a constituição da história: “[...] tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”.

De todo modo, foi num ambiente propício e de razões específicas que nasceu na cidade a primeira instituição profissionalizante, privada e laica, chamada inicialmente de Escola Comercial Horácio Berlinck. Começou suas atividades ofertando o curso Comercial Básico que era correspondente ao ensino médio de 1º ciclo ensino (ginasial).

A nomenclatura inicial se deu com o propósito de esta se tornar um centro de ensino comercial para a microrregião, reportando a sua identidade ao renomado professor e intelectual da área contábil brasileira, de mesmo nome, que nasceu em 1868 e faleceu no ano em que foi solicitada a abertura da referida escola, 1948.

O processo de instituição corresponde à conversão de uma instância organizacional em instituição de existência. A relação existencial dos atores e dos sujeitos torna-se educativa nesta dialética evolutiva e complexa do “estar” para o “ser” [...]. A pedagogia institucional, ainda que compreendendo várias correntes de pensamento e de ação educativas, funda-se na teorização desta complexidade material, organizacional, social, antropológica, cultural e assinala a produção de um sentido, uma normatização, uma construção (MAGALHÃES, 2004, p. 38-39, grifo do autor).

Horácio Berlinck foi uma das figuras mais importantes do ensino comercial no Brasil: contador, professor, economista e escritor. Entre tantas coisas, fazem parte do seu currículo, segundo Polato (2008), ter lecionado contabilidade por mais de três décadas na POLI e ter sido personagem central na criação da FECAP em 1902, atuando como diretor e presidente nesta instituição por muitos anos. A convite do governo brasileiro colaborou na regulamentação de leis e em reformas do ensino comercial especificamente nos anos de 1905, 1926 e 1931.

2.3.1 A funcionalidade escolar: um prédio para três escolas e os exames de admissão

Habilitada para funcionar, ocorreu de fato a formalização da escola. Sua existência, a partir disso, passou a se assentar em condições materiais concretas, não só as físicas, mas também naquelas que envolvem espaço, meios didáticos e pedagógicos, estruturas organizacionais e de funcionamento. Trata-se do primeiro espaço institucionalizado no

município voltado à educação profissional regular e presencial que, a partir da sua materialização, começaria a projetar uma identidade para a posteridade.

Como referenciado, a Educacional Votuporanga LTDA não contava com edificação própria para abrigar a escola, de forma que coube à prefeitura disponibilizar um espaço provisório para que as aulas ocorressem.

Haja vista que dois, Luiz Saltini e Pedro Tagliavini, dos cinco membros da Educacional Votuporanga LTDA ocupavam cargos de vereador no final de 1948, época da solicitação do prédio, procurou-se compreender como se deu essa relação público-privada. Lançadas buscas nos arquivos, hoje digitalizados, da prefeitura e da câmara municipal com foco em possíveis indícios relacionados, nada foi localizado; o que pode indicar que o trâmite de empréstimo tenha se dado por meio de uma concessão provisória sem qualquer formalização. Consistiu-se, inicialmente, na disponibilização de uma única sala de aula junto ao prédio do 1º Grupo Escolar de Votuporanga.

Figura 11 - Fachada do prédio do 1º Grupo Escolar compartilhado com o Ginásio Estadual e com a Escola Comercial Horácio Berlinck – 1949



Fonte: Costa (1956, p. 49).

Para além do próprio 1º Grupo Escolar, é muito importante salientar que já estava alocado naquele imóvel, também por meio de concessão de espaço, o polo da Universidade do Ar alocado em uma sala de aula e, como sinalizado anteriormente, o Ginásio Estadual de Votuporanga ocupando diversas outras salas (COSTA, 1956).

Desse modo, a partir do início das aulas da Escola Comercial Horário Berlinck, em 1949, aquele local passou a abrigar simultaneamente três escolas, não restando dúvidas quanto ao simbolismo histórico daquele prédio enquanto espaço humano e formativo de muitos estudantes.

Como atualmente nele funciona a sede do Governo Municipal, a planta interna foi modificada, sendo restaurada e preservada apenas a fachada (Figura 12).

Figura 12 - Fachada do prédio escolar transformado em Paço municipal

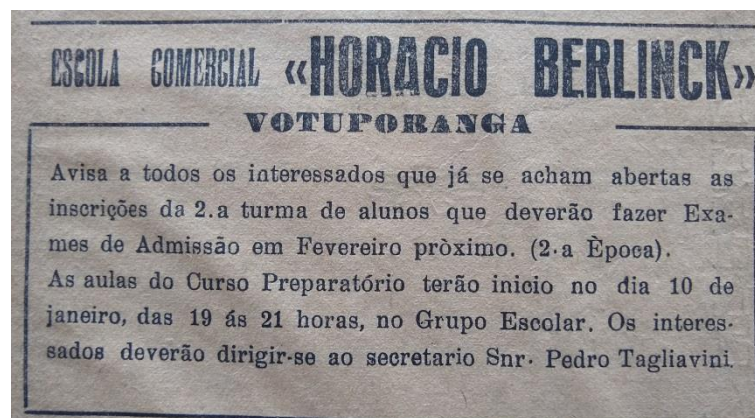


Fonte: Fotografado pelo autor (2020).

Visando captar alunos para as matrículas da primeira turma, foram abertas as inscrições para os exames de admissão em primeira e segunda épocas, em dezembro de 1948 e em fevereiro de 1949, respectivamente. O candidato deveria atender aos pré-requisitos que, além da necessidade de comprovação de não ser portador de doença contagiosa, exigia a idade mínima de 11 anos (completos até o dia 30 de junho do 1º ano do curso), ter concluído o ensino primário e ser aprovado nos exames de admissão, atestando “[...] aptidão intelectual para os estudos a serem feitos” (BRASIL, 1943a, Art., 21, c).

O jornal *Oeste Paulista*, em matéria divulgando os exames, destaca que havia também a oferta de um curso preparatório visando à aprovação (Figura 13).

Figura 13 - Jornal Oeste Paulista - 23 de dezembro de 1948



Fonte: CALIL, Felizardo. Oeste Paulista, 23/12/1948.

Nota: Acervo do Museu Municipal “Edward Coruripe Costa”.

O arquivo escolar *Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952*⁸¹ apresenta o retrospecto, com alguma precisão, dos momentos iniciais dessa “funcionalidade” escolar (MAGALHÃES, 2007). Em primeira época foram 32 inscritos na data de 10 de dezembro do ano de 1948 e as provas ocorridas nos dias 18, 20, 27 e 28 do mesmo mês. Todos compareceram ao exame de admissão, sendo 28 aprovados e quatro reprovados.

Quadro 3 - Composição da banca avaliadora dos exames de admissão, em primeira época -1949

Disciplina	Examinadores	Examinador-presidente	Inspetor Federal
Português	William Zeitune Martiniano Salgado	José Galdino de Castro	Ariovaldo Correa
História do Brasil	Acchile Magnani José Galdino de Castro	Martiniano Salgado	
Matemática	José Galdino de Castro Acchile Magnani	Martiniano Salgado	
Geografia	Martiniano Salgado Amadeu Oliveira	William Zeitune	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Para os exames de segunda época, foram inscritos 24 interessados, na data de 10 de fevereiro de 1949, e as provas ocorreram nos dias 22, 25, 26 e 28 do mesmo mês, com 20 aprovados e 04 reprovados.

Quadro 4 - Composição da banca avaliadora dos exames de admissão, em primeira época - 1949

Disciplina	Examinadores	Examinador-presidente	Inspetor Federal
Português	William Zeitune Martiniano Salgado	Acchile Magnani	Ariovaldo Correa
História do Brasil	Acchile Magnani A. Oliveira Filho*	José Galdino de Castro	
Matemática	Acchile Magnani A. Oliveira Filho	José Galdino de Castro	
Geografia	Martiniano Salgado William Zeitune	Acchile Magnani	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Notas: (*) Transcrição abreviada conforme observado na fonte utilizada.

Como apresentado nos Quadros 3 e 4, esses exames versavam sobre quatro disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil. Para cada uma destas havia uma prova escrita e uma prova oral que eram remetidas à banca avaliadora, a qual era acompanhada pelo inspetor federal designado. Pela média aritmética simples das duas provas

⁸¹ Este documento, parte do arquivo escolar, traz registrado, por meio de respectivas atas, toda a logística executada, bem como todos os candidatos aprovados e reprovados nos exames de admissão para o curso comercial básico de 1948 ao ano 1952.

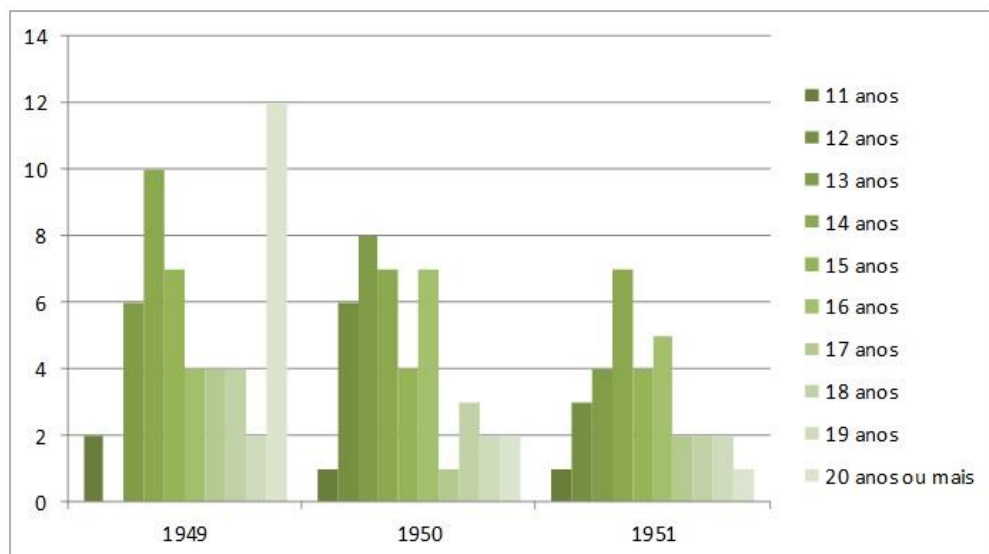
obtinha-se a nota em cada uma das disciplinas do exame. Era considerado aprovado aquele que alcançasse “[...] além de nota igual ou superior a quatro em cada disciplina, como média das notas de prova escrita e prova oral, média igual ou superior a cinco no conjunto das disciplinas” (BRASIL, 1943a, Art 22, § 2º).

Para compreender como ocorreu a permeabilidade social frente à comunidade pela recém-fundada escola, no seu período inicial, observou-se o *Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952* e os dados contidos no *Livro de Matrículas*⁸² 1949-1953. Quanto à importância deste tipo de análise, observa Magalhães (2007, p. 70):

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem que integre e cruze os planos macro, meso ou micro-histórico, através de uma dialéctica de convergência/divergência/convergência e de uma reconceptualização dos planos espaço-temporais: o nacional/universal, o regional, o local (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

O entendimento quanto ao perfil da clientela da escola se inicia pela faixa etária dos ingressantes. Apesar de a idade mínima de 11 anos para o curso, a lei não limitava a idade máxima de modo que se observa uma disparidade na relação idade-série, conforme representado na Figura 14. Os registros encontrados atestam que cursaram, em turmas de 1º ano do curso, 51 alunos no ano de 1949, 41 em 1950 e 37 em 1951.

Figura 14 - Quantitativo idade-série de alunos ingressantes - 1949 e 1951



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Matrículas 1949-1953, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

⁸²Este tipo de documento, parte do arquivo escolar, traz em ordem cronológica, uma compilação dos dados básicos dos alunos, e de seus respectivos pais/responsáveis, matriculados ou rematriculados anualmente nos cursos da escola.

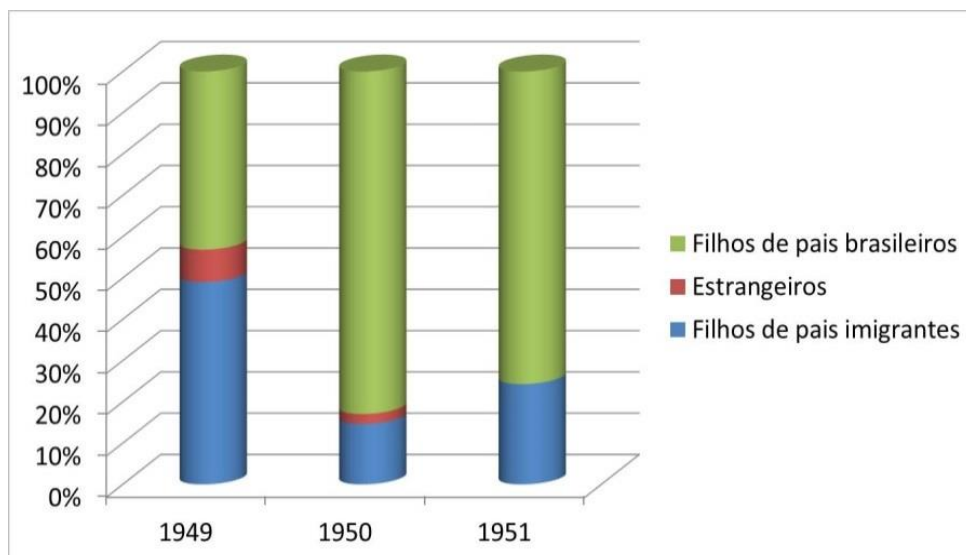
Nota-se, na Figura 14, uma predominância de matrículas, na turma de 1949, a partir dos 16 anos de idade (26 alunos), dos quais, 12 tinham 20 anos ou mais. Há, inclusive, conforme registrado na fonte, um aluno com 29 anos.

Esse ingresso tardio dá sinais, bem como confirma, um represamento de demanda por educação no município relacionado à continuidade de estudos no pós-primário, ou seja, número de vagas/escolas insuficientes, lembrando que o curso Comercial Básico, ora oferecido, era equivalente ao ginásial (1º ciclo). Fato é, pois nas turmas de 1950 e 1951 houve uma diminuição expressiva de ingresso da faixa de idade maior e uma concentração de matrículas entre 12 e 15 anos (25 e 18 alunos, respectivamente), o que se aproxima um pouco mais da faixa etária mínima considerada ideal para o curso.

Observando a origem/nacionalidade dos alunos, o documento aponta que, no ano de inauguração, a educação profissional houve maior incidência de alunos estrangeiros e de filhos de imigrantes do que, propriamente, das famílias brasileiras. Infere-se que os pais imigrantes, muitos deles provavelmente já alfabetizados, tinham mais inclinação na procura por educação de forma que se apressaram em inscrever/matricular seus filhos logo que se deu o funcionamento escolar.

A partir do segundo ano de matrículas, proporcionalmente, essa procura se inverte e passa a ser maior pelos filhos de pais brasileiros (Figura 15).

Figura 15 - Origem/nacionalidade dos matriculados - 1949 e 1951



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Matrículas 1949-1953, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Pela Figura 15 é possível observar que em 1949 os alunos estrangeiros e alunos filhos de imigrantes representavam mais da metade da turma (29 de 51 discentes). Os dados da fonte permitem dizer ainda que as nacionalidades predominantes dos pais imigrantes eram japonesa, espanhola, portuguesa, síria e italiana, nessa ordem. Já dos matriculados estrangeiros, todos eram japoneses.

Tabela 3 - Quantitativos em Exames de admissão - 1949 e 1951

Exame de admissão para ingresso no ano letivo de	Inscrições realizadas	Aprovados*
1949	56	48
1950	46	44
1951	48	36

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Atas de inscrições para Exames de admissão 1948-1966⁸³ e do Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952, disponíveis nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Nota: (*) os números desta coluna se diferem dos números de matrículas, respectivamente em cada ano, haja vista que o número de matrículas é o resultado de outras variáveis, como: o fato de o aluno, após ser aprovado em exame de admissão, comparecer ou não para se matricular, ou ainda, a possibilidade de serem adicionadas matrículas realizadas por transferência, via exame de adaptação, de alunos oriundos do ginásio secundário.

Mesmo com um déficit por escolas de 1º ciclo (ginásio) no município, não houve crescimento nas inscrições para os exames de admissão nos anos seguintes, conforme demonstrado na Tabela 3, fato que levou esta pesquisa a uma busca indiciária pelos condicionantes.

Ainda que Votuporanga viesse em expansão populacional, urbana e de estabelecimentos comerciais, de acordo com Costa (1956), especificamente o período destacado é marcado por uma crise de retraimento do comércio. No ano de 1948 ocorreu excesso de chuvas e, em 1949, seca em demasia de forma a prejudicar muito a produção agrícola. Entretanto, no ano de 1950 houve uma moderada retomada produtiva das áreas rurais. Em uma cidade de comércio emergente, mas muito dependente da agricultura, esses fatores, em alguma medida, podem ter afetado a renda de parte das famílias e, assim, influenciado diretamente na procura pela escola, uma vez que esta era de iniciativa privada e requeria o pagamento de mensalidades.

Essa condicionante muito provavelmente implicou também na evasão da primeira turma do curso. Segundo o *Livro de Matrículas 1949-1953*, dos 51 ingressantes em 1949, apenas 28 prosseguiram seus estudos em 1950; ou seja, um abandono de 45% do total matriculado decorrido apenas um ano do curso.

⁸³ Este documento, parte do arquivo escolar, traz registrado, por meio de respectivas atas, todas as inscrições para os exames de admissão, em primeira e segunda épocas, para ambos os cursos da escola, entre 1948 e 1966.

Outro ponto importante relacionado é que, se a procura pelas inscrições nos exames de admissão não era exorbitante, uma parte expressiva daqueles que prestavam a prova para ingresso não conseguia obter a aprovação. A Tabela 3 demonstra essa realidade: no ano de 1951, por exemplo, o número de inscritos sequer alcançou o número de vagas disponibilizadas (que chegava a 50) e o exame de admissão contou com uma taxa de reprovação de 25% dentre todos participantes das duas épocas (12 candidatos reprovados em 48 inscritos).

Essa alta reprovação, muito possivelmente, teria alguma relação com baixa qualidade do ensino primário no município de Votuporanga. Além de insuficiente em número de vagas, o que ocasionava o ingresso e o sequenciamento escolar tardios, já referenciados anteriormente, pela checagem das fontes é possível atestar que outros problemas estruturais assolavam, naquele momento, a educação desse nível escolar, como, por exemplo, a superlotação do prédio em que se encontrava instalado. O espaço subdimensionado não proporcionava as melhores condições educacionais para a formação dos seus alunos, de modo que seus egressos, por consequência, não teriam, à frente, um bom desempenho nos exames de admissão.

Vale lembrar aqui que, no período aqui tratado, o prédio municipal utilizado pelo 1º Grupo Escolar de Votuporanga (de ensino primário) também comportava mais outras duas escolas: o Ginásio Estadual (de ensino secundário de 1º ciclo) e a própria Escola Comercial Horácio Berlinck.

Segundo Costa (1956), o pavilhão que era compartilhado por estas três escolas já não tinha mais condição física/operacional, de modo que foi até cogitado, pelos órgãos competentes, o fechamento definitivo do Ginásio Estadual por conta das dependências inadequadas.

Em visita ao prédio, estive em Votuporanga, em 25 de agosto de 1949, um inspetor de educação que alardeou:

É uma pena que até o momento os poderes competentes não tenham voltado as suas vistas para a construção do prédio próprio do Ginásio Estadual, uma vez que acredito que o Ginásio só poderá funcionar nas suas atuais dependências até o próximo ano em vista delas não atenderem as exigências de ensino [...] percebi o quanto os alunos estão apreensivos com a ameaça de fechamento do estabelecimento (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1949 *apud* COSTA, 1956, p. 69).

Essa conjuntura operacional, que impactava na qualidade da educação, remete às reflexões críticas de Viñao Frago (1998b, p. 75) de que o “[...] espaço não é neutro. Sempre

educa”. Já Escolano (1998), com base nos preceitos do “higienismo”, complementa que o rendimento educacional dos alunos se assenta, dentre outras coisas, também na necessidade do espaço-escola ser adequado às capacidades operacionais de salas, sanitários, mobiliário, ventilação, iluminação, calefação etc.

Por meio do *Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão 1948-1952*, pode-se inferir que os candidatos ao ensino comercial vinham do ensino primário sem o domínio pleno de leitura e escrita, visto que o baixo rendimento nas provas escritas dos exames de admissão. Alguns, inclusive, obtinham nota zero nessas provas.

Tal fato é que se, se calculado, a partir das notas individuais de cada aluno exame admissional para ingresso em 1951, uma média aritmética para a turma participante, em primeira época, do processo admissional para o referido ano letivo, teríamos a seguinte constatação: em História do Brasil, média de 7,7 para o exame oral e 3,8 para o escrito; em Português, média de 5,4 para o exame oral e 4,9 para o escrito; Geografia, média de 4,5 para o exame oral e 3,7 para o escrito e Matemática média de 5,5 para o exame oral e 7,3 para o escrito.

Apenas em Matemática a média das notas escritas seria maior que a de notas orais. Por meio ainda dessa fonte é possível observar que em História nenhum aluno obteve nota maior na prova escrita em comparação com a prova oral. As notas baixas nas provas escritas comprometiam muito as médias das respectivas disciplinas dificultando, por consequência, a aprovação nos exames de admissão.

2.3.2 O Curso Comercial Básico e o ideário educativo da instituição

Sob o título “Desenvolve-se rapidamente Votuporanga”, o jornal *Diário de São Paulo* trazia uma matéria sobre os avanços estruturais e de empreendimentos na cidade ao final da década de 1940.

Já em 1945 e 1946 a feitura demonstrava perspectivas de uma grande cidade, pois as construções se faziam sentir numa média de casa e meia por dia. Daí por diante avolumou-se extraordinariamente para hoje ser encarada como a menina dos olhos do ‘hinterland’ paulista. Por todos os cantos surgem novos prédios, novas ruas, novas usinas, novos melhoramentos (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1949 *apud* COSTA, 1956, p. 60, grifo do autor).

Ainda que, dentre outros problemas sociais, a educação no município tivesse questões estruturais graves a serem sanadas, o crescimento da população e a urbanização culminavam

na ideia de “progresso” entre seus munícipes. Foi nesse panorama que começou o ideário da Escola Comercial Horácio Berlinck, visando não só a acudir a demanda escolar local ao tempo que dava formação profissional, mas, sobretudo, engajada com o arranjo social, produtivo e da cultural local.

Segundo Magalhães (2007, p. 72-73), as instituições educativas têm uma relação íntima com o seu entorno:

A educação ao longo da vida é esta subjectivação e integração progressiva cuja objectivação se traduz na capacidade de criar e corresponder aos desafios da realidade [...]. A síntese educacional é, por consequência, cultural, antropológica e materializa-se no contexto, tomando como referência a instituição, as instituições, num plano sócio pedagógico mais amplo (MAGALHÃES, 2007, p. 72-73).

A projeção dos idealizadores da escola, a começar pela sua própria nomenclatura, era de que esta se tornasse referência no desenvolvimento do ensino comercial, especialmente técnico, atendendo também a demanda de ensino equivalente ao 2º ciclo médio. A formação profissional estava afinada com a economia que se apresentava, de modo que o egresso poderia atuar nas áreas correlatas do comércio, bancos, cartórios e galgar alguma ascensão social. Este propósito, em alguma medida, gerava na comunidade uma expectativa do que viria a ser aquela instituição.

Tanto que uma notícia de jornal da época relacionada à sua fundação foi imprecisa quanto à tipagem da escola, ao invés de usar o termo “comercial”, referente ao curso Comercial Básico a ser oferecido, utilizava “técnica”, elevando seu “status” educacional: “Após dois anos de esforços, Votuporanga acaba de ser contemplada com uma Escola Técnica de Comércio, iniciativa da Educacional Votuporanga Ltda” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1948 *apud* COSTA, 1956, p. 32).

O curso Comercial Básico inicialmente oferecido conferia ao aluno o diploma de Auxiliar de Escritório. Com base no *Livro de Atas de Exames Parciais 1949-1952*⁸⁴ pode-se inferir a sua grade curricular⁸⁵ inicial.

⁸⁴Este documento, parte do arquivo escolar, traz os registros, por meio de atas, de toda a logística executada, bem como os candidatos aprovados e os reprovados, nos exames parciais do curso comercial básico, entre 1949 e 1952.

⁸⁵Necessário esclarecer que, para todo o período tratado nesta pesquisa, de 1948 a 1966, não foram encontrados quaisquer registros ou documentos preservados nos arquivos escolares que se apresentassem como “Regimento Escolar” ou “Programa das disciplinas”.

Quadro 5 - Disciplinas / Professores no curso Comercial Básico - 1949

Período	Disciplina	Professor
1º Ano	Português	Willian Zeitune
	Matemática	José Galdino de Castro
	Francês	Josué Cintra Damião
	História Geral	Josué Cintra Damião
	Geografia Geral	Dr. Martiniano Salgado
	Desenho	Willian Zeitune
2º Ano	Português	Willian Zeitune
	Matemática	José Galdino de Castro
	Francês	José Luchetta
	História Geral	Herculano Beretta
	Geografia Geral	Dr. Martiniano Salgado
	Inglês	Felipe Dinants
3º Ano	Caligrafia	Luiz Saltini
	Português	Willian Zeitune
	Matemática	José Galdino de Castro
	Francês	José Luchetta
	História Geral	Herculano Beretta
	Geografia Geral	Dr. Martiniano Salgado
3º Ano	Inglês	Felipe Dinants
	Datilografia	Herculano Beretta
	Português	Willian Zeitune
	Matemática	José Galdino de Castro
	Francês	José Luchetta
	Estenografia	Herculano Beretta
	Práticas de Escritório	Luiz Saltini
	Inglês	Rondon R. Ferreira
Ciências Naturais	(*)	
Economia Doméstica	(*)	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro Atas de Exames Parciais 1949-1952, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Notas: (*) A fonte não indica esses dados.

A análise da fonte utilizada no Quadro 5 revelou que a escola, bem como acontecera em nível nacional, sofria pela escassez de professores formados e aptos a lecionar em áreas específicas. Dentre os identificados não-professores, estão o pároco Pe. Felipe Dimants ministrando inglês e na frente de Geografia o médico Dr. Martiniano Salgado, que inclusive, naquele tempo, era responsável pelo centro de puericultura da cidade.

Observando o disposto em lei (BRASIL, 1943c), pode-se afirmar que a grade curricular da escola atendia aos requisitos estabelecidos pela Reforma Capanema, mas houve algumas adaptações, não sendo possível precisar exatamente a motivação. No primeiro ano não havia a disciplina de Caligrafia e foi inserida a de História Geral; no segundo ano foram excluídas as disciplinas de Datilografia e de Estenografia⁸⁶ e inserida a de Caligrafia; no terceiro ano foram excluídas as disciplinas de Estenografia e de Ciências e; no quarto ano

⁸⁶ Método de escrita que visa acompanhar a rapidez da fala humana e que, para tal, se utiliza de caracteres especiais abreviados. Também conhecida como Taquigrafia, Logografia e Pasistenografia.

foram excluídas as disciplinas de Escrituração Mercantil e de História do Brasil e inserida a disciplina de Estenografia.

O curso era noturno e, por isso, dispensava as disciplinas de Educação Física, de Canto Orfeônico e de Instrução Pré-militar. Também não era ministrado o ensino religioso, de caráter facultativo.

Outro ponto que merece destaque em relação às disciplinas é que, ainda que as salas de aulas já fossem mistas formando homens e mulheres profissionalmente, num cenário em que a educação era vista como possibilidade de galgar melhores condições de vida, havia transparente conservadorismo com relação ao “lugar” das mulheres na sociedade, expresso pela obrigatoriedade no currículo, e, exclusiva a elas, de terem que cursar a disciplina de Economia Doméstica.

No ensino comercial essa disciplina era análoga àquela ministrada no ensino secundário e tinha por orientação metodológica “[...] a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (BRASIL, 1942b). Integravam os conteúdos programáticos, além do preparo e uso dos alimentos, noções de puericultura e de higiene doméstica.

Com base ainda nas fontes e, sobretudo, destacando o baixo número de mulheres que frequentavam o curso, vale dizer que, por ocasião da primeira turma, esta disciplina foi cursada apenas por uma única aluna. Numa reflexão, sob a ótica de Chartier (1995, p. 42, grifo do autor), essa disciplina claramente integra o conjunto dos “[...] mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social e, portanto histórica, dos papéis e das funções” distintamente destinados a homens e mulheres.

Outros temas, não propriamente na forma de disciplina, transpassavam o programa do curso, como Educação Moral e Cívica, que deveria ser de “elevada dignidade e fervor patriótico” (BRASIL, 1943a, Cap. V). A Secção VI da referida lei trata do tópico “Trabalhos Complementares” na forma de atividades extracurriculares a fim de desenvolver nos alunos sentimentos relacionados à “desportividade”, e aos “bons sentimentos de camaradagem e a sociabilidade”.

Nessa direção, além propriamente de profissionalizar os seus alunos, frente ao disposto naquela sociedade e aos costumes da época, a escola, já nos primeiros anos de sua existência se projetava de forma a expressar sua própria cultura educacional numa relação intrínseca com a sociedade. Passava a construir uma memória, “[...] um ideário cultural e pedagógico; buscando singularidade material, organizativa, sociocultural assinalada na meso-abordagem” (MAGALHÃES, 2015, p. 12).

Datam de 1950 os registros iniciais de participação da escola em eventos públicos. Segundo Costa (1956), a primeira aparição foi em desfile de encerramento das atividades festivas do 5º aniversário de elevação do município à categoria de comarca. Meses depois, a escola foi convidada para outra atividade, dessa vez para a inauguração das obras do novo prédio do Ginásio Estadual: “[...] antes da cerimônia de colocação dos primeiros tijolos, isto é, às 15 horas, realizou-se um desfile dos alunos do Ginásio Estadual e da Escola de Comércio, em direção ao local da construção [...]” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1950 *apud* COSTA, 1956, p. 117).

Com vistas a ocupar um espaço institucional mais amplo, mesmo ainda sem oferecer cursos técnicos e considerando esta sempre ter sido a pretensão de seus idealizadores, a escola assumiu, formalmente, já no início de 1951, a nomenclatura que a marcaria enquanto instituição de educação profissional: Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. No transcorrer daquele mesmo ano, a instituição obteve autorização para, a partir de 1952, ofertar o primeiro curso técnico da cidade, equivalente ao ensino médio de 2º ciclo, o de Contabilidade.

Os arquivos escolares dão “pistas” (GINZBURG, 1989) e comprovam que já era intenção de seus proprietários, desde pelo menos o início do ano de 1950, a alteração da nomenclatura inicial. O *Livro de Atas de Exames de Adaptação 1950-1959*⁸⁷ atesta, por meio de seus registros, “deslizes ortográficos” do redator e secretário escolar, Pedro Tagliavani, quanto à identificação da escola. É possível ler logo na primeira ata: “Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta, em uma das salas do Grupo Escolar de Votuporanga, sede da Escola Comercial Cruzeiro do Sul [...]”. Lembra-se que o primeiro nome da escola foi escolhido no calor emocional pelo falecimento do Professor, referência no Ensino Comercial no Brasil, Horácio Berlinck, ao qual esta passou a homenagear.

Outro fato relacionado e que deve ser considerado é que a mudança de nomenclatura era uma preocupação da administração escolar, sobretudo, necessária, tendo em vista a coexistência de outra instituição de razão social semelhante – Academia de Comércio Horácio Berlinck⁸⁸ – fundada em 1922 e localizada no município de Jaú/SP; fato este que poderia vir a inviabilizar juridicamente, no futuro, a continuidade de utilização daquela denominação.

⁸⁷Este documento, parte do arquivo escolar, traz o conjunto das Atas, entre 1950 e 1959, que registraram tanto a logística executada quanto as notas obtidas pelos candidatos nos exames de adaptação visando ao ingresso no curso. Estes candidatos eram oriundos do ginásial propedêutico e podiam requerer a transferência ao curso comercial básico desde que fossem aprovados nestes exames.

⁸⁸Para mais informações, vide página institucional da Academia de Comércio Horácio Berlinck.

Para a escola, o ano de 1951 representou um importante momento para sua história, que, além de nova nomenclatura e autorização de abertura de mais um curso agora de cunho técnico, foi ainda o último ano da sua primeira fase administrativa relacionada ao grupo de sócios fundadores Renato Bugeli, Herculano Beretta e Luiz Saltini.

Segundo o relato do Sr. Nivaldo Melara, havia uma expressa vontade destes em passar a escola adiante de forma que ficassem livres para focarem em outras atividades institucionais e políticas no município: “O que eles fizeram? Em dezembro 1948 fizeram a admissão, em 1951, pediram o técnico e conseguiram. Assim que conseguiram o técnico já *venderam* para o Cícero” (MELARA, 2019, grifo nosso).

No relato transcrito, observa-se o termo “venderam”, porém, entende-se que, se a escola até então não possuía patrimônio físico, visto funcionar em instalações cedidas pelo poder público local, é pouco provável que tenha havido envolvimento monetário nessa transação. Fato é que, dentre os documentos escolares daquela época, ainda existentes e manuseados nessa pesquisa, apenas o *Arquivo memorialista da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul* discorre sobre esse evento e coloca que foi o estabelecimento “transferido” ao novo proprietário, não fazendo qualquer menção a importâncias financeiras.

Pontes (2001) emprega o mesmo termo ao tratar do episódio dentro do contexto histórico da cidade na década de 1950. Já Lima Neto (2021a) no jornal *Diário de Votuporanga*, em 24 de abril de 2021, menciona “transferir de controle” da escola.

A segunda fase administrativa da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, ou seja, de 1952 a 1966, sob a administração do Professor Cícero Barbosa Lima Júnior é, sem dúvida, o período de consolidação de uma identidade enquanto instituição, conforme se apresenta no próximo capítulo.

3 EDUCAÇÃO E CULTURA NA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL

O presente capítulo discorre sobre a segunda fase administrativa da escola, ou seja, de 1952 a 1966, visto ser o período de sua consolidação, não só em volume numérico, mas, sobretudo, no estabelecimento de uma “cultura institucional” (MAGALHÃES, 2007 p. 72) que lhe dava identidade única na cidade: de ser um espaço educativo e profissionalizante na formação de muitos jovens, mas que ao mesmo tempo mantinha um rico “[...] relacionamento (territorialização) com o contexto sociocultural e geográfico envolvente”.

Ainda, segundo Magalhães (2004, 2007) perceber essa sincronia é ter como marco teórico uma narrativa “multifacetada” e voltada à *materialidade* organizacional e concreta da instituição, à *representação* assentada nas memórias existentes sobre o que foi a escola, tanto para os seus agentes escolares como para a comunidade envolvente, e à *apropriação* resultante das vivências naquele espaço escolar, o que confere identidade à instituição e itinerário de vida aos sujeitos envolvidos.

Portanto, dando sequência à gênese da instituição apresentada, adentra-se no seu desenvolvimento institucional frente à gestão escolar, estrutura e instalações, quanto ao perfil dos professores, da origem social dos alunos, quanto ao currículo do curso Técnico em Contabilidade e da participação da escola em eventos externos diversos.

O propósito foi tentar captar pelos diversos ângulos, dada pluralidade de fontes, a identidade daquela cultura escolar nas relações humanas, nas rotinas, no cotidiano e até mesmo nos conflitos ocorridos.

Enquanto apresentação daquele universo escolar, destaca-se que todo e qualquer conhecimento histórico produzido é, segundo Luca (2020, p. 27), uma interpretação do passado, marcado pela “[...] transitoriedade ou, para usar o termo mais preciso, pela historicidade [...]” de forma que essa proposição passa longe de se achar esgotada.

3.1 A diretoria escolar e as transformações estruturais da instituição

A direção escolar bem como as estruturas organizacionais, materiais, espaciais, meios e as relações de poder envolvidas são instâncias voltadas ao funcionamento de uma instituição educativa e, segundo Magalhães (2004), inserem-se na categoria de análise da *materialidade* da narrativa histórica.

A constituição da identidade de uma escola enquanto espaço institucionalizado perpassa por diversas condições, objetivas e subjetivas e se dá numa projeção representativa e permanente entre seus agentes e os interesses dos públicos a que se destina.

[...] todo o espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica (VIÑAO FRAGO, 1998b, p. 78).

Como apresentado, a primeira fase administrativa da escola teve como único diretor o Sr. Luiz Saltini, que era também um dos seus sócios fundadores, comerciário e político da cidade. Apesar da transferência da escola, no final de 1951, para o Professor Cícero Barbosa Lima Júnior, quando se deu o início da segunda fase administrativa, o *Relatório de Inspeção*⁸⁹ de 1954 atesta que o citado diretor fora mantido no cargo até março de 1953, auxiliando nas atividades de transição de gestão.

Cícero Barbosa Lima Júnior⁹⁰, ou Professor Cícero como é amplamente conhecido em Votuporanga, trazia consigo vasta experiência educacional de normalista e de docente de história, além de, especialmente, por ter sido anteriormente proprietário de outras duas escolas que haviam sido encampadas pelo estado no decorrer da década de 1940, uma em Ituverava/SP e outra em Igarapava/SP⁹¹.

Naquele período no Brasil, como destacado anteriormente, havia um apelo popular grande por educação e não existia ainda uma quantidade adequada de escolas públicas nos níveis de ginásio e de colegial. Assim sendo, dava-se uma política governamental de estatização de escolas visando à isonomia da educação bem como estabelecer uma rede ampla. Isso implicava que o estado muitas vezes encampava, expropriava, com ou sem indenização, ou ainda subvencionava escolas municipais ou mesmo as privadas existentes para essa finalidade.

Dessa forma ocorreu que, em pouco mais de vinte anos, houve um salto quantitativo em número de escolas. Moraes ao analisar os dados de Beiseigel (1964 *apud* MORAES, 2013), destaca que a partir do fim da ditadura Vargas e com a retomada do regime político

⁸⁹Este tipo de documento, parte do arquivo escolar, traz um compilado de informações que são previamente requeridas por um inspetor federal em visita escolar e que devem ser encaminhadas anualmente para a Diretoria de Ensino Comercial no Ministério da Educação. O documento data de um determinado ano, mas apresenta dados referentes ao ano anterior.

⁹⁰Além da carreira docente e de empresário da área educacional, destacados no texto, Professor Cícero foi ainda vereador em Votuporanga entre os anos de 1956 e 1959.

⁹¹Ambas de nível ginasial e de mesmo nome: Colégio São Sebastião.

baseado no voto, as aspirações populares por melhoria de vida com base na educação escolar viam no agente político, à procura de votos, um militante na criação escolas. Esses agentes canalizaram os gastos públicos no aumento da rede de escolas secundárias. Os números apresentados mostram que em 1940 havia no estado de São Paulo 41 ginásios públicos, sendo 3 na capital e 38 no interior. Já em 1962, a rede oficial tinha 561 estabelecimentos de ensino secundário, sendo que destes eram 96 na capital e 465 espalhados nos municípios do interior.

O sucesso das duas escolas anteriores, que haviam sido encampadas pelo estado com direito à indenização, fez com que o Professor Cícero vislumbrasse mais uma vez: em Votuporanga, além propriamente da educação profissional, trazia a ideia de fundar uma segunda escola de ginásio propedêutico (1º ciclo) visando a uma clientela de maior poderio econômico, visto que no local o único Ginásio Estadual era insuficiente para atender a demanda. Posteriormente, estava também em seus planos, montar uma terceira escola, infantil e voltada para crianças de três anos a seis anos.

Contudo, concretamente, a primeira ação urgente para aquele cenário de 1952, tão logo assumiu a administração da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, era providenciar novas instalações para a escola que estava instalada no prédio cedido inicialmente pela prefeitura e junto do 1º Grupo Escolar e que já não tinha mais condição operacional. Naquele ano, se iniciavam as atividades junto à primeira turma do curso Técnico em Contabilidade que ocuparia mais salas de aula e demandaria também mais espaços para novos laboratórios.

Relata o colaborador, Sr. Wanderley Parisi⁹², aluno do curso Comercial Básico entre os anos de 1952 e 1954, que, na falta de espaço, era cotidiana a situação de os alunos do curso básico terem a sala de aula compartilhada com os alunos do curso técnico: “A lousa? Como era mais falado do que escrito, eles pegavam a lousa, faziam um risco no meio da lousa e falavam ‘para os formandos’ e ‘para os auxiliares’. Era assim”. (PARISI, 2020, grifo do autor).

Além dos problemas com as salas e laboratórios, outros espaços eram também inadequados. Por exemplo, no piso térreo estava instalada a sala dos professores, mas o acesso às salas de aula, conforme demonstrado na Figura 16, ocorria por meio de uma escadaria externa, o que gerava transtorno em dias chuvosos.

⁹²*In memoriam* (Santa Adélia/SP, 19 de maio de 1937 – Votuporanga/SP, 09 de maio de 2021). Wanderley Parisi foi aluno oriundo de transferência do 2º ano de ginásio para cursar o Comercial Básico entre 1952 e 1954. A partir de 1955 iniciou o curso Técnico em Contabilidade, mas não o concluiu. Profissionalmente atuou como representante comercial e empresário do ramo moveleiro em Votuporanga e, no ato deste relato, encontrava-se aposentado. A entrevista, em parte aqui transcrita, foi coletada de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 07 de abril de 2020.

Figura 16 - Sala dos professores e acesso por escadaria externa (Prédio cedido) - ano de 1952



Fonte: Acervo pessoal de Cícero Barbosa Lima Neto (1952).

Para dar cabo à ideia de construir novas instalações, o Professor Cícero adquiriu um terreno a 200 metros daquele prédio emprestado, na região central da cidade, local onde a escola permanece ainda em funcionamento, na esquina das Ruas São Paulo e Paraíba, medindo 2.400m².

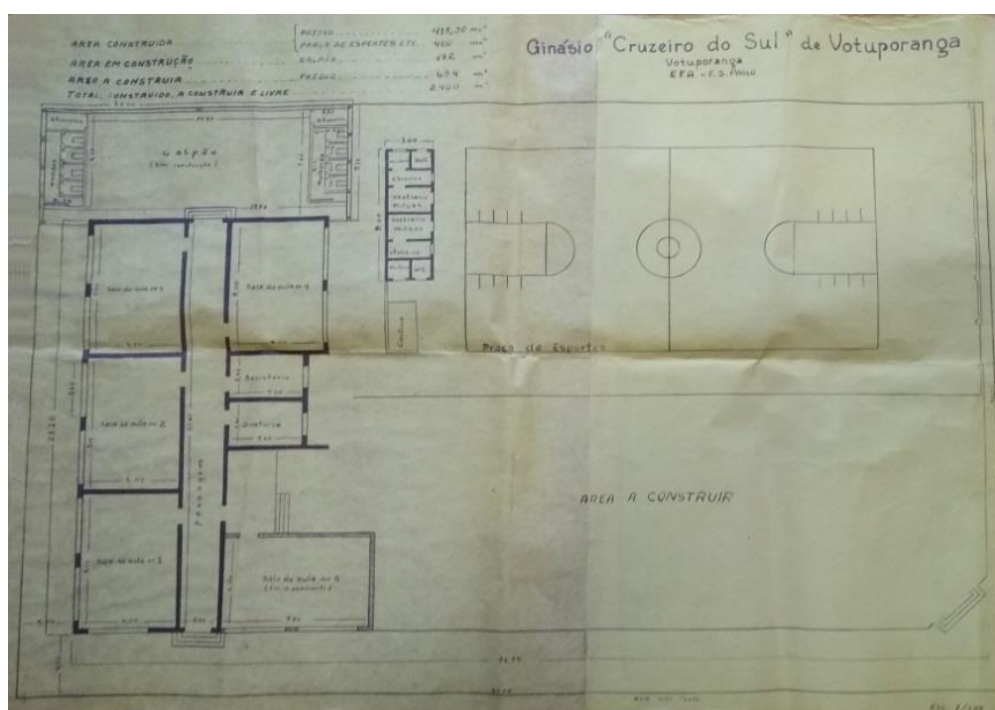
Fora proposto um projeto com arquitetura moderna, cujas proporções foram consideradas inovadoras para a cidade e que viria a acomodar tanto a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul quanto a escola ginásial a ser fundada pelo Professor Cícero, em 1955, o chamado Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga.

[...] localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

Conforme o relato do Sr. Lima Neto⁹³, filho do Professor Cícero, a obra se deu em três etapas:

- a- Na primeira, foi feita a quadra de esportes em 1953 e um prédio com 05 salas de aula, secretaria e diretoria no ano de 1954.
- b- Na segunda, um galpão como espaço de convivência e eventos, executada em 1955.
- c- A terceira etapa, a mais custosa, contaria com o maior prédio do complexo em dois pisos de 16 salas de aulas, com novas secretaria e diretoria e mais três salas de laboratórios multiuso no porão. O primeiro piso foi concluído no final de 1962 e o segundo piso na década de 1970.

Figura 17 - Projeto, em planta baixa, da primeira e segunda etapa da construção da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga - 1954



Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (1954).

O entrecruzamento das fontes permitiu entender com alguma precisão como aconteceu a execução da obra. O arquivo *Relatório de Inspeção de 1954*, que remete ao ano de 1953, aponta prioridade à construção da quadra, dando visibilidade ao empreendimento frente à comunidade votuporanguense, considerando a novidade de uma quadra esportiva exclusivamente de “bola ao cesto” (basquetebol) na cidade.

⁹³Cícero Barbosa Lima Neto chegou à cidade em 1952 com um ano de idade. Foi aluno no Jardim de Infância e Parque infantil Cruzeiro do Sul e acompanhou o desenvolvimento da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga. Hoje, aposentado, reside em Florianópolis/SC. O relato, em parte aqui transcrito, foi gravado por intermédio de vídeo-chamada web, coletado de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 13 de abril de 2021.

Figura 18 - Inauguração da quadra - 1953



Fonte: Acervo pessoal de Cícero Barbosa Lima Neto (1953).
Nota: Acima: Arco de entrada. Abaixo: Interior da quadra.

Segundo Escolano (1998), a arquitetura escolar, além dos fins pedagógicos propriamente, pode apresentar estrutura material que dê “suporte simbólico” para intentos diversos, como as ideias nacionais, religiosas, de exaltação de homens ilustres etc. A figura 18 traz, na imagem superior, as bandeiras do estado de São Paulo e do Brasil, e na imagem inferior, uma homenagem ao próprio diretor/dono da escola.

Após a inauguração da quadra, para término da primeira etapa da construção seria necessário executar as demais instalações prediais, porém os recursos financeiros eram escassos. A solução encontrada pelo proponente foi de prover meios junto à sociedade votoporanguense da seguinte forma: o valor faltante para a conclusão foi fracionado em partes iguais, chamadas de cotas, das quais, espontaneamente, aquele cidadão que tivesse disponibilidade poderia contribuir investindo na escola pela compra de uma ou mais cotas.

Com a presença de autoridades e do vigário da Paróquia que procedeu a bênção, foi lançada a pedra fundamental do edifício da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul [...]. O prédio está orçado em Cr\$1.800.000,00 e para a sua imediata construção foi constituída uma Sociedade por quotas que gira sobre a Edificadora Cruzeiro do Sul Ltda⁹⁴ (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1954 *apud* COSTA, 1956, p. 232).

As cotas eram como ações, renderiam 10% ao ano e, assim que os negócios a partir das novas instalações escolares prosperassem, haveria o reembolso pelo Professor Cícero.

Figura 19 - Jornal Oeste Paulista - 25 de julho de 1954

Edificadora "Cruzeiro do Sul" Ltda.

Vem a Edificadora «Cruzeiro do Sul», Ltda., sociedade por quotas, em constituição nesta cidade, encontrando por parte do povo progressista de Votuporanga, a melhor acolhida.

Tem a referida sociedade o objetivo de construir um prédio próprio para ser alugado à Escola Técnica de Comércio «Cruzeiro do Sul», que vem funcionando no prédio do Grupo Escolar, cedido pela Secretaria da Educação e Prefeitura Municipal.

As obras já estão iniciadas e os alicerces da primeira parte terminados.

As quotas renderão 10% de juros.

Nenhuma afirmação será mais positiva do que a relação que abaixo publicamos, das pessoas que já subscreveram quotas da referida sociedade

Relação dos subscritores de quotas
da Sociedade «Edificadora «Cruzeiro do Sul», Ltda.»

Nº	Nome	Quotas	Importancia
1	Leonidas Pereira de Almeida	50	Cr. \$25.000,00
2	José Ferrari	50	« 25.000,00
3	Carlos Ferrari	50	« 25.000,00
4	Wilson Cordeiro de Brito	20	« 10.000,00
5	Manoel Ramalho Mata	20	« 10.000,00
6	Herculano Bereta	10	« 5.000,00
7	José Sireta	10	« 5.000,00
8	Euripades Faria	10	« 5.000,00
9	José Abdo Marão	10	« 5.000,00
10	Nasser Marão	10	« 5.000,00
	Marão Abdo Algefade	10	« 5.000,00
	Françisco de Souza	10	« 5.000,00
	Oriando Mastrocola	10	« 5.000,00
	Cícero B. Lima Júnior	100	« 50.000,00
	Domingos Pignatari	5	« 2.500,00
	Rossi e Lima	3	« 1.500,00
	Tomaz Maranhão	6	« 3.000,00
	Gabriel Jabur e Cia Ltda.	10	« 5.000,00
	Guerino Vivo e Irmãos	10	« 5.000,00
	Miguel Said Eid	2	« 1.000,00
	Edward C. Costa	2	« 1.000,00
	João Gonçalves Leite	5	« 2.500,00
	Targino Granja	10	« 5.000,00
	Poiani	2	« 1.000,00
	Galera	4	« 2.000,00
	B. Lima	5	« 2.500,00
	onso Peche (Tnte)	1	« 500,00
	Augusto Sasso	2	« 1.000,00
	Miguel Garcia Perez	20	« 10.000,00
	Dr. Camilo Barbieri	20	« 10.000,00
	Wilson de Souza Foz	10	« 5.000,00
	ldomiro de O. Coelho	4	« 2.000,00
	orio Alvsrenga	1	« 500,00
	emiro Ferrari	2	« 1.000,00
	enedito Magalhães	2	« 1.000,00
	ilio Pablão	10	« 5.000,00
	o Gianzi	5	« 2.500,00
	Total	511	255.500,00

Fonte: MACHADO, João Batista. Oeste Paulista, 25/07/1954.

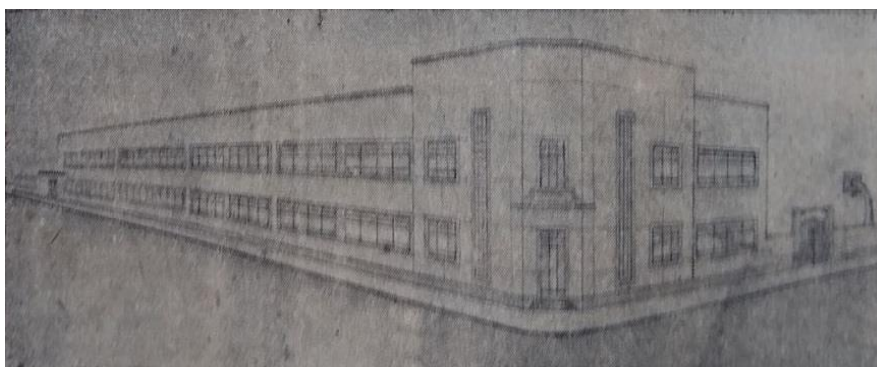
Nota: Acervo do Museu Municipal "Edward Coruripe Costa".

⁹⁴Essa construtora tinha como sócios o próprio Professor Cícero e o Sr. Carlos Ferrari, que foi um importante comerciário da cidade, além de vereador de 1948 a 1951, vice-prefeito de 1952 a 1955, e presidente da ACV no biênio 1960-61. Este último era o gerente da empresa e responsável por administrar o dinheiro oriundo das cotas e o andamento da obra.

Pela Figura 19 fica evidente que, de modo semelhante ao que ocorreu em esfera macro com outras escolas de comércio pelo Brasil, como por exemplo, na fundação da FECAP, em Votuporanga os colaboradores/financiadores da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul foram pessoas da própria localidade, em geral, empresários ligados ao comércio, ao agronegócio, ao setor de serviços, e ainda, alguns profissionais liberais.

A fim de promover maior aporte financeiro, o jornal *Oeste Paulista*, durante as obras em fase de acabamento ainda da primeira etapa, em janeiro de 1955 anunciava: “Fachada do imponente prédio onde funcionará a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro e o Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga”.

Figura 20 - Jornal Oeste Paulista - 1º de janeiro de 1955



Fonte: SOUZA FILHO, Deocleciano de. *Oeste Paulista*, 01/01/1955.

Nota: Acervo do Museu Municipal “Edward Coruripe Costa”.

Para Kossoy (2001), o fotojornalismo impresso pode, eventualmente, associar o signo escrito a uma imagem na intenção de “orientar” uma leitura distorcida da realidade. Nessa linha, ressalta-se que a imagem veiculada no jornal, apresentada pela Figura 20, em ângulo de esquina nas Ruas São Paulo e Paraíba, não representava àquilo que estava em construção naquele momento e sim se tratava apenas de uma “propaganda” do que viria a ser a totalidade do complexo estudantil após serem concluídas as três etapas da sua construção.

O prédio em edificação naquela altura era ainda o da primeira etapa da obra, ou seja, bem mais modesto. As suas proporções constam referenciadas na Figura 17 e nela observa-se também, à direita na parte inferior, um espaço no terreno reservado sob a descrição “área a construir” e que seria destinado ao último prédio da terceira etapa, o que foi destacado na Figura 20 na publicação veiculada no jornal.

O Sr. Paulo Rapassi⁹⁵ afirma que foi a ampla adesão da comunidade frente às quotas que viabilizou a inauguração do prédio no início de 1955. A participação da sociedade também se deu com relação a equipar a escola com demais bens. Narra que:

Eu não pagava a mensalidade, eram minhas cotas. Cotas da mobília que meu pai levou para lá. E a mobília que tinha também na época era Móveis Cimo, que era o que tinha de melhor. Madeira! Tanto que tem lá muita coisa ainda. [...] É importante se referir a essas cotas aí, ele foi construído sob uma ação entre amigos e cotistas, então, nós pagamos. Meu irmão e eu, nós éramos quotistas do colégio (RAPASSI, P., 2021).

Com a conclusão da primeira etapa da obra, o prédio passou a abrigar as atividades do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga e para ele também foram transferidas, do prédio antigo visando a desafogá-lo, as turmas do curso Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. Todavia, as instalações novas não eram suficientes para acomodar as turmas do curso Comercial Básico, sendo crucial para tal, executar as demais etapas do projeto de construção. Os recursos empregados a partir de então seriam exclusivamente providos pelo próprio Professor Cícero.

O decorrer do ano de 1955 seria estratégico para o Professor Cícero. Além de concluir o galpão referente à segunda etapa da obra, investindo simultaneamente nas suas duas escolas que ocupavam o mesmo espaço, é válido observar que, em outro ponto da cidade⁹⁶, ele ainda fundou e inaugurou o Jardim de Infância e Parque Infantil Cruzeiro do Sul, que começaria a funcionar no ano seguinte. Esta, porém, não teria vida longa, sendo vendida em 1959 e seus recursos aplicados na terceira etapa de construção das instalações da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga.

Com relação à terceira etapa da obra, daquilo que havia sido projetado inicialmente, foram concluídas no final de 1962 pelo Professor Cícero apenas as 08 salas de aula em piso térreo e as salas multiuso do porão. Ainda que não concluída a totalidade da terceira etapa do projeto naquele momento, a estrutura do prédio foi executada de modo que comportasse posteriormente o piso superior, que acabou sendo feito somente na terceira fase administrativa da escola, na década de 1970.

⁹⁵Paulo César Rapassi estudou no Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga entre 1955 e 1958. Profissionalmente é advogado e comerciante em Votuporanga, sendo também proprietário do Museu Rapassi. O relato, em parte aqui transcrito, foi coletado de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 26 de abril de 2021.

⁹⁶ Localizado na Rua Santa Catarina, entre as Ruas Sergipe e das Bandeiras.

A Figura 21 apresenta uma fotografia, tirada a partir da Rua São Paulo e em ângulo oposto ao da esquina, da fachada escolar em construção. É possível notar também que a referida rua, da região central da cidade, estava sendo pavimentada naquele momento.

Figura 21 - Obras da terceira etapa da construção da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1962



Fonte: Arquivo pessoal de Cícero Barbosa Lima Neto (1962).

Somente para o ano letivo de 1963, considerando ter havido o término parcial da terceira etapa da obra, que as turmas do curso Comercial Básico foram removidas do prédio antigo e acomodadas no espaço novo. Apesar das constantes reformas, especialmente na fachada, o formato inicial das instalações se manteve até os dias atuais.

Figura 22 - Fachada atual da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul já sob a nomenclatura de Colégio Comercial de Votuporanga



Fonte: Fotografado pelo autor (julho de 2021).

Com relação ao Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga, este se estabeleceu no local até o ano de 1960, quando deixou de funcionar devido ao número insuficiente de matrículas. Esse fato ocorreu, principalmente, em função da expansão do ginásial público na cidade pela única escola existente, o Ginásio Estadual em funcionamento desde 1948. Este, apesar de ter natureza distinta e não-profissionalizante inicialmente, passou por uma série de transformações estruturais expandindo em muito a sua oferta de ensino. Por consequência, acabou por mirar o mesmo público-alvo, em nível de ginásial (1º ciclo) e de colegial (2º ciclo), do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga e da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, em muito impactando negativamente nas matrículas destas escolas.

Para dar clareza do que se trata, apresenta-se um breve destaque sobre essas transformações. No ano de 1951, o Ginásio Estadual deixou as instalações cedidas pela prefeitura junto do 1º Grupo Escolar e se mudou para um espaço próprio⁹⁷, bem mais amplo, aumentando a sua capacidade. Em 1954 começou a subvencionar o ensino normal local, que se dava naquela altura pela Escola Normal Livre, em nível ginásial e custeada pelo município, vindo a incorporar mais alunos dessa faixa escolar e passou a se chamar Ensino Normal e Ginásio Estadual “Dr. Manoel Lobo” (ENGE). A partir de 1957 alterou sua nomenclatura para Colégio Estadual e Ensino Normal “Dr. Manoel Lobo” (CEEN) ao adicionar na sua oferta o primeiro ensino médio de 2º ciclo (colegial clássico e científico), até então inexistente na cidade. Em 1963, mudou novamente de endereço⁹⁸ e se transformou em Instituto de Educação “Dr. José Manoel Lobo” (IE), chegando a disponibilizar, além de todos os cursos já descritos, uma série de formações em nível de 2º ciclo voltada à capacitação de professores.

Além da concorrência com o Ginásio Estadual/ENGE/CEEN/IE nas matrículas, referentes aos 1º e 2º ciclos do ensino médio (ginásial e colegial), a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul sofreu uma ocorrência muito particular de “evasão em massa” no seu curso Técnico em Contabilidade em 1959 (detalhada mais adiante), quando nenhum aluno novo ou veterano realizou a matrícula/rematricula naquele ano. Ambos os fatores fizeram com que, por exemplo, de 1958 para 1959, a escola amargasse um decréscimo de 36% no seu volume total de alunos regularmente matriculados.

Esse decréscimo de 1959, somado ao fechamento do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga no ano seguinte, fez com que a década de 1960 fosse de dificuldades financeiras para a Escola Técnica Cruzeiro do Sul, que foram se agravando ao ponto de, em 1963, esta ser colocada à venda.

⁹⁷Mudou-se para a Rua Pernambuco, onde é o atual Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV).

⁹⁸Mudou-se para a Rua Amazonas, entre as Ruas Tibagi e Espírito Santo, onde ainda está em funcionamento.

As atas do *Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial 1954-1966*⁹⁹ apontam que, devido à “renda insuficiente para a manutenção”, o Professor Cícero teria enviado a quarenta pessoas de “maior destaque social na localidade”, incluindo a prefeitura local, ofícios sinalizando a possibilidade de venda. Segundo o relato do Sr. Nivaldo Melara foi apenas com a interferência do prefeito da cidade que o Professor Cícero se dispôs a oferecer e negociar a escola com os próprios professores que nela lecionavam.

O prefeito da época, Sr. Dalvo Guedes, não admitia, como prefeito, que viesse um estranho de fora dirigir uma escola em Votuporanga, e ele entrou no meio... Chegando aqui numa noite, chamou: “Nivaldo Melara?!” – “Sou eu!” – “Jurandir Paggiore, Luiz Carlos Cardoso Prado e Joaquim da Luz Marques, porque vocês não compram a escola? Porque vocês não compram a escola?” – “Nós não temos dinheiro para comprar a escola! Não temos o dinheiro!” (MELARA, 2019, grifo do autor).

Pela questão dos professores não possuírem recursos para compra, o negócio se arrastou até o ano de 1966, momento em que houve fomento financeiro do poder público local. Segundo o jornal da época, *A Vanguarda*, por meio de um projeto de lei e edital público a prefeitura propôs um auxílio de até G\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) à pessoa física ou jurídica que assumisse por compra definitiva aquele patrimônio. Deveria haver o cumprimento de alguns requisitos, como o de “dar perfeito funcionamento” à unidade e de evitar que esta fosse encampada pelo estado, considerando isso um ônus social ao município, por se tratar de um processo burocrático e demorado. Relata a mesma notícia:

Com prazo para inscrição que estava marcado para o dia 03 de dezembro até às 11 horas encerrou-se também a concorrência uma vez que o grupo de professores da própria Escola apareceu como o único concorrente. [...] altos propósitos passarão a nortear a organização que além de preservar os cursos existentes pretende iniciar cursos até no momento inexistentes na cidade e região (CAMARGO, 1966, Ano XI, n. 1.092).

O grupo adquirente firmou um *Contrato de Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada* e neste documento passou a ser denominado “Sociedade Educacional Votuporanga LTDA”, figurando como sócios, oficialmente, os Srs. Joaquim da Luz Marques, Annita de Souza Melara¹⁰⁰, Luiz Carlos Cardoso Prado e Miriam Mello Paggiore¹⁰¹. A venda foi fechada pelo valor de G\$21.000.000,00 (vinte um milhões de

⁹⁹Este documento, parte do arquivo escolar, traz todas as ocorrências percebidas e registradas manualmente pelos inspetores federais em visita à Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul no período de 1954 a 1966.

¹⁰⁰Esposa do professor Nivaldo Melara.

¹⁰¹Esposa do professor Jurandir Paggiore.

cruzeiros)¹⁰² a serem pagos da seguinte forma: G\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) de entrada e o saldo devedor em parcelas anuais, conforme os “lucros porvindouros apurados anualmente em balanço”. O contrato não dizia o limite de tempo para pagamento da dívida, contudo, o Sr. Nivaldo Melara relata que foram seis prestações. Segundo a *Escrituração Contábil*¹⁰³ da escola, de dezembro de 1967, nesse período em que as prestações eram pagas, havia um aluguel mensal do prédio no valor de NCr\$700,00 (setecentos cruzeiros novos)¹⁰⁴.

Assumiram, portanto, os novos sócios em 1º de janeiro de 1967 e a direção escolar passou a ser de Luiz Carlos Cardoso Prado, que tinha como profissão bancário, formação de Contador e que já lecionava na escola as disciplinas de Economia, Práticas de Escritório, Organização Técnica de Comércio, entre outras. A instituição recebeu nova denominação, Colégio Comercial de Votuporanga, e, apesar do nome relacionado às suas origens, nessa nova, terceira e atual fase administrativa, passou a oferecer cursos de naturezas diversas, como de ensino básico, supletivos e, mais tarde, cursos de pós-graduação, inclusive EAD, pulverizando a sua área de atuação na educação, não sendo mais, portanto, voltada exclusivamente à educação profissional.

Acredita-se que as novas instalações construídas para a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, quanto à especialização escolar e disciplinar, na perspectiva de Viñao Frago (1998a), tanto atenderam à demanda escolar existente quanto trataram de garantir as atividades didáticas, a regularidade das rotinas dos sujeitos e a otimização do tempo, impactando, fundamentalmente, aquele cotidiano.

A ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar: O “salto qualitativo” que levo do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói. Constrói-se “a partir do fluir da vida” e a partir do espaço como suporte; o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto a converter-se em lugar, para ser construído (ALBA, 1984 *apud* VIÑAO FRAGO, 1998b, p. 61, grifo do autor).

Destaque para dois outros pontos relevantes: o modo como a instituição foi parcialmente construída na participação ativa da comunidade adquirindo quotas e, posteriormente, a interferência do poder público com relação à venda, ao final da administração do Professor Cícero, demonstram que é a relação com a sociedade, na

¹⁰²Para fins comparativos, segundo o Decreto Federal nº 57.900, de 02 de março de 1966, o salário mínimo para o estado de São Paulo era de G\$84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzeiros).

¹⁰³Este documento, parte do arquivo escolar, traz, detalhadamente, o balanço do ano de 1967 referente ao controle patrimonial, baseado no registro cronológico, de todos os fatos contábeis e relativos à vida financeira da unidade escolar.

¹⁰⁴O cruzeiro novo, enquanto nova unidade de moeda, entrou em vigor a partir de fevereiro de 1967. Para fins comparativos, um salário mínimo em vigor a partir de março do corrente ano era de NCr\$105,00.

participação dos “comanditários sociais” (CHERVEL, 1990), que os principais objetivos da educação se estabelecem onde quer que uma escola se encontre inserida.

3.2 A dimensão pedagógica, corpo docente e o alunado: quem estudava na escola?

A *representação*, segundo Magalhães (2004), do que foi a instituição educativa subjaz conhecer a escola enquanto organismo vivo, nas relações formativas práticas entre os agentes escolares e a demanda do seu entorno.

A construção deste objecto do conhecimento decorre da análise institucional que permite combinar uma descrição e uma representação complexas e dinâmicas da instituição e da realidade educacional, num contexto histórico-geográfico definido, [...] a representação engloba os aspectos referentes a memórias e arquivos e os aspectos concernentes à modelização orgânica e projectual da acção, ao grau de mobilização e de aplicação – pedagogias, currículo, estatutos, agentes (MAGALHÃES, 2007, p. 71).

Trata-se da investigação da acção, de um universo muitas vezes conflituoso entre “o que está posto” e “o que acontece de fato”. Presente, inclusive, nos entendimentos sobre cultura escolar de Julia (2001, p. 10-11), no qual as:

[...] normas e práticas são coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas que não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional levar dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação [...]. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades (JULIA, 2001, p. 10-11).

Para esta pesquisa, a varredura nos arquivos escolares mostrou que nem tudo acabou sendo preservado, com prejuízo especial aos regimentos escolares, materiais didáticos e registros de provas e notas, enfim, documentos que poderiam subsidiar maior aprofundamento quanto ao propósito pedagógico e relações formativas da escola. Porém, tudo o que foi encontrado consta aqui apresentado e referenciado, pois “[...] mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (GINZBURG, 2006, p. 16).

Tendo em vista que nem os documentos levantados nem as memórias expostas nos discursos dos colaboradores são representativamente neutros (LE GOFF, 1990), foi necessário diversificar as fontes criando condições de entendimento do que representou, na prática

formativa e na lida com a clientela escolar, a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul para Votuporanga.

A segunda fase administrativa da escola foi, além de expansiva nas instalações espaciais, como observado, também de largo crescimento no quantitativo de alunos. Em 1952 se iniciaram as atividades do curso Técnico de Contabilidade: o candidato deveria, além de ser aprovado nos exames de admissão, comprovar não ser portador de doença contagiosa e ter concluído o próprio curso Comercial Básico ou o primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal.

Quadro 6 - Disciplinas e Professores no curso Técnico em Contabilidade - 1952

Período	Disciplina	Professor
1º Ano	Português	Chamena Caixe Barbosa Lima
	Matemática	Rondon Rodrigues Ferreira
	Inglês	Rondon Rodrigues Ferreira
	Física e química	Cícero Barbosa Lima Júnior
	Contabilidade geral	Eurípedes Faria
	Elementos de economia	Eurípedes Faria
2º Ano	Português	Laert Bellini Pereira
	Matemática	Humberto Corrêa Bonetti
	Inglês	Rondon Rodrigues Ferreira
	Biologia	Cícero Barbosa Lima Júnior
	Organização e técnica comercial	Eurípedes Faria
	Merceologia	Eurípedes Faria
	Contabilidade comercial	Reynaldo Estevan Rossi
	Prática jurídica geral e comercial	Reynaldo Estevan Rossi
3º Ano	Português	Chamena Caixe Barbosa Lima
	Geografia humana do Brasil	José Paulo de Almeida
	História administrativa e econômica do Brasil	Sebastião Cappelletti
	Elementos de estatística	Domingos Pistelli
	Contabilidade industrial	Reynaldo Estevan Rossi
	Contabilidade bancária	Reynaldo Estevan Rossi
	Contabilidade pública	Reynaldo Estevan Rossi
	Prática jurídica geral e comercial	Sebastião Cappelletti

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Relatório de Inspeção de 1954, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Constata-se, a partir das disciplinas descritas no Quadro 6, que a grade curricular era engessada ao modo das Leis Orgânicas e sem abertura de flexibilização frente à possíveis demandas locais. Consta, em relação aos laboratórios, uma discrepância entre o currículo e a ação educativa em si. Apesar de a grade acusar as disciplinas de Física e Química em 1º ano e Merceologia¹⁰⁵ no 2º, os alunos da turma de 1952 não tiveram aulas práticas dessas disciplinas devido à ausência desses laboratórios que, segundo o *Relatório de Inspeção de 1954*, só foram construídos no final de 1953 e disponibilizados no ano seguinte.

¹⁰⁵ Estudo relacionado às técnicas empregadas em compra e venda e dos processos de classificação e especificação das mercadorias.

Figura 23 - Laboratórios - 1953



Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (Relatório de Inspeção de 1954).

Nota: Laboratório de Física e Química Geral à esquerda; Laboratório de Química, Ácidos, Bases e sais ao centro; Laboratório de Merceologia à direita.

Com a abertura do curso de Contabilidade e pela constante procura pelo curso Comercial Básico na década de 1950, foi necessária a expansão também do quadro docente.

Tabela 4 - Docentes e Estagiários na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1953, 1956 e 1958

Ano letivo	Curso	Estagiários	Docentes com vínculo empregatício	Totais que lecionavam na Escola*
1953	Básico	04	08	12
	Técnico	01	06	
1956	Básico	09	06	19
	Técnico	04	09	
1958	Básico	10	07	23
	Técnico	09	07	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de inspeção dos anos de 1954, 1957 e 1959, disponíveis nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Nota: (*) os valores apresentados nessa coluna divergem das somas simples anuais, entre estagiários e docentes com vínculo empregatício em ambos os cursos, haja vista que havia docentes ou estagiários que lecionavam de modo concomitante nos dois cursos da escola.

Pela Tabela 4 é possível verificar que o quadro docente praticamente dobrou no período recortado. Apesar de notório, convém destacar que esse fenômeno se deu por vínculo de estagiários que, de modo equivalente aos contratados, ficavam responsáveis por ministrar disciplinas anuais completas.

A ausência de livros de posse de docentes deixa dúvidas sobre a remuneração de pessoal, mas na intenção do Professor Cícero de tornar a escola abrangente e até mesmo lucrativa, pode-se inferir que esse modo de crescimento do quadro tinha vista na contenção de

despesas. Observa-se que em 1958, por exemplo, o número de estagiários chegou a ser maior do que o de professores com vínculo empregatício.

Analisando ainda essas mesmas fontes, nota-se que os estagiários, depois de transcorrido o período de um ano e meio de vínculo, raramente eram contratados como efetivos da instituição. A formação acadêmica majoritária destes era de normalista, enquanto a dos professores contratados era um pouco mais diversificada. Entre todos os profissionais observados neste último conjunto e expressos na Tabela 4, apenas cerca de 40% tinham formação de professor, com predominância também de normalistas, enquanto os outros 60% eram de não-professores cuja maioria era de contadores.

A contratação de pessoal não-formado professor, mas com experiência profissional em área do saber afim, manteve-se da fundação da escola até a sua venda em 1966. Essa dificuldade em encontrar gente formada para lecionar culminou, em nível nacional, como já tratado neste texto, a partir de 1954, na Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (CAEC), na qual, inclusive, não foram localizados registros de participação da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul nesse tipo de formação de professores.

Um agravante específico para Votuporanga e toda a sua microrregião, quanto a angariar professores de áreas mais específicas, era a ausência de instituições de ensino superior. Cenário este que só foi alterado a partir do ano de 1966 com a primeira instituição dessa natureza no município, a Faculdade de Ciências e Letras de Votuporanga (FACLE)¹⁰⁶, com a oferta de cursos de Ciências, Letras e Pedagogia.

Especificamente para o curso Técnico em Contabilidade dentre os não-professores de formação destaca-se: na disciplina de Inglês o padre Pio Felipe Dimants; na de Datilografia e na de Francês o padre José Luchetta; na de Geografia o médico Martiniano Salgado; na de História Administrativa o Economista Érico Barbosa Lima, e; na de Biologia o cirurgião dentista José Jayme Capelletti.

Para que qualquer profissional, fosse professor de formação ou não, tivesse autorização para lecionar no ensino comercial era necessária a aquisição de registro oficial junto à Diretoria de Ensino Comercial; trâmite burocrático este que, às vezes, perdurava por anos. Desse modo, tendo por base as fontes utilizadas, na prática, era comum ao requerente iniciar a docência na escola sem o registro concluído.

Quanto às relações formativas, o colaborador Sr. Wanderley Parisi, que ingressou no curso Comercial Básico mediante exame de adaptação no ano de 1952, oriundo do então

¹⁰⁶Hoje, Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV).

Ginásio Estadual, relata embates disciplinares na escola de origem e que, de certo modo, foram revividos na sua transferência: “[...] eu fiz um ano de ginásio, depois fui transferido para a Escola do Comércio, porque eu briguei lá no ginásio. Briguei com padre Pio que já faleceu [...]” (PARISI, 2020).

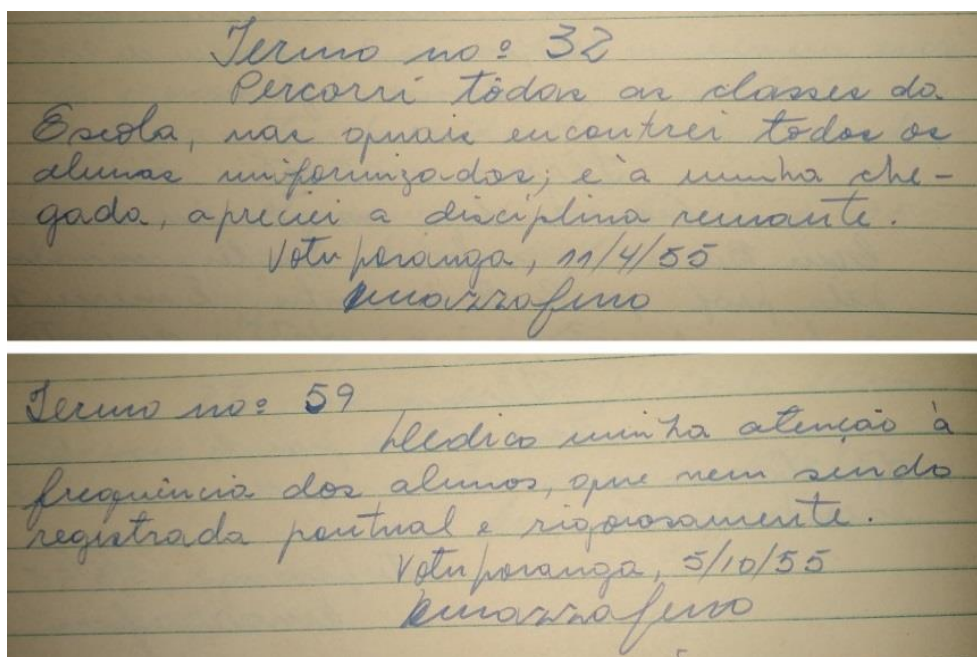
Ainda que ministrasse também aulas na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, o pároco citado, especificamente, não chegou a dar aulas ao colaborador posteriormente, porém, o ex-aluno explicou que havia normas rígidas na escola, além, propriamente, da disciplina cobrada pelos próprios padres presentes na instituição, mesmo esta sendo laica.

O Sr. Lima Neto, por sua vez, destaca as cobranças quanto às vestimentas:

Eu preciso achar se eu tenho ainda [as fotos]. Mas era terno cáqui. Todo mundo de terno cáqui e gravata azul-marinho¹⁰⁷. Não entrava na aula se não tivesse uniforme completo [...]. Aqueles molequinhos lá de 10 ou 11 anos todos de terninho. Eu achava lindo (LIMA NETO, 2021b, complemento nosso).

Os registros do inspetor federal Haroldo Massafiero anotam os uniformes, a disciplina e, também, a pontualidade dos alunos.

Figura 24 - Termos de visita de inspetor federal nº 32 e nº 59 - 1955



Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial de 1954-1966).

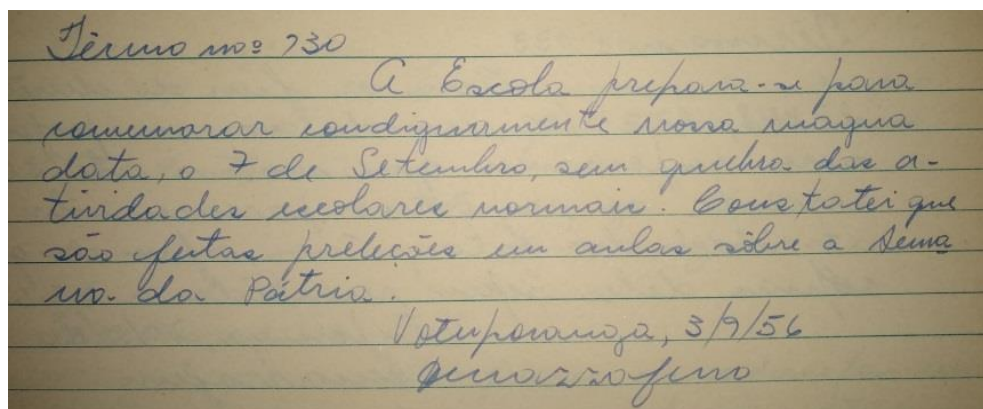
¹⁰⁷Segundo o colaborador Sr. Ary Poloni, o uniforme de calça cáqui, camisa branca e gravata azul marinho era o traje de sala de aula e comum a todos os alunos das duas escolas, Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga, sendo dispensado o paletó para os cursos profissionalizantes.

Quanto ao caráter disciplinador, o Sr. Paulo Rapassi equipara a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul ao Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga, no qual ele estudou, haja vista a coexistência de ambas no mesmo prédio, a partir de 1955. Além de instalações compartilhadas, o quadro docente era comum, bem como a direção escolar do Professor Cícero, que tinha como secretária sua esposa, que era também professora, a Sra. Chamena:

Os professores no nível de uma disciplina assim que nós diríamos hoje, militar. Não é, mas de militar só tem a referência, porque era normal nesse período na década de 50 a escola ter aquele alinhamento. Ela era disciplinadora tal qual o marido. Ela dizia assim para as meninas “andar com a cabeça erguida, cabeça para frente” e ensinava a andar como a Gisele Bündchen, andar nos passos sem abrir as pernas, pernas fechadas alinhadinhas e tal né. (RAPASSI, P., 2021, grifo do autor).

Essa referência “militar” do relato marcava muitas escolas do período, bem como o nacionalismo. Chervel (1990) coloca esses temas como de “finalidades sócio-políticas” que visam a preservar ou restaurar alguma ordem social. O colégio era, inclusive, muito adepto de desfiles cívicos em datas comemorativas, como se observará adiante. As atividades escolares voltadas para as “datas magnas” recebiam especial atenção pelos inspetores federais, sendo, frequentemente, observadas e registradas.

Figura 25 - Termo de visita de inspetor federal nº 130 - 1956



Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial de 1954-1966).

Ainda conforme Chervel (1990), a função educativa, assentada nas disciplinas escolares, visa à aculturação das massas e atende aos interesses daqueles que organizam os seus conteúdos. Tal fato é que, para o curso Comercial Básico, mesmo passando a existir a flexibilidade de grade a partir de 1957¹⁰⁸, podendo haver escolha dentre sete disciplinas

¹⁰⁸Decreto nº 42.671, de 20 de novembro de 1957. Estabelece novo plano de estudos para o curso comercial básico, modificando o Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943.

técnicas complementares¹⁰⁹ previstas em lei para a área técnica do currículo¹¹⁰ do curso, a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul optou por preservar, além da disciplina de Estenografia, a de Economia Doméstica voltada apenas às alunas mulheres.

Quanto a esta última disciplina destacada, cabe entender, nas palavras de Bertoletti (2013, p. 952), “[...] porque um conhecimento é ensinado em determinado tempo e lugar, e a razão deste ser conservado, excluído ou alterado ao longo do tempo”. A presença da temática de Economia Doméstica na grade somada à baixa procura feminina para ambos os cursos da instituição, simbolizam certo cerceamento social das mulheres com relação à vida produtiva para além de seus lares. Outro argumento que corrobora nessa direção é a alta adesão desse público no Ensino Normal Livre da cidade, existente a partir de 1952, que formava as mulheres para lecionarem no ensino primário, o que era, muito certamente, uma das poucas profissões “bem vistas” para as mulheres.

O Sr. Antônio Guena¹¹¹, ex-aluno do curso Técnico em Contabilidade, relata que a escola era vista pela sociedade votuporanguense como um ambiente educacional sério e que moldava a personalidade dos alunos: “[...] vamos dizer assim, os alunos iam lá efetivamente para estudar. Então, não tinha bagunça [...]. Era um ambiente bem maduro, sabe!? Então o pessoal entrava ali justamente para obter conhecimento” (GUENA, 2021). A preocupação nesse aspecto estava presente até na disciplina de história, coincidentemente ministrada pelo próprio diretor, o Professor Cícero que, com o tempo, passou a adquirir outro objetivo:

Já a disciplina de História tinha uma situação interessante: então ele chegava lá e falava né... E aí, ele dava uma prova só por ano. E aí, explicar como vai ser minha nota? Então, a nota dele eu acho que ele se preocupava mais com aspecto motivacional que com outras coisas. E, vamos dizer assim, ele passava a informação, o conteúdo, mas não cobrava por esse conteúdo. [...] Então, assim, algo complementar e para formação da personalidade (GUENA, 2021).

A ausência de documentos com as respectivas notas suscita possíveis questionamentos de como ficava registrado formalmente o rendimento dos alunos frente à disciplina, haja vista

¹⁰⁹Datilografia; Estenografia; Elementos de Desenho Aplicado; Economia Doméstica; Prática de Venda; Prática da Armazenagem e da Distribuição, e; Prática de Hospitalidade.

¹¹⁰Em comparação ao apresentado anteriormente na criação do curso por meio do Quadro 5, são adicionadas nesse momento como disciplinas regulares: em 1º ano Desenho e Caligrafia; no 2º as de Noções Gerais e de Comércio e a de Desenho e no 3º a de História do Brasil. São, ainda, excluídas a Datilografia do 3º ano e o Francês dos 3º e 4º anos.

¹¹¹Antônio Milton de Oliveira Guena cursou Técnico em Contabilidade entre 1964 e 1966. Profissionalmente atuou como servidor público do Banco do Brasil nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A entrevista, em parte aqui transcrita, foi coletada de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 26 de abril de 2021.

que as normas escolares vigentes previam exames parciais semestrais, além da abertura para mais avaliações cotidianas, o que na prática, segundo o relato, não ocorria.

Destacaram os ex-alunos, Sr. Wanderley Parisi, Sr. Antônio Guena e o Sr. Ary Poloni¹¹², de forma comum, além do aspecto disciplinar, a questão da formação profissional tendo como o ponto de convergência as aulas das disciplinas de contabilidade, especialmente, aquelas ministradas pelo Professor Reynaldo Rossi, referenciado por eles como “Dr. Rossi”, um contador de renome na cidade e proprietário do maior escritório local.

São alunos que deixaram o nome nessa parte contábil de Votuporanga e que até hoje têm os escritórios que são de sua responsabilidade. E eles tiveram a graça de ter um mestre que se chamava Professor Rossi. Esse era o... foi o pai da contabilidade de Votuporanga e também pai desses alunos que, quando se formavam, estavam aptos a exercer com a função em qualquer lugar. Era uma pessoa muito séria na profissão e naquilo que ele estava orientando, inclusive, nos fechamentos de ano. As provas de contabilidade começavam sete e meia, oito horas, hora que entravam, e eles terminava à meia noite, uma hora da manhã, o pessoal do técnico de contabilidade. Então, esse pessoal você vê!...Era uma prova que tinha muitas horas de prova. Então o negócio ali era sério, aliás, sempre foi sério. Então, isso aí que foi que essa escola deixou o nome de Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (POLONI, 2021).

O desenvolvimento do curso Técnico em Contabilidade na cidade teve, na época, dois fatores muito favoráveis. Primeiro, relembra-se aqui que desde 1950 e em âmbito nacional, o ensino comercial de nível técnico gozava, a despeito das demais frentes de ensino profissionalizantes existentes no país, da possibilidade de acesso aos cursos superiores de outras áreas perante exame vestibular de modo análogo ao colegial clássico e científico, fato esse bem positivo para a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul por ser a única nesse nível escolar no município.

Segundo, na esfera micro especificamente, tanto Votuporanga quanto as localidades vizinhas, havia ausência de profissionais contadores: “porque não tinha, tinha um ou outro só. Você caía na mão de um, escapava, caía na mão do outro. Não tinha profissional” (PARISI, 2020).

Com base nessas premissas de contexto histórico-geográfico (MAGALHÃES, 2007), qual seria o motivo, portanto, que fez com que o curso técnico iniciasse as suas atividades com apenas oito alunos e por que com o passar do tempo ele não tivera alta procura e turmas concomitantes, conforme ocorreu com o curso básico?

¹¹²Ary Ernesto Poloni foi aluno oriundo de transferência do 2º ano de ginásio para cursar o Comercial Básico entre 1962 e 1964. Entre 1965 e 1967 formou-se também no Técnico em Contabilidade. Profissionalmente é comerciante em Votuporanga. A entrevista, em parte aqui transcrita, foi coletada de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 22 de junho de 2021.

Tabela 5 - Fluxo de matriculados, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1948 a 1966

Curso	Série	Turma	Ano																	
			1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Comercial Básico	1ª	A	51	41	37	48	30	40	35	35	38	33	40	47	39	40	42	46	46	51
		B					36	38	35	41	39	33	37	45	45	38	40	46	44	
		C						37	36	40	39	33				37	40	46		
		D									32					39	40	38		
	2ª	A		28	33	26	39	27	36	39	36	40	47	37	49	45	41	39	37	40
		B						25	34	36	40	43						36	34	
	3ª	A			21	22	24	37	48	30	26	41	29	41	38	48	41	40	33	37
		B									29	33	33	28					28	
	4ª	Única				19	24	19	30	29	48	42	49	36	25	23	48	40	33	45
	Técnico em Contabilidade	1ª	Única				8	24	41	33	38	45	35	*	52	43	45	22	49	32
2ª		Única					7	22	27	22	19	15	*	*	36	32	29	17	39	23
3ª		Única						7	22	24	19	14	*	*	*	25	27	28	17	29
Total de alunos			51	69	91	123	184	293	300	363	382	362	230	258	275	372	370	425	343	225

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: Livros de matrículas dos cursos Comerciais Básicos e Técnico em Contabilidade 1949-1953; Livro de matrículas do curso Comercial Básico 1953-1962; Livro de matrículas do curso Comercial Básico 1962-1966; Livro de matrículas do curso Técnico em Contabilidade 1953-1966. Documentos disponíveis nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Nota: (*) A ausência de matrículas/rematrículas reflete o episódio de “evasão em massa” do curso.

A diferença no fluxo de matrículas entre os cursos se confirma pelos dados da Tabela 5. Somente em 1960 a totalidade das 50 vagas oferecidas pelo curso técnico foi alcançada. Já no básico, apesar de alguma oscilação nas matrículas, há um aumento progressivo a partir de 1952 com picos em 1957 e posteriormente a partir de 1962, o que originou em alguns anos até quatro turmas concomitantes de 1ª série e duas turmas, respectivamente, em 2º e 3º anos.

Um possível fator explicativo para a menor procura, com base nas “contribuições” dos alunos expostas nos relatórios de inspeção anuais, poderia ser o preço da mensalidade que no curso técnico se apresentava em torno de 35% a 40% mais alta que a do básico. Para fins comparativos, em 1953, especificamente, o valor das mensalidades era de Cr\$ 130,00 e Cr\$ 180,00, respectivamente, enquanto um salário mínimo equivalia a Cr\$ 1.200,00¹¹³.

O próprio colaborador desta pesquisa, Sr. Wanderley Parisi, ingressou no curso Técnico em Contabilidade em 1955, mas não o concluiu alegando dificuldades com as mensalidades: “[...] eu não pude fazer devido à situação financeira minha [...]” (PARISI, 2020). Ainda que o município de Votuporanga apresentasse, já na década de 1950, um volume populacional superior a 22.000 pessoas (IBGE, 1950b), possuindo demanda para o

¹¹³Decreto nº 30.342, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências.

curso, muito provavelmente, a maioria das famílias não apresentava rendimentos elevados, o que fazia o curso Comercial Básico ser mais atrativo.

Tabela 6 - Fluxo de formandos, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, das turmas ingressantes - 1948 a 1963

Curso	Ano														
	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Comercial Básico	19	21	19	29	18	28	33	43	31	23	15	45	37	28	42
Técnico em Contabilidade			7	15	10	12	13	*	*	*	**	**	**	**	**
Total de diplomados	19	21	26	44	28	40	46	43	31	23					

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Livro de registros de diplomas 1952-1966¹¹⁴, disponível nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Nota: (*) A ausência de diplomados reflete o episódio de “evasão em massa” do curso

(**) A fonte não indica esses dados.

Numa comparação do ingresso à formatura, analisando a Tabela 5, mas limitada aos dados das fontes compilados na Tabela 6, ou seja, tendo como base os matriculados entre 1952 e 1956, observa-se que, ainda que o curso técnico tivesse uma procura bem menor, este possuía uma taxa de permanência e conclusão, em média, de 49% contra 36% do básico, mesmo que com mensalidades mais altas, como foi destacado.

Contudo, outros fatores poderiam implicar em maior evasão. Por exemplo, para o básico, pode-se postular dificuldade quanto ao rendimento dos alunos no curso devido à formação escolar deficitária, inclusive em condições de superlotação, vivenciadas no ensino primário da cidade. Há ausência de registros quanto a esse desempenho em ambos os cursos e também poucas anotações “genéricas” no verso das fichas de matrícula dos discentes, não dando, portanto, precisão às reais causas da evasão, como: “aluno pediu transferência na data de”; “deixou de frequentar o curso a partir de”; “cancelou a matrícula em” etc.

Uma observação atenta ao conjunto dos livros de matrículas remete à origem social dos alunos. Devido ao grande volume de matrículas para o recorte temporal aqui tratado, de 1952 a 1966, mas tentando dar a maior cobertura comparativa possível na existência concomitante dos dois cursos ofertados, a metodologia para a Tabela 7 se deu por amostragem intervalada pelos anos de 1952, 1956, 1960 e 1963. Ademais, é preciso informar que os dados a partir de 1964 foram dispensados por estarem incompletos.

¹¹⁴ Este documento, parte do arquivo escolar, traz registrado, por meio de respectivas atas assinadas pelas partes, o despacho de diplomas aos formandos de ambos os cursos da escola, entre os anos de 1952 e 1966.

Tabela 7 - Ocupação dos pais (homens) dos alunos ingressantes, por curso, na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul - 1952, 1956, 1960 e 1963

Curso	Ocupação dos pais dos ingressantes	Ano				Totais por tipo de ocupação	Representação dos totais por tipo de ocupação, em percentual (%)*
		1952	1956	1960	1963		
Comercial Básico	Agricultor ou Pecuarista		11	11	4	26	6,2%
	Lavrador	18	25	6	19	68	16,3%
	Operário de indústria	1	6	1	2	10	2,4%
	Comerciante	20	16	19	12	67	16%
	Empregado do comércio (Vendedor, Balconista, Administrativo e etc.)	1	3	1	4	9	2,1%
	Prestador de serviços – Profissional Liberal (Dentista, Corretor e Contador)	3				3	0,7%
	Prestador de serviços – Demais (Alfaiate, Barbeiro, Borracheiro, Carpinteiro, Ferreiro, Motorista, Sapateiro e etc.)	3	15	2	14	34	8,1%
	Funcionário Público	2	4		6	12	2,9%
	Falecido		8		5	13	3,1%
	Não descrito		36	52	101	176	42,1 %
Técnico em Contabilidade	Agricultor / Pecuarista		4	3	2	9	7,5%
	Lavrador		4	9	1	14	11,7%
	Operário de indústria			3		3	2,5%
	Comerciante	5	14	14	2	35	29,2%
	Prestador de serviços – Profissional Liberal (Dentista)		2			2	1,7%
	Prestador de serviços – Demais (Alfaiate, Barbeiro, Borracheiro, Carpinteiro, Ferreiro, Motorista, Sapateiro e etc.)	1	5	5		11	9,2%
	Funcionário Público	1	2	1	1	5	4,2%
	Falecido	1	4	1	1	7	5,9%
	Não descrito	1	7	17	16	34	28,3%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: Livros de matrículas dos cursos Comercial Básico e Técnico em Contabilidade 1949-1953; Livro de matrículas do curso Comercial Básico 1953-1962; Livro de matrículas do curso Comercial Básico 1962-1966; Livro de matrículas do curso Técnico em Contabilidade 1953-1966. Documentos disponíveis nos arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Nota: (*) quanto ao arredondamento nos percentuais, considerou-se que se o segundo algarismo da casa decimal fosse maior ou igual a 5, seria aumentado 1 na primeira casa decimal, escolhida para o arredondamento; já se o segundo algarismo da casa decimal fosse menor do que 5, este e as demais casas decimais a direita seriam desconsiderados e seria mantido o número presente, sem arredondamento, na primeira casa decimal. Tendo em vista esse critério, a soma das porcentagens das diferentes ocupações em cada um dos distintos cursos pode ser diferente de 100%.

De antemão à análise da Tabela 7, e quanto ao perfil das famílias atendidas, vale destaque duas observações sobre esses cadernos de matrícula, por hora utilizados.

Primeira, os dados foram filtrados com base na descrição constatada no campo “profissão”, destinado aos respectivos responsáveis. Nota-se que apenas aos pais (homens) era

dispensada a atenção adequada quanto à ocupação; às mães consta em geral a descrição “doméstica” ou, em tantos outros casos, sequer há preenchimento, o que inviabiliza o aproveitamento desses dados. Para dar clareza qualitativa, portanto, os números apresentados se referem somente às ocupações profissionais dos pais (homens) e foram agrupadas por tipo, respeitando os distintos setores da economia: agricultura, indústria, comércio e prestação de serviços.

Segunda, quanto ao agrupamento por tipo de ocupação dos pais, e assim entender qual era o público atendido nos cursos, é importante informar que foram notadas diferenciações sociais claras quanto à essas ocupações. Para aqueles oriundos do campo, são distintos os que lavram a terra de outrem daqueles que, muito provavelmente, eram os possuidores das terras, cuja menção varia de agricultor, pecuarista ou ainda “proprietário”. No entanto, com relação aos originários do comércio, a distinção se situa entre o comerciante que possui estabelecimento próprio e os empregados, cuja descrição se dá pela função exercida, como balconista, vendedor etc.

Quanto à compreensão dos dados expressos na Tabela 7, pode-se inferir que, numa proporção bem equilibrada, o maior montante de alunos do curso Comercial Básico era oriundo de famílias de comerciantes e de lavradores. Os primeiros, por serem proprietários de estabelecimentos, viam a necessidade de capacitação dos filhos para, possivelmente, dar continuidade aos negócios da família. Os segundos, já afetados pela lenta, mas crescente urbanização, visavam às novas oportunidades de trabalho na cidade.

Todavia, no curso Técnico em Contabilidade o perfil era predominantemente de filhos de comerciantes, o que confirma a escassez de profissionais contadores hábeis para exercer essas funções em meio aos negócios urbanos, como foi frisado anteriormente por meio do relato do Sr. Wanderley Parisi.

O fato de o curso de Contabilidade possuir valor de mensalidade mais alto que o básico, pode indicar também que os comerciantes possuíam, naquele momento, renda mais elevada em relação aos lavradores.

O Sr. Antônio Guena narra as dificuldades das famílias com as mensalidades do curso técnico que, por si só, era um empecilho para ingresso e permanência no curso. Conta ainda que, na época, teve que trabalhar para custear o estudo, haja vista as dificuldades da família:

É então, vamos dizer assim, funcionava na faixa de 30 a 35 alunos, então não era uma quantidade grande, até porque o próprio sistema-esquema de curso pago por si só já tirava alguma coisa, né? Pois é, o cara que ganhasse o que eu ganhava na época e que fosse casado ele não ia fazer o curso, né, ele não dava conta. Então eu

consegui fazer por quê? Porque meu pai tinha o serviço lá¹¹⁵ que pelo menos a comida ele colocava em casa, né (GUENA, 2021).

Apesar da alta taxa para ambos os cursos, na Tabela 7, de pais cuja profissão não foi declarada na matrícula, o que se nota, em amplo aspecto, é a predominância de alunos de famílias dos setores populares e intermediário da sociedade votuporangense, em especial, oriundos da camada social trabalhadora.

A escola particular era isso aí: todos os alunos ali, todos eles, todos trabalhavam! Naquela época não tinha esse negócio de idade. Então, na minha classe todo mundo trabalhava: um era pedreiro, outro era marceneiro, havia muito serviço nesses escritórios particulares, em cartório. [...] E tinha muita gente que trabalhava no sítio com o pai e vinha estudar à noite. Eu tenho amigos que trabalhavam aqui em volta da cidade, em volta aqui da SAEV¹¹⁶, que tinha aí um retiro de leite, tudo ali, e eles trabalhavam ali na roça, com criação de animais, tudo ali... e à noite, estudavam. Outra coisa: os que não trabalhavam na cidade, ajudavam o pai na propriedade e ninguém... Todo mundo trabalhava! (POLONI, 2021).

Esse estrato social trabalhador, em Votuporanga, bem como ocorrera por todo o Brasil, percebia o acesso à escola e, aqui especificamente o ensino comercial, como uma necessidade para galgar melhores posições sociais: “aquele cara que não queria, vamos dizer assim, ir para um salão, vamos dizer cortar madeira, apertar parafuso ou não sei o quê... e queria, vamos dizer assim, um serviço mais limpo, era escritório” (GUENA, 2021).

Esse público se diferenciava de outros setores, minoritários na cidade, mas já existentes e privilegiados economicamente, que tinham a opção de estudar fora, fosse buscando cursar o colegial (científico ou clássico) que era inexistente no município até 1956 ou ainda, cursar o ensino superior, inexistente até 1966.

A fala do Sr. Antônio Guena reflete esses dois mundos:

Aí passei para o segundo científico e cheguei à conclusão de que o científico pra mim não ia pra frente porque eu não tinha dinheiro pra prosseguir. Não adiantava eu pegar uma carreira bonita se você não tem condições, né?! [...]. Só que aí quando eu terminei o curso científico eu falei “mas um curso é bacana só que eu preciso de dinheiro pra continuar, não tenho dinheiro pra continuar!”. Você entende? E naquela época também havia, vamos dizer assim, uma corrida muito grande para faculdade¹¹⁷ (GUENA, 2021, grifo do autor).

¹¹⁵O pai, Sr. Lourival de Oliveira Guena, era funcionário público da prefeitura de Votuporanga.

¹¹⁶Autarquia municipal de nome Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga (SAEV). A referência do colaborador é quanto ao lago existente na zona norte no município voltado a captação de água para abastecimento da população.

¹¹⁷A partir da equivalência entre todos os tipos de ensino no acesso à universidade com a LDB de 1961, ocorre uma explosão de demanda por ensino superior. Esse fenômeno também ficou conhecido como “crise dos excedentes” ou “estudantes excedentes” da década de 1960. Vide Braghini (2014).

A Tabela 7 confirma ainda que existia pouca procura pela escola dentre os setores mais abastados. Observou-se que apenas 6/7% dos matriculados eram filhos daqueles que, em tese, seriam proprietários de terras, bem como não foram identificados filhos de empresários da nascente indústria moveleira da cidade e raros eram os que tinham pais profissionais liberais, inclusive, não havendo nenhum médico ou advogado. Neste grupo, dentro da amostragem analisada, é de se observar que somente um era filho de contador (guarda-livro), ingressante no curso básico em 1952.

Os dados também remetem a outra questão, de cunho geral, a ser retomada no que se refere à presença feminina nos cursos. Com base nas matrículas dos respectivos anos¹¹⁸, expressos na Tabela 7, como média, pode-se afirmar que a presença feminina era de, aproximadamente, 15% no curso Comercial Básico e de 11% no Técnico em Contabilidade.

Outra observação, agora comparativa, refere-se à nacionalidade dos alunos/familiares em ambos os cursos, que em relação à fundação da escola em 1948, quando para o único curso existente, o Comercial Básico, a maioria dos estudantes eram filhos de imigrantes ou alunos estrangeiros; pode-se afirmar que gradativamente no transcorrer da década de 1950, até pelo fato da diminuição de chegada da mão de obra europeia ao país e ao interior do estado de São Paulo, este grupo passou a representar uma porcentagem bem pequena dos matriculados, chegando a menos de 5% no ano de venda da escola, em 1966. Neste grupo, manteve-se a predominância de pais japoneses.

Sobre a origem do alunado da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, com base nas fontes escritas e orais, é possível afirmar que, em amplo aspecto, tratava-se de famílias cuja condição financeira era um limitante para prosseguimento nos estudos propedêuticos e superiores fora da cidade, o que reproduzia, em alguma medida, naquela realidade, a antiga dualidade educacional histórica do país, entre os que “pensam” e os que “executam tarefas”. Além dessa divisão social excludente, anterior ao próprio ingresso, havia um afunilamento no transcorrer do curso, haja vista as dificuldades dos alunos em arcar com as mensalidades.

Todavia, é caro destacar ainda que, a diversidade observada quanto ao perfil das famílias de ambos os cursos, permeada pelos estratos médios e pelo fato de o ensino comercial ser visto como possibilidade de ascensão individual econômica e sem qualquer vínculo com o ensino coercitivo ou com os “desafortunados”, é possível inferir que não havia

¹¹⁸ Apresentados aqui os números absolutos de matrículas de mulheres para os respectivos anos. No curso Comercial Básico: em 1952 eram 7 em 48 matrículas; em 1956 eram 20 em 116 matrículas; em 1960 eram 7 em 92 matrículas e em 1963 eram 29 em 162 matrículas. No curso Técnico em Contabilidade: em 1952 eram 2 em 8 matrículas; em 1956 eram 3 em 38 matrículas; em 1960 eram 4 em 52 matrículas e em 1963 eram 4 em 22 matrículas.

uma projeção de estigma de preconceito ou ainda de marginalização com relação aos cursos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Essa estratificação social, já bem delineada na década de 1950 em Votuporanga, foi também percebida pelo próprio Professor Cícero quanto à procura modesta para o curso Técnico de Contabilidade.

Ele queria fazer em Votuporanga o que ele viu funcionar lá [em Ituverava e em Igarapava], né, que era uma escola de padrão bom para os filhos das pessoas mais abastadas que iriam pagar a conta. Em paralelo a isso ele ia fornecer bolsa de estudos para pessoas interessadas e com boa capacidade de desempenho e tal para formar nas classes menos favorecidas uma base de cultura (LIMA NETO, 2021b, complemento nosso).

A “escola de padrão bom” ao qual se refere o relato seria o Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga. A partir dos proventos de seu funcionamento, em 1955, o Professor Cícero passou a disponibilizar anualmente um concurso de bolsas de estudos para alunos carentes que quisessem ingressar na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, especialmente, no curso técnico de Contabilidade, considerando a menor procura por matrículas. O balanço contábil da escola, durante sua venda e referente ao ano 1966, acusa quatro alunos com bolsas bancadas anualmente pela instituição.

Além das bolsas custeadas por conta própria, constam no *Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial de 1954-1966* registros da existência de processos seletivos para bolsas no Fundo Nacional de Ensino Médio (FNEM) na década de 1950. Esse fundo¹¹⁹ tinha por objetivo a ampliação do ensino médio no país, proporcionando bolsas aos “[...] mais capazes dentre os necessitados” (BRASIL, 1954b) e custeadas pelo governo federal. Esses recursos eram destinados às escolas que podiam ser públicas ou privadas e deveriam ser utilizados para obras, ampliação ou até mesmo na remuneração suplementar de professores.

Porém, dito isso, por mais que venha parecer, a relação com a comunidade nem sempre é harmoniosa. Para Magalhães (2004, p. 124), “[...] a história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço”.

Nas palavras de Julia (2001, p. 10):

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por cultura escolar; tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada

¹¹⁹Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954. Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas [...] (JULIA, 2001, p. 10).

Ocorreu, em 1959, um episódio de “evasão em massa” no curso Técnico em Contabilidade, de forma que nenhuma matrícula de candidatos novos ou de rematrículas dos veteranos, de segundo e terceiro anos, fosse efetivada, fato que pode ser percebido nitidamente na Tabela 5. Essa ocorrência, relevante na história da escola e na sua relação com a comunidade, incidiu no esvaziamento total do único curso técnico profissionalizante existente em Votuporanga.

Por meio de uma “dialéctica entre memórias e arquivo” (MAGALHÃES, 2007) é importante levantar algumas reflexões possíveis sobre o ocorrido.

Primeira tese: a “evasão em massa” teria se dado por uma mera coincidência. Apesar de pouco plausível, consta essa versão oficialmente anotada no *Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial de 1954-1966*. Contudo, quanto às fontes de documentos formais, alerta Paes (2011, p. 21):

Tais fontes, mesmo que registrados documentalmente, ainda precisam ser processados pelo pesquisador antes que se possa fazer uso deles. É preciso ver o passado por meio de lentes próprias na busca do que tenha sido aquela realidade. Ao se trabalhar com as fontes de pesquisa, aprende-se que, diante de um arquivo, dialoga-se com documentos, conseguindo compreender o não-dito, o que foi esquecido ou silenciado (PAES, 2011, p. 21).

Pelo registro oficial, a ausência total de matrículas/rematrículas seria justificada pela expansão da oferta de ensino colegial público no município de maneira que teria ocorrido uma transferência, especificamente naquele ano, de forma espontânea e em bloco de todos os alunos do curso Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul para o então CEEN. Esse argumento não se firma se observada a regularidade das matrículas/rematrículas no mesmo curso para os dois anos anteriores ao ocorrido (Tabela 5), haja vista que o CEEN já ofertava o colegial desde 1957.

Afronta ainda essa tese o fato de os alunos que iriam cursar o segundo e o terceiro anos naquele momento, visando a dar seguimento nos estudos, terem se mobilizado e conseguido transporte coletivo, junto à prefeitura local para irem estudar em Tanabi-SP.

É porque tem um lado beligerante aí, teve uma briga deles e teve passeata, teve movimento. E aí, eles ficavam ameaçando que “um vai morrer, aí vai ser o mártir; vai morrer num acidente na estrada!” E tinha as viagens, pô, imagina de Votuporanga a estrada pra Tanabi. Tinha areião, era areia! Areião que o caminhão

ficava atolado. Atolado que tinha que chamar juntas de boi porque nem trator tirava (LIMA NETO, 2021b, grifo do autor).

A disposição dos alunos para percorrerem um total de 86 km entre ida e volta diariamente, em estrada de chão batido, à noite e a bordo da carroceria de um caminhão para concluírem o curso Técnico em Contabilidade, confirma que havia alguma insatisfação específica e coletiva com a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Neste interim, se faz ainda necessário postular uma segunda tese: a “evasão em massa” não seria uma mera coincidência, mas sim um boicote intencional e planejado pelos alunos. Mas qual seria o motivo? Há duas possíveis justificativas.

Quanto a primeira possível justificativa para um boicote intencional, explica o Sr. Lima Neto (2021b, grifo do autor):

Eu não sei por que razão eles fizeram o boicote lá... por causa de valor de matrícula, uma coisa assim... E meu pai falou “tudo bem, o preço é esse, se não quiserem pagar, não faz a matrícula!”. E eles não fizeram matrícula. E começou o ano, meu pai não deixou entrar [...]. “Não, eles tiveram todo o tempo, eu ajudo todo mundo aqui. Era só vir conversar e fazer a matrícula” (LIMA NETO, 2021b, grifo do autor).

Analisando as tabelas de contribuições dos relatórios de inspeção anuais, é possível perceber que as taxas de matrículas/rematrículas eram atualizadas todos os anos. No entanto, o salário mínimo da época, por exemplo, havia ficado congelado de julho de 1956¹²⁰ a dezembro de 1958¹²¹. De 1958 para o ano de 1959 essas taxas tiveram um reajuste próximo de 15%, atingindo Cr\$ 650,00 para o básico e Cr\$ 1.150,00 para o técnico o que poderia ter gerado algum descontentamento na comunidade estudantil.

Uma segunda possível justificativa para o boicote intencional ao curso, percebida junto aos colaboradores dessa pesquisa, tinha como cerne a questão do atraso excessivo da escola em disponibilizar os diplomas aos concluintes do Técnico em Contabilidade, o que gerava transtornos de natureza profissional aos egressos.

Essa demora ocorria possivelmente pelos débitos burocráticos relevantes, na parte administrativa e de secretaria, que a escola tinha com a Diretoria de Ensino Comercial, anotados, inclusive, inúmeras vezes nos registros de inspeção federal.

¹²⁰Decreto nº 39.604-A, de 14 de julho de 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.

¹²¹Decreto nº 45.106-A, de 24 de dezembro de 1958. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.

Figura 26 - Termo de visita de inspetor federal nº 381 - ano de 1960

Termo no: 381
 Visitei a Escola e recomendei providências relativas à elaboração dos relatórios cuja remessa deverá ser feita pontualmente à D.E.C. Determinarei a partir de agora todos os termos encaminhados diretamente à C.R.C.T.I.E.C. (Campinas).
 Voto parágrafo 11-1-1960
 Duarrazo

Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial de 1954-1966.

O *Livro de registros de Diplomas 1952-1966* confirma em suas anotações uma lentidão de até dois anos quanto à entrega dos diplomas.

Seja por um ou outro motivo quanto à “evasão em massa”, ainda que observadas atentamente as fontes, não há evidências se todos os alunos do Técnico em Contabilidade, de forma unânime, teriam optado por não se matricular/rematricular naquele período letivo ou se essa atitude partiu de uma parte considerável deles, o que teria inviabilizado financeiramente a execução do curso para a escola que, por sua vez, optou por não mais ofertá-lo no respectivo ano.

Na época, esse episódio conflituoso foi referenciado pelo jornal *Oeste Paulista*, em fatídico encontro entre as partes envolvidas, de um lado, os alunos mobilizados e, de outro, o diretor escolar, em março de 1959: “Após regressarem de Tanabi, onde passaram a frequentar o curso técnico, estavam no Bar Shinohara lanchando e comentando os últimos acontecimentos com relação à escola local, quando ali entrou o Professor Cícero [...]” (DAVANZO, 1959a). A matéria revela que houve uma discussão muito acalorada que acabou por não resultar em nenhuma resolução ordeira para o problema comum, ficando de fato o curso fechado naquele ano.

Para além do que consta aqui narrado, é preciso observar que, nas fontes pesquisadas, não houve indícios de qualquer mobilização ativa para o ocorrido por parte do grêmio estudantil da instituição que, naquela altura, encontrava-se consolidado e muito atuante em variadas atividades.

Seja por qualquer um dos motivos elencados ou ainda pelo conjunto deles, esse lapso nas matrículas/rematrículas em muito corroborou para agravar o já delicado quadro financeiro da escola, o que culminaria na sua venda posterior.

3.3 Para além das salas de aula: entrelaces de uma cultura escolar

Conforme Magalhães (2004, 2007), a identidade de uma instituição educativa perpassa uma projeção, com base na *apropriação* que seus públicos e a comunidade envolvente experimentaram das mais diferentes vivências educativas, aprendizagens, modelo pedagógico e em um determinado contexto histórico, culminando, assim, em marcas próprias, em uma “diferenciação” quanto a uma determinada escola, expostas, inclusive, pelas próprias histórias de vida dos envolvidos.

Pra você ver, da minha turma são todos eles, hoje, aqui na cidade, funcionários do Banco do Brasil, naquela época no Banco Comércio e Indústria, Banco Bandeirante, todo mundo trabalhava em banco, em escritório, em loja... Então, todo mundo tinha uma atividade. Naquele tempo tinha serviço. [...] Era para estudar mesmo! Para aprender, porque a gente saía de casa e o pai e a mãe exigia de você isso aí, o seu estudo. E naquela época se falava “se não estudar não vai ser nada!” Isso era o que o pai e a mãe falavam, entendeu? [...]. O que eu pude aproveitar de estudo da escola só me ajudou porque, dali da escola, eu já tive um primeiro emprego, eu fui trabalhar na companhia elétrica da prefeitura. Quer dizer que, para eu ter entrado naquele serviço, eu já tinha que ter algum estudo (POLONI, 2021, grifo do autor).

No campo da vida profissional, os trabalhos administrativos especialmente de bancário estavam entre as expectativas pleiteadas pelos sujeitos escolares:

Aí, eu fazendo o curso, e surgiu o concurso para o Banco do Brasil, eu fiz a inscrição em agosto [...]. Aí acabei, vamos dizer assim, aquilo que eu estava estudando no técnico, que era a contabilidade comercial, para o banco era importante. Então, se eu tivesse ainda no [colegial] científico, talvez eu não tivesse passado, por que eu teria que pegar um assunto completamente diferente e de uma hora pra outra e estudar. Como eu já vinha trabalhando [na escola] com a matemática comercial, então, de certa forma me favoreceu (GUENA, 2021, complemento nosso).

Na condição de representante comercial e de empresário moveleiro, relata o Sr. Wanderley Parisi:

O colégio ajudou muito porque tinha que fazer muita conta de quanto poderia dar de desconto numa mercadoria, quanto poderia dar na outra. Então se você não soubesse contabilidade, você não... A contabilidade é tudo pra você saber quanto é a porcentagem tua. Aí, então, você tinha que ter quanto você vendeu e quanto seria a porcentagem tua. Então, se o dono de uma firma quisesse passar você pra trás, ele não passava, pois você tinha feito contabilidade (PARISI, 2020).

Porém, as “marcas socioculturais” (MAGALHÃES, 2015) de uma instituição educativa em muito ultrapassam os limites da aprendizagem formal trazida pelas rotineiras atividades letivas.

Mas a influência de uma instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de carácter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos ou dos grupos (MAGALHÃES, 2004, p. 116).

Para além das trajetórias individuais e profissionais, os diversos colaboradores desta pesquisa fizeram questão de destacar a noção de pertencimento à instituição, na participação em eventos externos e na relação com a comunidade, fossem estes formaturas, desfiles cívicos ou ainda campeonatos esportivos.

Essa “representação coletiva” do que foi a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul se articula de três modos na relação com o mundo social. Segundo Chartier (1991, p. 183):

[...] de início, o trabalho de classificação e recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183, grifo do autor).

Frente à sociedade e na relação com ela, a exposição da escola em eventos externos funcionava como uma demonstração pública da sua organização e eficiência. Nos alunos e em seus familiares, fomentava ainda mais o sentimento de orgulho e de pertencimento. Essa conjuntura era também constantemente reafirmada pela imprensa local nas coberturas jornalísticas, escritas e fotográficas que davam, por sua vez, ainda mais visibilidade à escola.

[...] a representação fotográfica reflete e documenta em seu conteúdo não apenas uma estética inerente à sua expressão, mas também uma estética de vida ideologicamente preponderante num particular contexto social e geográfico, num momento preciso da história (KOSSOY, 2001, p. 144-145).

As datas comemorativas e eventos cívicos da cidade sempre contaram com a participação da escola desde praticamente a sua fundação.

Até o ano de 1952, conforme disposto na Figura 27, o desfile da escola se dava simplesmente pela aparição em traje de sala de aula: saia preta e camisa branca para as

mulheres e terno completo para os homens, provavelmente, como um reforço à disciplina no uso dos uniformes na instituição.

Figura 27 - Desfile cívico da Proclamação da República - 1952



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 10/04/2011.

Nota: Arquivo pessoal de Joaquim da Luz Marques¹²².

A comitiva ganhou um diferencial a partir de 1953 por meio do recém-chegado Professor de Educação Física José Lineu, irmão do Professor Cícero, que introduziu no existente Grêmio Literário e Estudantil Rui Barbosa (GLERB)¹²³ a fanfarra escolar (LIMA NETO, 2021a).

Com a participação ativa do grêmio, os desfiles passaram a ser bem mais frequentes. Segundo o *Relatório de Inspeção de 1954*, apenas no ano 1953 a escola participou do Dia de Tiradentes, do Trabalho, da Independência do Brasil e da Proclamação da República. Cada apresentação contava com toda uma preparação prévia, de fardamento adequado e ensaios frequentes. Com vistas ao conjunto fotográfico selecionado por esta pesquisa, há condições de se “[...] recuperar micro-histórias implícitas nos conteúdos das imagens [...]” (KOSSOY, 2001, p. 129-130) e, assim, reviver algumas das temáticas referenciadas pelos colaboradores desta pesquisa.

Foi a coisa mais abençoada que Deus deu para nós, para quem participou daquilo lá. E a organização, o respeito que tinha ali. Você tinha que ter um cuidado com aqueles instrumentos! O Professor Cícero ele ia um por um! Na véspera do desfile gente levantava 5 horas da manhã para limpar os instrumentos, e ele estava lá, ele e a Dona Chamena! O instrumento brilhava! [...] Eu toquei aquela, aquele... eles chamavam de biju, aquele tambor comprido, toquei aquilo lá! (POLONI, 2021).

¹²²Identificados, pelo proprietário da foto, da esquerda para a direita: Joaquim da Luz Marques, Victor Artioli e Antônio Poiani.

¹²³Nos arquivos escolares levantados para esta pesquisa, para além do apresentado adiante na Figura 37, não foram encontrados quaisquer outros materiais relacionados ao grêmio, não sendo possível mensurar a data da sua fundação ou ainda em que condições regimentais atuava.

A Figura 28 traz o primeiro registro fotográfico, dentre todas as fontes levantadas, de uma apresentação da fanfarra.

Figura 28 - Fanfarra - 1953



Fonte: Costa (1956, p. 129).

Não há precisão quanto a data da fotografia da Figura 28, todavia, pela sigla invertida de “ETCCS” (Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul) no portal ao fundo, é possível inferir que a marcha voltava de evento e adentrava no espaço da quadra da escola. Detalhes como a falta de revestimento no muro do portal bem como a ausência das bandeiras do estado de São Paulo e do Brasil (vide inauguração da quadra na Figura 18), indicam que, muito possivelmente, naquela ocasião a quadra estava em obras, mas não totalmente finalizada.

Figura 29 - Apresentação da comissão de frente da fanfarra - final da década de 1950



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 10/08/2014.

A comitiva foi ganhando corpo. Além da fanfarra organizada com comissão de frente e diversos instrumentos de percussão e sopro (Figuras 29 e 30), foi implantado, a partir do crescimento do número de alunos ainda na década de 1950, um setor de bandeiras (Figura 31).

Figura 30 - Apresentação do setor de percussão da fanfarra - 08 de agosto de 1960 (aniversário de Votuporanga)



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 08/08/2010.

Nota: Arquivo pessoal de José Zucarelli¹²⁴.

O cunho patriótico era um marco nas apresentações. Suas evidências são notadas tanto na Figura 31, na qual eram conduzidos em forma de homenagem um *standard* e a bandeira oficial de cada um dos estados brasileiros, quanto na Figura 32, ocasião em que, à frente abrindo o desfile da escola, iam as bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo.

Figura 31 - Apresentação do setor das bandeiras - 07 de setembro de 1960



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 05/08/2020. p.10.

¹²⁴Identificados, pelo proprietário da foto: os primeiros de cada fila, da esquerda para a direita, Elídio Roda Penha, Nilson Cardoso, Wilson Beloni, Walter Bereta, Jaime Pereira da Silva e o segundo da última fila, José Braolho Martins.

Com matéria de capa intitulada “Grandioso desfile da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul por ocasião das comemorações da independência” e na forma de retrospectiva quanto aos fatos mais relevantes do ano de 1953, o jornal *A Gazeta de Votuporanga* trazia estampada uma foto da comitiva escolar no desfile.

Figura 32 - Capa do jornal A Gazeta de Votuporanga - 1º de janeiro de 1954



Fonte: OLIVEIRA, Arthur de. Jornal A Gazeta de Votuporanga, 01/01/1954.

Nota: Acervo do Museu Municipal “Edward Coruripe Costa”.

Além do nacionalismo, a ideia de ordem e uniformidade compunha, aos olhos da mídia local, um *glamour* ao desfile. Ao dar cobertura para as diversas instituições participantes do desfile de 15 de novembro de 1955, destaca o jornal *O Oeste Paulista* que os componentes da Escola Técnica de Comércio e do Ginásio Cruzeiro do Sul primaram pela “elegância e garbosidade” no “imponente desfile”, dando ainda mais “beleza aos pelotões em marcha” (VIANA FILHO, 1955a).

A Sra. Izaída Melo¹²⁵, secretária escolar de 1960 até os dias atuais, conta que a participação nos desfiles da cidade se estendia a todos os funcionários da escola, tendo ela, inclusive, atuado em vários deles. Com relação aos alunos lembra que havia muito controle por parte do Professor Cícero quanto à frequência: “[...] ele levava o diário de classe e fazia chamada para ver se os alunos tinham comparecido ou não” (MELO, 2020).

O Sr. Ary Poloni refere-se às cobranças disciplinares nas apresentações ao narrar um episódio em que a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul cruza com o arquirrival nas

¹²⁵ Izaída Fernandez Melo trabalha na escola desde o ano de 1960 como secretária escolar. Tem formação em Pedagogia. A entrevista, em parte aqui transcrita, foi coletada de forma espontânea com concessão dos direitos de utilização para esta pesquisa e ocorreu em 25 de agosto de 2020.

disputas de fanfarra e esportivas, o então IE, pelo colaborador ainda aqui referenciado como “ginásio”:

Nós estávamos passando na Rua Amazonas, entrando na Rua Amazonas, e o Ginásio estava no meio do quarteirão anterior esperando a gente passar e eu peguei e olhei para trás. E o Professor Cícero andava escondido na calçada, apenas vendo quem estava fazendo arte, não é? E eu, sem querer, olhei para trás para ver a escola e ele estava nas minhas costas, bateu no meu ombro: “Senhor Poloni, não banque o cafajeste não! O Senhor olha pra frente!”. Isso aí eu não esqueço até hoje. [...]. Não teve jeito, foi pancada! Isso ele fazia com qualquer um! Ele ficava vendo alinhamento da calçada, assim... Ele chegava assim e fazia gesto com a mão assim... alinhamento! (POLONI, 2021, grifo do autor).

Destaca-se que nas décadas de 1950 e início de 1960 a escola chegou até a participar de festivais musicais, inclusive fora da cidade:

Nossa fanfarra tinha umas cem pessoas. Alugamos aqui um vagão da estrada de ferro e foi todo mundo num vagão só, né, você já viu como é, foi a tropa de choque, naquele festival no estádio em São José do Rio Preto [...]. Eu não estou lembrado, mas subimos uma porção de quarteirão a pé carregando os instrumentos. Mas aquilo era só alegria. Depois que nós chegamos lá, começou a entrar umas escolas, umas fanfarras que nós tínhamos até vergonha de pegar e entrar lá pra tocar, porque a nossa era muito simples demais! Apareceu a de Catanduva. Daquela cidade não era fanfarra, era uma banda! Era uma banda! E ficou ruim para nós, que nós íamos depois do colégio de Monte Aprazível... Daí tocou um colégio lá de São José da cidade de Rio Preto. Entrou... Hora que eles entraram, apagou a luz do estádio – lembro até hoje! – que apagou toda a luz e soltou fogos. O colégio São José tinha mais de duzentos, mas era, que nem eu falei pra você, uma orquestra! E tocando música. Tocando música! Não era tocando marcha não! Aí, depois do colégio São José, entrou o Dom Bosco de Monte Aprazível, o colégio dos padres. Ah, aquelas malabaristas, aquelas coisas... cachorro adestrado desfilando na frente! Aquilo, vou falar uma coisa pra você, a gente queria morrer. Bom, foi isso: nós entramos porque tinha que entrar, pois a vontade era de voltar a pé pra Votuporanga, não pegar nem o trem. Mas fomos lá, desfilamos e tudo. Fomos aplaudidos. O estádio estava lotado! (POLONI, 2021).

Além da fanfarra nos desfiles, enquanto “instituição social de caráter educativo” e em “regime de autonomia” (BRASIL, 1943a), o grêmio era envolvido em diversas outras atividades escolares. A fim de dar divulgação para estas atividades, segundo Pontes (2001), na década de 1950 circulava na escola um jornal impresso editado mensalmente com o nome de *O GLERB*, voltado às atividades do grêmio.

Destacado na Figura 33, um grupo de alunos em saída para uma excursão organizada pelo grêmio, ou seja, tratava-se de uma atividade complementar que era prevista no programa dos cursos. É possível observar as placas, na porta principal de entrada, respectivamente, da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e do Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga, que funcionavam nas mesmas instalações.

Figura 33 - Saída para visita agendada à Usina Termoelétrica de Votuporanga - 1958



Fonte: RAPASSI, Antoninho. *Jornal Diário de Votuporanga*, 24/04/2021.
 Nota: Arquivo pessoal de Antoninho Rapassi¹²⁶.

Outra frente ampla de atuação do GLERB, em conjunto com o Professor José Lineu, era a das práticas esportivas. Válido ressaltar que, mesmo a disciplina de Educação Física não integrando os currículos de ambos os cursos da escola, havia o incentivo à sua prática e, em especial, à formação de atletas para a participação em competições, o que projetava, a partir da escola e por meio do esporte, outros valores históricos e simbólicos que permeavam a educação para o período:

[...] A Educação Física confundia-se com a formação moral. Mas prevaleceu a antítese dessa vertente. Ou seja, o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a educação física escolar, ele carregava toda a simbologia de um mundo de lutadores e vencedores. [...] desse sincretismo entre controle e liberdade, “humanismo” e “tecnicismo”, alimentava-se a Educação Física brasileira, quiçá mundial (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

Por meio de uma partida de Voleibol, a Figura 34 destaca um confronto em que a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul rivaliza com o Ginásio Estadual/CEEN/IE na quadra lotada do adversário.

¹²⁶ Identificados pelo proprietário da foto, os que aparecem de chapéu: Antoninho Rapassi e Jonas Alves Rodrigues.

Figura 34 - Partida de Voleibol disputada entre Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul e Ginásio Estadual/ENGE /CEEN/IE - década de 1950



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 28/10/2012¹²⁷.

A Escola Técnica da Comércio Cruzeiro do Sul se fazia representar com equipes em várias modalidades esportivas, como também em esportes individuais. É possível ver, nas Figuras 34 e 35, que os uniformes esportivos tinham como principais cores o preto e o branco e meias listradas.

Figura 35 - Times de Futebol de Salão à esquerda e de Basquetebol à direita - década de 1960



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 02/09/2012.

Nota: Arquivo pessoal de Rui Marão¹²⁸.

¹²⁷Identificados na foto pela fonte: à esquerda no bloqueio está o aluno do curso da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, Rames Cury, e, à direita no ataque está o aluno do Ginásio Estadual, Garcia Martins.

¹²⁸Identificados pelo proprietário da foto: na imagem do time de Futebol de Salão, da esquerda para a direita, em pé Julinho Barbieri (goleiro), Flávio Beloni e Jurani Pereira da Silva e agachados Reinaldinho da Silva e Rui Marão. No time de Basquetebol, da direita para a esquerda, de pé Julinho Barbieri, João Gualberto, Édison Cóculo Martins, Neginho, Flávio Beloni e Laerte, e agachados José Garcia Martins, Rui Marão, Onofre e Osmar Caldorim.

Segundo Costa (1956, p. 141), desde o ano de 1951 o município de Votuporanga havia constituído uma Comissão de Esportes na qual, dentre os seus membros, estava o professor Martiniano Salgado da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. O objetivo desse grupo de trabalho, frisa o jornal *Oeste Paulista*, de 1959, seria de dar suporte logístico e custeio para competições externas por meio de patrocinadores (autoridades locais, empresários e comerciários). Sobre o aceite da escola, como a única a representar a cidade em determinado evento, a matéria ainda destava os ideais de “heroísmo” e “glória” no esporte:

Mais uma vez Votuporanga diz presente às aspirações da juventude, e num heroísmo quase sobre-humano se alevanta altaneira e orgulhosa do seu povo. A Comissão Central Organizadora, através dos seus vários setores de atividades, desenvolve intenso trabalho junto dos atletas desta localidade e caminha a passos largos para um novo triunfo consagrador. Mais uma vez nos anais da cultura votuporanguesa se escreverão páginas de fabulosa glória. Se a pujança de uma juventude advém à fortaleza da raça, eis que a juventude-estudante da alta araraquarense dá um braço de alerta para o futuro (DAVANZO, 1959b).

O colaborador desta pesquisa, Sr. Wanderley Parisi, representou a escola na modalidade individual de dardo em dois momentos distintos. Na etapa regional, no ano de 1957, conta:

Eu estudei lá e fui aluno aplicadíssimo, principalmente no esporte. Eu tenho aí comigo duas medalhas; eu fui campeão no arremesso de dardo em Fernandópolis em que se competia a região de Rio Preto para cá [...]. Bom, fui lá disputar com a turma. Só que eu levantava às quatro e meia da manhã pra treinar. Fiz uma vareta de bambu que pesava um quilo e setecentos grammas, que era o peso do dardo – eu fui me informar. Professor Diógenes, era o professor nosso, falou “você tem tudo pra ir a Fernandópolis e ganhar uma medalha! – Arremessa o dardo, deixa eu ver!” Ele tinha ido lá no treino um dia por acaso. Daí eu arremessei o dardo, foi lá adiante! Os outros jogavam vinte metros, dezoito metros, vinte e cinco metros. Aí eu cheguei lá em Fernandópolis, aquela coisa toda... Aqueles moção de Rio Preto, todos bonitões e eu caipirão, né, vamos dizer, né, Votuporanga era considerada sertão! E eu fui lá, peguei o dardo e ele falou “capricha, Wanderley, capricha que você ganha!” Eu mandei o dardo, vááápi! Foi trinta e dois metros. O cara que chegou mais perto foi vinte e sete, que era o segundo lugar. Ah, já ganhei medalha de ouro! Né?! Ganhei medalha de ouro! (PARISI, 2020, grifo do autor).

Após vencer na etapa regional da categoria, descreve ainda que se classificou para as finais que ocorreram no ano seguinte e com estudantes de escolas de todo o estado, na cidade de Catanduva-SP:

Tinha um rapaz de São Paulo que arremessou trinta e nove, me pareceu... ou quarenta metros. Ele achou então que não ia ter ninguém que alcançasse ele. Eu mandei o dardo com quarenta e oito. Rapaz, ele jogou cinquenta e um e ganhou a

medalha de ouro! Eu ganhei a de prata e um de Taquaritinga ganhou em terceiro (PARISI, 2020).

Em seu arquivo pessoal, o Sr. Wanderley Parisi guarda com muito zelo as duas medalhas conquistadas nos respectivos torneios narrados, como se pode observar por meio da Figura 36.

Figura 36 - Medalhas em Arremesso de Dardo dos Torneios Estudantis - 1957-1958



Fonte: Arquivo pessoal de Wanderley Parisi (1957-1958).

Com relação ao GLERB, o Sr. Wanderley Parisi relata que, gozando de popularidade na escola especialmente por conta da prática esportiva, tentou eleição como vice-presidente em uma chapa para o ano de 1958, mas não obteve êxito, uma vez que a eleição era muito concorrida.

Nota-se, por meio de matéria do jornal *Diário de Votuporanga*, a visibilidade de destaque que o grêmio daquela instituição ocupava em Votuporanga na época:

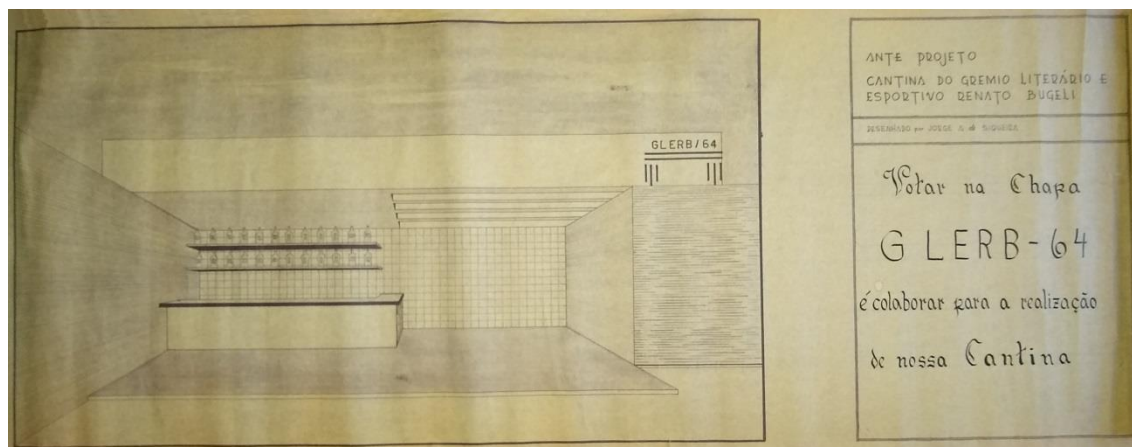
Concluí o curso ginásial em dezembro de 1959 e, imediatamente, o passo seguinte seria matricular-me no curso Clássico do Instituto de Educação “Dr. José Manoel Lobo” [na época CEEN] certo que estava destinado a perseguir os estudos nas áreas de Humanidades. Porém, havia um poderoso fator para mudar o rumo das coisas. Eu estava de olho na presidência do grêmio da Escola Técnica de Comércio “Cruzeiro do Sul” [...]. E os resultados foram os previstos: iniciadas as aulas e tendo uma plataforma de trabalhos discutida intensamente nas férias, levamos tremenda vantagem demonstrada pelos votos que recebemos. Por trás de todo o nosso trabalho visionário, estava presente a influência contagiante do presidente JK (RAPASSI, A.¹²⁹, 2021, B1, grifo do autor, complemento nosso).

Na Figura 37 é possível notar que, preservando a mesma sigla, há mudança quanto à nomenclatura do grêmio na década de 1960, passando a homenagear um dos fundadores da escola, que havia falecido, o Sr. Renato Bugeli. O folheto é da campanha de uma das chapas

¹²⁹Antoninho Rapassi foi aluno do curso Técnico em Contabilidade entre os anos de 1960 e 1962, momento em que atuou como presidente do grêmio estudantil da escola. É irmão do colaborador dessa pesquisa, Sr. Paulo Rapassi.

em disputa naquele ano, sendo perceptível o nível de articulação interna do grêmio por se tratar de um projeto arquitetônico para montar uma cantina nova na escola.

Figura 37 - Panfleto com novo projeto arquitetônico para a cantina - Chapa GLERB 1964



Fonte: Arquivo da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul (1964).

Externamente e junto à sociedade votuporanguense o grêmio ampla visibilidade na promoção de atividades e gozava até de alguma autonomia social frente à própria escola. A Figura 38 trata de um desfile em comemoração aos 25 anos da cidade (Jubileu de Prata), em 8 de agosto de 1962. Dada a sua independência institucional, a faixa do desfile, em homenagem à cidade, destaca o grêmio e a escola distintamente: “o GLERB e Escola Técnica de Comércio saúdam Votuporanga pelo seu Jubileu”.

Figura 38 - Jubileu de Prata de Votuporanga - 8 de agosto de 1962



Fonte: Votuporanga Antiga.

Nota: Captura de tela do Vídeo “Homenagem à Votuporanga” de Fernando Marques, 1962.

Quanto à atuação do GLERB para as formaturas, especificamente para os alunos do último ano nos cursos com a finalidade de arcar com parte dos custos envolvidos, conta o Sr. Ary Poloni (2021) que eram promovidas “[...] as brincadeiras dançantes no galpão da escola pra angariar fundos para o grêmio, para essas coisas... Todo sábado à noite era um ponto de encontro da juventude ali. [...] ajudava todo ano aquela turma que se formava”.

Eram várias as atividades comemorativas relacionadas à formatura. Aconteciam de modo conjunto para ambos os cursos, geralmente divididas em dois dias e nos espaços mais nobres da cidade, o que fazia dela uma celebração marcante. Anunciava o jornal *A Vanguarda*, em dezembro de 1954:

Deverão realizar-se nos dias 4 e 5 de janeiro do próximo ano, as cerimônias de colação de grau da primeira turma de contadorandos e a terceira de Auxiliares de Escritório, pela Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, desta cidade. Será padrinho dos contadorandos votuporanguenses o Sr. Cícero Barbosa Lima Júnior e para paraninfar o ato de formatura dos novos Auxiliares de Escritório, foi convidado o Sr. Carlos Ferrari, Vice-Prefeito Municipal. O programa de solenidades está assim constituído: dia 4, às 7 horas, Missa de ação de Graças, na Igreja Matriz local; às 10 horas, solene colação de grau, no Cine Votuporanga e às 20 horas, culto na Igreja Presbiteriana, à Rua Pernambuco. Dia 5, terá início às 22 horas, nos salões de festas da Associação Comercial, o baile de gala, que será ritmado por Nelson e sua Orquestra, de Tupã. (CAMARGO, 1954).

Especialmente para o curso Técnico em Contabilidade, que atendia um público com um pouco mais de poder aquisitivo, havia um ritual de, previamente às festividades de formatura, ser elaborado um *book* exclusivo de fotos com os alunos ao final do 3º ano e nos diferentes espaços da escola.

Figura 39 - Sessão de fotos dos formandos em Contabilidade - 1957



Fonte: Arquivo pessoal de Rames Cury (1957).

A Figura 39 traz o uniforme obrigatório para sala de aula, segundo os colaboradores desta pesquisa, o conjunto de paletó cáqui para os homens e o traje social de saia preta e camisa branca para as mulheres, nesse caso, uma única mulher integrava a turma.

A cerimônia de colação de grau era pontuada pela formalidade com ampla mobilização de personalidades locais que compunham no cerimonial a mesa principal. Os símbolos cívicos também se faziam presentes nessas ocasiões, sendo possível ver na fotografia à direita da Figura 40, que se refere ao ano de 1964, as bandeiras de Votuporanga, de São Paulo e do Brasil.

Figura 40 - Mesa de autoridades nas formaturas - 1962 e 1964

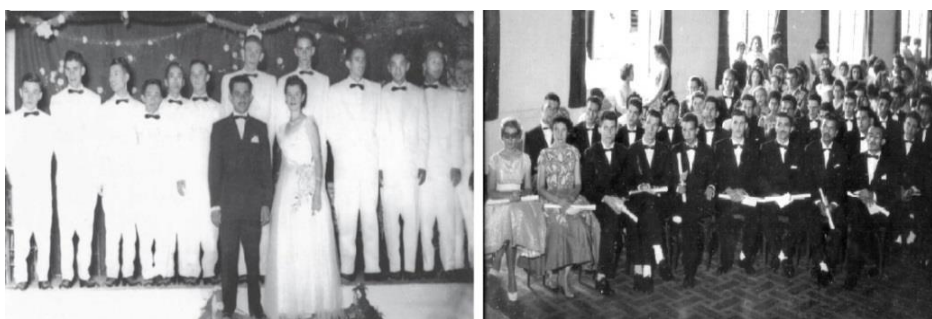


Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 12/10/2018¹³⁰.

Nota: Formatura de 1962 à esquerda; 1964 à direita.

Acompanhando as formalidades da cerimônia de formatura, na Figura 41 nota-se os alunos em traje de gala: as mulheres em vestido social e os homens de terno e gravata borboleta.

Figura 41 - Formandos - 1952 e 1956



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 03/07/2016, p. 03.

Nota: Formatura de 1952 à esquerda; 1956 à direita.

¹³⁰ Identificados na foto pela fonte: na formatura de 1962, na frente, Frei Arnaldo cumprimentando o formando Edion Cócolo Martins e, ao fundo, da esquerda para a direita, os professores Reynaldo Estevan Rossi, Luiz Garcia De Haro e Salim Homsí. Na formatura de 1964, da esquerda para a direita, professor Nivaldo Melara (paraninfo), o radialista Aguinaldo de Oliveira, o diretor Cícero Barbosa Lima Júnior e o prefeito de Votuporanga Dalvo Guedes.

Ainda quanto a Figura 41, a imagem à esquerda traz parte da primeira turma de concluintes para o curso Comercial Básico, em 1952: Antônio Poiani, Antônio Murasse, Clóvis Poiani, Geraldo Murasse, Hakuo Nakabashi, Ítalo Regiani, Manoel Anzai, Nélon Doimo, Odair de Oliveira, Osmir Batista de Oliveira, Satoshi Sato, Toshio Nakabashi e, em primeiro plano, o Diretor Luiz Saltini acompanhado pela única mulher da sala, Therezinha Polegato. Além dos destacados, constam também como formandos para essa turma no *Livro de Diplomas 1952-1966*, mas ausentes na foto: Antônio Cândido de Souza, Arnaldo Murasse, Augusto Sasso, Jair de Araújo, Jarbas Rodrigues Cruz e Rubens Tonin.

É caro lembrar que, a partir de 1954, o evento de formatura ganha maior proporção ao contar também com os formandos do curso de Contabilidade, que teve como primeiros concluintes: Gerson Granja, José Melhem, Joaquim da Luz Marques¹³¹, Miguel Garcia Peres, Odete Cardoso Prado, Savério Maranhão e Terezinha Gallo (PONTES, 2001, p. 105).

Figura 42 - Bailes de gala na formatura - 1955 e 1960



Fonte: FERREIRA, João Carlos. Jornal A Cidade de Votuporanga, 02/10/2011¹³².
Nota: Baile de formatura de 1955 à esquerda e, de 1960, à direita.

Segundo Kossoy (2001, p. 82), “[...] a imagem fotográfica é um meio de conhecimento pelo qual visualizamos os microcenários”, ou seja, trata-se cada qual de uma porção da realidade de um determinado contexto cultural, social e histórico. Em vista disso e em suma, há comprovação daquilo que já sinalizou os arquivos escolares quanto à baixíssima presença de mulheres e, em proporção análoga, a iconografia fotográfica releva também que era praticamente inexistente a participação de pessoas não brancas nos cursos.

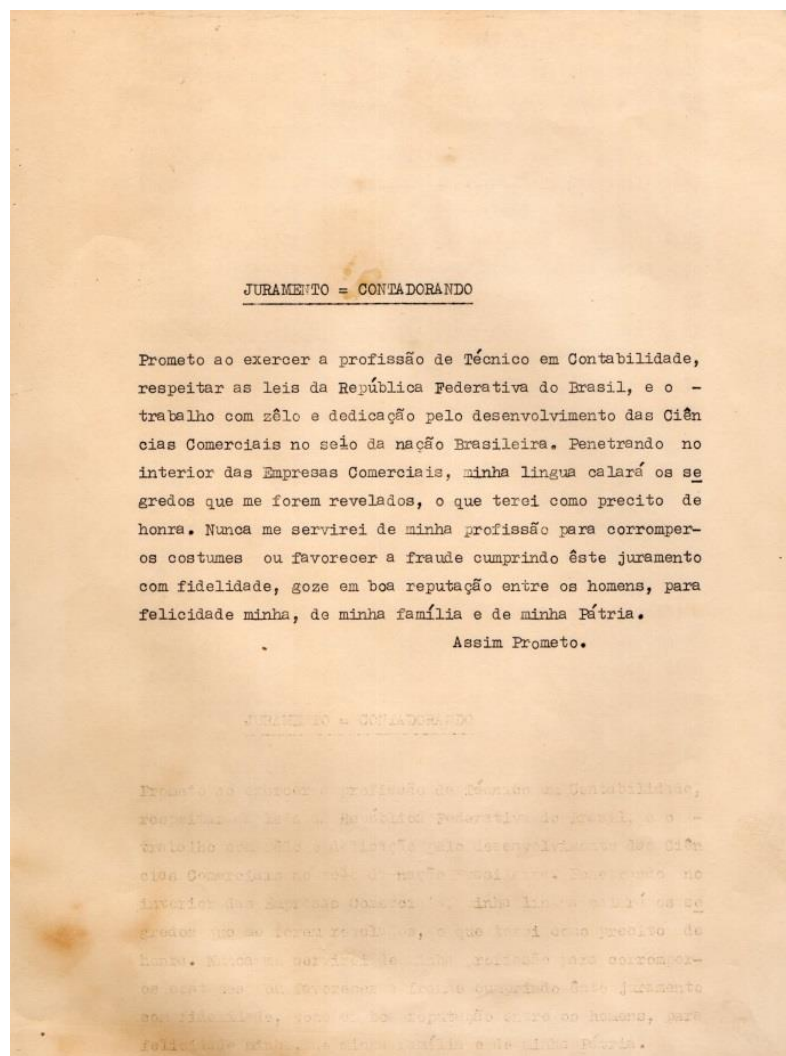
O rito de formatura tinha um *status* social tão importante para a comunidade que o Juramento dos Contadorandos, apresentado na Figura 43, era baseado no Juramento de Hipócrates (460 a.C.), tido historicamente como o pai das Ciências Médicas. Trata-se de um texto tradicionalmente empregado nas formaturas do curso de Medicina. Adaptado à realidade

¹³¹ Viria a se tornar um dos sócios-proprietários da escola a partir de 1966.

¹³² Identificados nas fotos pela fonte: na formatura de 1962, Antônio Murasse e a madrinha Haydée Belone. No baile de 1960, Elídio Roda Penha.

contábil, o texto insere em seu discurso outras “finalidades sutis” (CHERVEL, 1990, p. 188) quanto à disciplina social frente às leis, a ideia de nação, a ordem e o silêncio, dos comportamentos decentes e a boa reputação.

Figura 43 - Juramento dos Contadorandos - década de 1950



Fonte: Arquivos da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul.

Para a instituição, a cada formatura tratava-se de um marco histórico, uma oportunidade de reafirmação da sua importância junto à sociedade votuporanguense. Por outro lado, para as famílias e os formandos trazia a ideia de resultado, de mérito, de “apropriação de aprendizagens” desencadeando em maiores possibilidades profissionais, ou seja, implicando nos “destinos de vida” daqueles sujeitos (MAGALHÃES, 2007).

Ademais, pode-se reiterar que a formação da identidade da instituição em muito foi fomentada pelas atividades extraclasse que necessariamente se davam pela relação mútua com a comunidade votuporanguense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir este trabalho significou, conjuntamente, desafio e privilégio. Desafio por uma fascinante experiência, a da escrita da história. Caminho árduo: a investigação parte de incontáveis perguntas que dão margem à busca por fontes que nem sempre são completas ou harmoniosas entre si, por vezes, cronologicamente descontinuidas. Organizar e selecionar estas fontes de modo a propor entendimento é delimitar ou procurar resumir aquilo que é “infundável”; já comunicar o que se pretende é travar uma luta entre a objetividade da escrita e a subjetividade vivenciada pelo pesquisador.

Privilégio por lançar contribuição, em recorte regional, para a rica área da História da Educação, em especial, de modo inédito a partir da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul, destacando a importância que a instituição teve, e que continua tendo, na formação dos votuporanguenses. Nessa feita, foi dada atenção à sua cultura escolar na relação com seu entorno social, mas sem perder de vista outros enlaces humanos, políticos e econômicos.

Em uma análise geral, este trabalho possibilitou tanto compreender a constituição dos traços históricos da educação profissional de cunho comercial no Brasil e no seu caminho pelo estado de São Paulo adentro, quanto observar traços de semelhança e distinção com o contexto micro de Votuporanga.

A maneira como a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul foi fundada, posteriormente construída e a intervenção do poder público na sua venda em 1966, trouxe clareza quanto à sua serventia ao corpo social no município. Inserida numa conjuntura local de muita carência por educação em níveis ginásial e colegial, em um momento ímpar de corrida pela educação no país, tratou de atender praticamente todos os estratos sociais.

Ainda que sua natureza fosse de formar gente para o trabalho, observando o sistema dualizado da educação brasileira, podemos dizer que a sua permeabilidade social ampla fez com que não fosse tida apenas como a “única opção” de estudos na localidade, mas, sobretudo, como “a opção” para potencializar profissionalmente a vida dos jovens a ela restritos, não tendo assim, conseqüentemente, os seus cursos discriminados ou marginalizados.

Buscou-se neste estudo evidenciar os traços dessa instituição escolar que, além de educar e profissionalizar, interagiu intimamente com a “[...] cultura da sociedade que a permeava [...]” (CHERVEL, 1990, p.184), culminando assim em uma identidade única. A lida e a reflexão atenta quanto aos documentos, às fotografias, aos jornais e às diversas fontes orais elucidou esse propósito da instituição em todas as suas ações de natureza educativa, seja

pela dimensão formativa e nos conteúdos do currículo em atividades letivas rotineiras, ou fosse em eventos diversos, como nos ritos de formatura, nas ações do grêmio, em torneios esportivos, apresentações cívicas e desfiles.

Feitas essas considerações, esclarece-se que, inúmeros são os olhares possíveis sobre uma instituição educativa especialmente quanto aos aspectos da sua cultura escolar, de forma que estes não se esgotam nos limites de uma dissertação, portanto, longe de ser esta a pretensão deste trabalho. Isso posto, tendo em vista a abrangência dessa temática, tornam-se necessários mais estudos convertendo-se, adiante, em possibilidades de futuras novas pesquisas, com foco especial na História do Ensino Comercial, um segmento da educação profissional ainda tão pouco observado.

REFERÊNCIAS

- BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. História da disciplina Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1977-2008): um estudo de propostas curriculares. **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 51, p. 951-972, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1265/1017>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação profissional no século XIX. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 26, n. 3, p. 01-11, set./dez., 2000.
- BONAMINO, Alicia *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtdFkQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquin. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014.
- BRASIL. **Alvará de 28 de junho de 1808**. Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda. Rio de Janeiro, RJ: Príncipe Regente, 1808. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/alv/1808/alv-28-6-1808.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. **Alvará de 15 de julho de 1809**. Estabelece contribuições pera as despesas da Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Rio de Janeiro, RJ: Príncipe Regente, 1809. Disponível em: < <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18321>>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1942a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto-lei nº 6.142, de 28 de dezembro de 1943. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6142-28-dezembro-1943-416186-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm. Acesso em 10. abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846. Manda executar o regulamento da aula do commercio da cidade do Rio de Janeiro. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1846. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-560426-publicacaooriginal-83232-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de character official; e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1905. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856. Dá novos estatutos á aula do commercio da côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1856. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1763-14-maio-1856-571246-publicacaooriginal-94337-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.058, de 11 de março de 1863. Dá novos estatutos ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. **Coleções de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1863. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3058-11-marco-1863-554997-publicacaooriginal-74014-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção I, 1942b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 6.975, de 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.679, de 28 de fevereiro de 1880. Altera os estatutos do Instituto Commercial do Rio de Janeiro, que baixaram com o decreto nº 3.658 de 11 de março de 1863. **Coleções de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1880. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7679-28-fevereiro-1880-546868-publicacaooriginal-61432-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Crêa o Ensino Agronomico e approva o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943. Regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D14373.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 17.329, de 29 de maio de 1926. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, 12 abr. 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 30.342, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, s1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-eçãoI,30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médios para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 35.247, de 24 de março de 1954. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1954a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35247-24-marco-1954-323520-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954. Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção I, 1954b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2342-25-novembro-1954-361710-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 39.604-A, de 14 de julho de 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção I, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 42.671, de 20 de dezembro de 1957. Estabelece novo plano de estudos para o curso comercial básico, modificando o Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção I, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42671-20-novembro-1957-381351-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 45.106-A, de 24 de dezembro de 1958. Altera a tabela de salário mínimo dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção I, 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929 – 1989**: a Revolução Francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992a.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992b.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, Manuel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 44, n. 2, p 72-98, jul./set., 1965. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001678.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil colônia. **HISTEDBR**, Campinas, p. 01-17, 2007. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Sergio_Castanho_artigo.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Tradução de Sheila Schvarzman Doutoranda em História Social, IFCH-UNICAMP. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>. Acesso em: 21 jul 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução Andréa Daher e Zenir Campos Reis. **Revista Estudos Avançados**, IEA-USP, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COSTA, Edward Coruripe. **Votuporanga através dos tempos**. São Paulo: Jornal dos Livros, 1956.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 3, p. 03-47, jul./set. 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, mai./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FNsjBnkcm5S5dPpbSgwNPGb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DELPHINO, Fátima Beatriz De Benedictis. **A educação profissional: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo**. São Paulo: Ícone, 2010.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. *In*: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín (orgs.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 1890-1920. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, Solange Carneiro Molinaro. **Texto e contexto das leis orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola**: 1942 – 1946. 1980. 267f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Administração de Sistemas de Ensino, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9281/000018449.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Federal, 1961.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GAIDARGI, Alessandra. **O ensino comercial no Brasil**: a origem do ensino médio profissional voltado ao comércio e reflexões sobre a escola do trabalho para os jovens. São Paulo, 2018.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469/3660>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 191-202, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71754/40691>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: UNESP, 2001.

GIACAGLIA, Lia Renata Angeline; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Educação para a escolha profissional**: programas de informação profissional. São Paulo: Atlas. 1979.

GINZBURG, Carlo. História e cultura: uma conversa com Carlo Ginzburg. Entrevistadoras: Lúcia Maria Lippi Oliveira; Alzira Alves de Abreu; Ângela de Castro Gomes. Entrevista transcrita por Helena Araújo Leite de Vasconcelos e traduzida por Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 254-263, 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2300/1439>. Acesso em: 8 nov. 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. 4. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-84, 1. sem. 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-41/462-a-teoria-das-elites-e-sua-genealogia-consagrada/file>. Acesso em: 30 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019/2023: com você planejando o futuro**. São Paulo: IFSP, 2019. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/yxtwKgEYfZs4ZCg#pdfviewer>. Acesso em: 5 nov. 2021.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: 21 jul. 2021.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, Niterói, v. 20, p. 01-20, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2014203606>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/RsMtSYwQHdhh9vqYLrLZQLw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. **Prática de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objeto do conhecimento histórico: do arquivo ao texto: a investigação em história das instituições educativas. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694/2895>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Comunicação: contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo. *In: COLÓQUIO DO I CENTENÁRIO DA REFORMA DE JAIME MONIZ (1894-1994)*, 1., 1996. Braga (Portugal). **Actas**. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1999. p. 64-76.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. História das instituições educativas em perspectiva. *In: GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO (orgs.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. O estudo das organizações educativas: novas perspectivas. In: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). **História da educação: fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: balanço da investigação portuguesa (2005-2014)**. Porto: Sersilito, 2015.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 42, p. 113-122, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/CcG8ystywFdQp3vXwySXjNR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Gostaria de ouvir todas as histórias que puder. Todas.” Entrevistadoras: Suzana Lopes Salgado Ribeiro e Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky. **Revista Iberoamericana Patrimônio Histórico-Educativo**. Campinas, v. 4, n. 2, p. 220-235, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9793/5147>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81 p. 115-148, 2005. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/739/622>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e sistema nacional de educação. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/P8cQDsQzSnqqvmF9b89KZkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Favilene (orgs.). **Escolas Profissionais Públicas do estado de São Paulo: uma história de imagens**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/11/110>. Acesso em: 5 maio 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Instituições Escolares no Brasil colonial e imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 181-203, dez. 2007. Disponível em: http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/706/ARTIGO_Institui%c3%a7%c3%b5esEscolaresBrasil.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

NASCIMENTO, Osvaldo Viera do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: Ibplex. 2007.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/223/225>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)**. 269 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras (FCL). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara (SP), 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101545/000639446.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital humano”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 185-191, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GZvy7G9DGMHJndk9NBTRGQK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PELEIAS, Ivam Ricardo *et al.* Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 19-32, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/xYXTw4XrWb6FJc7HnbFnpkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PESSANHA, José Américo Motta de. **Sócrates**. Tradução de Jaime Bruna; Libero Rangel de Andrade; Gilda Maria Reale Strazynski. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

PLATÃO. **A república de Platão**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

POLATO, Mauricio Fonseca. **A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)**. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10644/1/Mauricio%20Fonseca%20Polato.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PONTES, José Carlos. **Votuporanga: as raízes e a saga de um povo**. São José do Rio Preto: Real, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, jun. 2001.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. *In*: LOPES, Eliane; Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 270-A, de 20 de novembro de 1894. Dá regulamento para a Escola Polytechnica de S. Paulo. **Palácio de Governo de São Paulo**, São Paulo, 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-270A-20.11.1894.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 64, de 17 de agosto de 1892. Cria nesta capital um Instituto Polytechnico. **Secretaria de Estado dos Negócios do Interior**, São Paulo, 1892. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-64-17.08.1892.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Estabelecimentos de Ensino Comercial existentes no Brasil: 1946. **Revista História da Educação**, São Leopoldo, v. 23, p. 01-36, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/94497>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/fYwWczvB6xtGGJPsPGVhZSy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, Henry Marcelo Martins da. Café, Imigração e urbanização no interior paulista. **Fato & Versões Revista de História**, Três Lagoas, v. 5, n. 9, p. 01-15, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1324/839>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SISTEMA S. **Glossário legislativo**, Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de; TEIXEIRA, Wagner da Silva. O café, a indústria e a escola: reflexões acerca da educação pública no interior paulista (Franca: 1889-1970). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 505-531, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32551>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Introdução. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín (orgs.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998a.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín (orgs.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998b.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la natuleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 01-25, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/23855/16828>. Acesso em: 30 abr. 2020.

VOTUPORANGA. In: DICIONÁRIO ILUSTRADO da Língua Tupi Guarani. Brasil: Copyright © **Dicionário Ilustrado Tupi Guarani**, 2020. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

XAVIER, Jorge. **Votuporanga: além da sua história**. Votuporanga: Jobemar, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1[5], p. 233-251, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38718/20247>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FONTES CONSULTADAS**Documentos**

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Arquivo Memorialista “Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul”**. 1955.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Contrato de Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada**. 1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Escrituração Contábil**. 1967.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de Atas de aplicação de Exames de Admissão**. 1948-1952.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de Atas de Exames de Adaptação**. 1950-1959.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de Atas de Exames Parciais**. 1949-1952.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de Atas de inscrições para Exames de Admissão**. 1948-1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de matrículas do curso Comercial Básico**. 1953-1962.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de matrículas do curso Comercial Básico**. 1962-1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de matrículas do curso Técnico em Contabilidade**. 1953-1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de matrículas dos cursos Comercial Básico e Técnico em Contabilidade**. 1949-1953.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de registros de Diplomas**. 1952-1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Livro de registros de visitas de inspetor do Ensino Comercial**. 1954-1966.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Relatório de Inspeção de 1954**.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Relatório de Inspeção de 1957**.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Relatório de Inspeção de 1959.**

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912.** Rio de Janeiro: IBGE. 1908-1912. v. 1. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912.** Rio de Janeiro: IBGE. 1908-1912. v. 2. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1908-1912. Rio de Janeiro: IBGE. 1908-1912. v. 3. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1932. Rio de Janeiro: IBGE. 1932. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1942. Rio de Janeiro: IBGE. 1942. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1946. Rio de Janeiro: IBGE. 1946. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1946.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1950. Rio de Janeiro: IBGE. 1950a. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** de 1960. Rio de Janeiro: IBGE. 1960. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro: IBGE. 1872. 12 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. **Recenseamento de 31 de dezembro de 1900 :** quadros do trabalho preliminar. Rio de Janeiro: IBGE. 1900. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc341.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. **Censo demográfico:** 1950. Rio de Janeiro: IBGE. 1950b. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. **Censo demográfico**: 1970. Rio de Janeiro: IBGE. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo demográfico 2010**. População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação: 1872/2010. Brasília: IBGE. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Sistema SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SÃO PAULO (estado). **Anuário do Ensino do estado de São Paulo de 1907**. Arquivo público do estado de São Paulo. São Paulo, SP, 1907. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 15 fev. 2021.

SÃO PAULO (estado). **Relatório da Diretoria de Ensino de São José do Rio Preto de 1943**. Arquivo público do estado de São Paulo. São Paulo, SP: 1943. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/relatorios_educacao. Acesso em: 15 set. 2020.

Jornais

CALIL, Felizardo. Escola Comercial Horácio Berlinck Votuporanga. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 23 dez. 1948.

CAMARGO, Nelson. Cerimônias de colação de grau na Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul. **A Vanguarda**. Votuporanga, 30 dez. 1954.

CAMARGO, Nelson. Solucionada a questão da Escola Técnica. **A Vanguarda**. Votuporanga, ano 11, n. 1.092, 4 dez. 1966.

DAVANZO, Américo. O Diretor da Escola desacata estudantes no recinto de um bar. **Oeste Paulista**, Votuporanga, ano 15, n. 719, 8 mar. 1959a.

DAVANZO, Américo. III Intercolegial da Alta-Araraquarense. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 30 ago. 1959b.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 8 ago. 2010. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/46>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 10 abr. 2011. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/285>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 2 out. 2011. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/404>. Acesso em: 13 set. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 2 set. 2012. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/605>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 28 out. 2012. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/628>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 10 ago. 2014. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/935>. Acesso em: 17 jul. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, p. 03, 3 jul. 2016.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo. **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, 12 out. 2018. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/tunel-do-tempo/4212>. Acesso em: 13 set. 2021.

FERREIRA, João Carlos. Túnel do Tempo, **A Cidade de Votuporanga**, Votuporanga, p. 10, 5 ago. 2020.

GIMENES, Ravel. Diário lança neste sábado Coluna Votuporanga Antiga. **Diário de Votuporanga**, Votuporanga, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://diariodevotuporanga.com.br/diario-lanca-neste-sabado-coluna-votuporanga-antiga/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LIMA NETO, Cícero Barbosa. Família Cícero Barbosa Lima Júnior. **Diário de Votuporanga**, Votuporanga, p. B3, 24 abr. 2021a.

MACHADO, João Batista. Edificadora Cruzeiro do Sul Ltda. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 25 jul. 1954.

MACHADO, João Batista. Fundada a Escola Comercial Horácio Berlinck de Votuporanga. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 9 jan. 1949.

OLIVEIRA, Arthur de. Grandioso desfile da Escola Técnica de Comércio Cruzeiro do Sul por ocasião das comemorações da independência. **A Gazeta de Votuporanga**, Votuporanga, 01 jan. 1954.

RAMOS, José Nabantino. A cidade em 1945. **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 jul. 1945. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/votuporanga.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RAPASSI, Antoninho. A predestinação em JK: 3ª parte. **Diário de Votuporanga**. Votuporanga, p. B1, 24 abr. 2021.

VIANA FILHO, Deocleciano de Souza. As comemorações do dia 15 de novembro. Escola Técnica de Comércio e Ginásio Cruzeiro do Sul. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 20 nov. 1955a.

VIANA FILHO, Deocleciano de Souza; João Batista. Fachada do imponente prédio onde funcionará a Escola Técnica de Comércio Cruzeiro e o Ginásio Cruzeiro do Sul de Votuporanga. **Oeste Paulista**, Votuporanga, 1 jan. 1955b.

Fontes orais

GUENA, Antônio Milton de Oliveira. Votuporanga, 26 de abril de 2021. Áudio gravado no formato .mp3 (25 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

LIMA NETO, Cícero Barbosa. Florianópolis, 13 de abril de 2021(b). Vídeo-chamada web gravada no formato .mp4. (19 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

MELARA, Nivaldo. Votuporanga, 19 de dezembro de 2019. Áudio gravado no formato .mp3 (29 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

MELO, Izaída Fernandez. Votuporanga, 25 de agosto de 2020. Áudio gravado no formato .mp3. (14 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

PARISI, Wanderley. Votuporanga, 07 de abril de 2020. Áudio gravado no formato .mp3. (15 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

POLONI, Ary Ernesto. Votuporanga, 22 de junho de 2021. Áudio gravado no formato .mp3. (22 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

RAPASSI, Paulo César. Votuporanga, 26 de abril de 2021. Áudio gravado no formato .mp3. (23 min). Relato oral espontâneo concedido ao pesquisador.

INSTITUIÇÕES, ACERVOS E SITES CONSULTADOS

ACADEMIA DE COMÉRCIO HORÁCIO BERLINCK

Disponível em: <http://colegioacademia.com.br/>

ACV – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE VOTUPORANGA

Disponível em: <http://www.acvnet.com.br/>

CÂMARA DOS VEREADORES DE VOTUPORANGA

Disponível em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br/novo/>

CAPES – CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Disponível em: catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5820489263113510>

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA

Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/>

PLATAFORMA BRASIL

Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

Disponível em: <http://www.votuporanga.sp.gov.br/novo/>

SENAC – UNIVERSIDADE DO AR

Disponível em:

<https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a718.htm&testeira=457>

SENADO FEDERAL – SISTEMA S

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>

VOTUPORANGA ANTIGA – FACEBOOK

Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=votuporanga%20antiga>

ANEXO

ANEXO A – Itinerário histórico do Ensino Comercial no Brasil, com base na legislação, de 1808 à LDB de 1961

Ano	Legislação	Finalidade
1808	Alvará de 28 de junho	Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda
1809	Alvará de 15 de julho	Estabelece contribuições pera as despesas da Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação
1846	Decreto nº 456, de 06 de julho	Manda executar o regulamento da aula do commercio da cidade do Rio de Janeiro
1856	Decreto nº 1.763, de 14 de maio	Dá novos estatutos á aula do commercio da côrte
1863	Decreto nº 3.058, de 11 de março	Dá novos estatutos ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro.
1880	Decreto nº 7.679, de 28 de fevereiro	Altera os estatutos do Instituto Commercial do Rio de Janeiro, que baixaram com o decreto nº 3.658 de 11 de marco de 1863
1905	Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro	Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official; e dá outras providencias
1926	Decreto nº 17.329, de 29 de maio	Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal
1931	Decreto Nº 20.158, de 30 de junho	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
1943	Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Comercial
1943	Decreto-lei nº 6.142, de 28 de dezembro	Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial
1943	Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro	Regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial
1946	Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro	Dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.
1950	Lei nº 1.076, de 31 de março	Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências
1953	Lei nº 1.821, de 12 de março	Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médios para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores
1954	Decreto nº 35.247, de 24 de março	Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial
1954	Lei nº 2.342, de 25 de novembro	Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio
1957	Decreto nº 42.671, de 20 de dezembro	Estabelece novo plano de estudos para o curso comercial básico, modificando o Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943
1961	Lei nº 4.024, de 20 de dezembro	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional